

HISTÓRIA, FRONTEIRAS E IDENTIDADES

TRABALHO, MEMÓRIA E POLÍTICA

Darlise Gonçalves de Gonçalves
Taiane Mendes Taborda
Pedro Marco Ribeiro Pires
Jordan Brasil dos Santos

ORGANIZADORES



casaletras

volume

5

HISTÓRIA, FRONTEIRAS E IDENTIDADES

TRABALHO, MEMÓRIA E POLÍTICA

Darlise Gonçalves de Gonçalves
Taiane Mendes Taborda
Pedro Marco Ribeiro Pires
Jordan Brasil dos Santos

ORGANIZADORES

volume

5

Esta obra contou com apoio do PPGH/UFPel com recursos PROAP/CAPES



Porto Alegre
2021

Copyright ©2021 dos organizadores.

Direitos desta edição reservados aos organizadores, cedidos somente para a presente edição à EDITORA CASALETRAS.



LICENCIADA POR UMA LICENÇA CREATIVE COMMONS

**Atribuição - Não Comercial - Sem Derivadas 4.0
Internacional (CC BY-NC-ND 4.0)**

Você é livre para:

Compartilhar - copie e redistribua o material em qualquer meio ou formato. O licenciante não pode revogar essas liberdades desde que você siga os termos da licença.

Atribuição - Você deve dar o crédito apropriado, fornecer um link para a licença e indicar se foram feitas alterações. Você pode fazê-lo de qualquer maneira razoável, mas não de maneira que sugira que o licenciante endossa você ou seu uso.

Não Comercial - Você não pode usar o material para fins comerciais.

Não-derivadas - Se você remixar, transformar ou desenvolver o material, não poderá distribuir o material modificado.

Sem restrições adicionais - Você não pode aplicar termos legais ou medidas tecnológicas que restrinjam legalmente outras pessoas a fazer o que a licença permitir.

Este é um resumo da licença atribuída. Os termos da licença jurídica integral estão disponíveis em:

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/legalcode>

Os dados e conceitos emitidos nos trabalhos, bem como a exatidão das referências bibliográficas, são de inteira responsabilidade dos autores.

Esta obra contou com apoio do PPGH/UFPEL com recursos PROAP/CAPES

EXPEDIENTE:

Projeto gráfico, diagramação e capa:

Casalettras

Capa:

Adaptação do logotipo do V Encontro Internacional Identidades e Fronteiras (2021) / PPGH/UFPEL, criado por Marcelo França de Oliveira.

Editor:

Marcelo França de Oliveira

Conselho Editorial

Prof. Dr. Amurabi Oliveira - UFSC

Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes - UFPEL

Prof. Dr. Elio Flores - UFPB

Prof. Dr. Fábio Augusto Steyer - UEPG

Prof. Dr. Francisco das Neves Alves - FURG

Prof. Dr. Jonas Moreira Vargas - UFPEL

Prof.ª Dr.ª Maria Eunice Moreira - PUCRS

Prof. Dr. Moacyr Flores - IHGRGS

Prof. Dr. Luiz Henrique Torres - FURG

Dados internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

H62999 História, Fronteiras e Identidades: Trabalho, Memória e Política / Taiane Mendes Taborda, Pedro Marco Ribeiro Pires e Jordan Brasil dos Santos (orgs.) [edição eletrônica]. Coletânea História, Fronteiras e Identidades, vol. 5 - Coord.: Aristeu Lopes. Porto Alegre: Casalettras, 2021.

122 p.

Bibliografia

ISBN: 978-65-86625-41-7

1. História - 2. Fronteiras - 3. Identidades - 4. Trabalho e história dos trabalhadores - 5. Memória - 6. Política - I. Taborda, Taiane Mendes - II. Pires, Pedro Marco Ribeiro - III. Dos Santos, Jordan Brasil - IV. Título.

CDU:900

CDD: 331.09


casaletras

EDITORA CASALETRAS

R. Gen. Lima e Silva, 881/304 - Cidade Baixa

Porto Alegre - RS - Brasil CEP 90050-103

+55 51 3013-1407 - contato@casaletras.com

www.casaletras.com

Sumário

Apresentação.....	6
Crime e escravidão marítima: tensões entre um escravizado-marinheiro e as autoridades policiais (Rio Grande, 1885). Douglas Reisdorfer	8
A saúde pública no Piauí: entre medidas centralizadoras e reformas de caráter administrativo no governo Landry Salles (1930-1935) Rakell Milena Osório Silva	21
Entre memórias e política: a inserção de Nair de Teffé no cenário político da Primeira República brasileira (1910-1914)..... Bethânia Luisa Lessa Werner	34
As diversas operárias da imprensa rio-grandense na Primeira República..... Daiana dos Santos Macedo	47
Projeto traçando o perfil do trabalhador gaúcho: novas perspectivas através da pesquisa digital Nathalia Lima Estevam	60
História Rural: breve diálogo sobre fontes para o estudo de conflitos agrários na contemporaneidade..... Ádyson Lucas dos Santos Oliveira	71
O trabalho nas minas de carvão e a sala de aula..... Lisandra Roman	86

Aprendizagem histórica: memória, cultura e sensibilidades nos olhares
no espaço museológico98

Nathalia Vieira Ribeiro

Família del Grande: imigrantes empreendedores da hotelaria em Pelotas/
RS110

Renata Duarte

Apresentação

A coletânea *História, Fronteiras e Identidades* reúne os textos resultantes dos trabalhos apresentados durante o V Encontro Internacional Fronteiras e Identidades – V EIFI – realizado pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas, entre os dias 14 e 17 de setembro de 2021. Devido ao contexto atual, da pandemia mundial de COVID-19, o encontro foi realizado na modalidade online reunindo, nos doze simpósios temáticos, 200 trabalhos inscritos por 210 comunicadoras e comunicadores de várias instituições nacionais e internacionais em vários níveis de formação.

A presente coletânea está dividida em cinco volumes: Volume 1: *Enfermidades, Epidemias e Pandemias*, organizado por Lorena Almeida Gill, Beatriz Teixeira Weber e Tânia Salgado Pimenta; Volume 2: *Imagens, Mídias e Culturas*, organizado por Daniele Gallindo Gonçalves, Aristeu Lopes e Vinícius Dreger de Araújo; Volume 3: *Trajetórias, Memórias e Cultura Histórica*, organizado por Aristeu Lopes, Euler Fabres Zanetti e Bárbara Denise Xavier da Costa; Volume 4: *Estado, Poder e Ditaduras*, organizado por Aristeu Lopes, Euler Fabres Zanetti e Denise Vieira da Silva e Volume 5: *Trabalho, Memória e Política*, organizado por Darlise Gonçalves de Gonçalves, Taiane Mendes Taborda, Pedro Marco Ribeiro Pires e Jordan Brasil dos Santos.

Os capítulos apresentados ao longo dos cinco volumes abordam estudos desenvolvidos por pesquisadoras e pesquisadores doutoras e doutores, mestras e mestres, discentes de programas de pós-graduação e de cursos de graduação. Os trabalhos identificam o quanto as fronteiras e as identidades possuem vertentes diversas de pesquisas, abordagens interdisciplinares e multiplicidade temática. Os capítulos,

igualmente, demonstram as trocas acadêmicas ocorridas nos três dias do evento, ainda que através de interações virtuais entre as participantes e os participantes dos simpósios temáticos. Esperamos que a próxima edição também permita as trocas de ideias, mas em um contexto diferente, com um encontro presencial, com interação entre as pessoas sem necessidade dos computadores e dos celulares como intermediadores.

Desejamos uma excelente leitura dos capítulos.

Pelotas, dezembro de 2021.

As organizadoras e Os organizadores

Crime e escravidão marítima: tensões entre um escravizado- marinheiro e as autoridades policiais (Rio Grande, 1885).

Douglas Reisdorfer¹

Introdução

Marítimos escravizados foram parte importante da mão de obra das embarcações brasileiras, compondo em algumas províncias um percentual muito significativo da mão-de-obra do trabalho marítimo (RODRIGUES, 2005; RODRIGUES, 2016; SILVA, 2001). Labutando no convés, nas atividades de manuseio e manutenção do aparato dos navios, ou na zona portuária, em atividades de embarque e desembarque de mercadorias, marujos estavam submetidos à rigorosa disciplina imposta pelos oficiais embarcados, mas também, no espaço urbano, à vigilância das autoridades policiais.

Nas cidades, além das atividades típicas do trabalho marítimo, aqueles sujeitos fruía de seus divertimentos. Sobre o convés, muito do lazer, descanso e autonomia presentes nas urbes lhes eram negados. É por isso que, quando finalmente avistavam a chegada a um novo porto, mal poderiam esperar para ver seus familiares, afetos

¹ Graduando de Licenciatura em História pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel).
E-mail para contato: dglsreisdorfer@gmail.com

e amigos, para socializar nas ruas e nas tavernas, para aplacar o cansaço da faina a bordo (OLIVEIRA, 2013; REISDORFER, 2021). No entanto, tais incursões pelo espaço citadino não eram sempre proveitosas. Sujeitos marcados pela violência da escravidão, da racialização e da exploração, marujos escravizados poderiam lá se defrontar com desafetos, com o preconceito de seus contemporâneos e, também, com o controle social exercido pelas autoridades públicas.

Neste texto, tenho como objetivo investigar a escravidão marítima de Rio Grande na última década de vigência do cativo. Tal pesquisa faz parte de um empreendimento maior, desenvolvido em meu TCC. Nele, realizei um estudo sobre a escravidão marítima de Rio Grande entre 1873 a 1886.² Empreguei como fonte três autos criminais que envolviam cativos marinheiros como vítimas ou réus, a partir dos quais busquei indícios dos significados sociais que permeavam a vida dos marujos escravizados naquele contexto. Na época em que desenvolvi a pesquisa, dediquei-me a examinar tanto os momentos a bordo quanto os de desembarque (REISDORFER, 2021). Aqui, preocupo-me sobretudo com as expectativas, riscos, violências e relações de poder que escravizados marinheiros vivenciavam nos momentos de desembarque, quando enfim aportavam em seus destinos. Como estudo de caso, analisarei um processo-crime transcorrido entre 1884 e 1885, no qual se julgou o ferimento causado a um policial por um escravizado marinheiro durante um confronto com as autoridades.

A escravidão marítima e suas vicissitudes

No dia 12 de novembro de 1884, um cativo foi reclamar à delegacia de polícia de Rio Grande a respeito das sevícias que sofrera quando transitava pela cidade. Os autos não nos informam a identidade do homem, somente o que relatou. Ele disse às autoridades que Firmino,

2 Esta pesquisa parte da história social da escravidão, campo de estudos cujos pressupostos consolidaram-se principalmente a partir da década de 1980. A partir daí, a historiografia passou a romper com as dicotomias que antes balizavam o estudo do tema, percebendo o conjunto de negociações, tensões e estratégias que se encontram para além dos modos mais radicais de enfrentamento à escravidão (REIS & SILVA, 1989).

escravizado de ofício marinheiro, encontrava-se na rua agredindo os transeuntes com uma faca. Diante de tal denúncia, o corpo policial foi mobilizado para remediar a situação e prender o agressor. Foram para lá os policiais Paulino e Guilherme, a fim de dar voz de prisão a Firmino. Ao fazê-lo, no entanto, o cativo reagiu; empregou a faca que tinha para se defender dos policiais, ferindo Guilherme. O marujo foi então desarmado e mobilizado, sendo levado à delegacia, onde foi preso (APERS, 1885).

O ofício desempenhado por Firmino era conhecido por seus contemporâneos por muitas infâmias. Os marinheiros, segundo vários observadores, eram sujeitos indisciplinados, arruaceiros, insubordinados; eram ainda ébrios, conhecidos por se envolver em brigas e confusões nas tavernas das cidades (OLIVEIRA, 2013). Apesar da fama, os marujos levavam vida difícil. Ela era caracterizada por agruras as mais diversas, sejam elas as humanas ou as naturais. Por um lado, os ciclos da natureza impunham-lhes uma série de perigos: tempestades, calmarias, doenças.³ De outro, eram afligidos pela intensa disciplina do trabalho marítimo e pelas relações de poder que estruturavam as sociedades nas quais estavam inseridos, como as decorrentes do regime de trabalho escravo, por exemplo. Além disso, o universo social dos trabalhadores do mar era extremamente diverso, conformando uma complexa cultura marítima:

Se o sofrimento era uma marca desse tipo de trabalho, produzindo resultados que estão no cerne mesmo da cultura marítima, outros elementos ainda intervinham na caracterização das práticas culturais dos marinheiros. Entre elas estava a mobilidade no espaço, responsável pelo contato com outras práticas culturais mundo (ou mar) afora, além de inúmeras diversidades: a diferença social entre membros da tripulação, a variação etária, a multiplicidade religiosa,

3 Uma delas, das mais conhecidas, é o escorbuto. No século XIX foi uma doença muito recorrente entre os trabalhadores do mar. Ela é causada pela falta de vitamina C no corpo, o que, no caso dos marinheiros, se explica pelo fato de que permaneciam longos períodos sem consumir alimentos frescos, como frutas e legumes. Embora a composição dos alimentos não fosse conhecida por parte da ciência da época, os homens do mar possuíam o conhecimento prático de que o consumo de frutas cítricas era necessário para se evitar o escorbuto. Para mais informações sobre a alimentação dos homens do mar, ver: Rodrigues (2016).

de nacionalidade, de etnia etc. O único fator de unidade cultural provavelmente era o gênero (RODRIGUES, 2005, p. 185).

Eram, portanto, muitos e variados os sujeitos presentes nas embarcações brasileiras: brancos nacionais, portugueses, ingleses; trabalhadores negros libertos, livres e escravizados; africanos de diferentes grupos étnicos; e sujeitos de variadas idades, indo desde os muito jovens até os mais velhos. No caso de Rio Grande, esta diversidade pode ser observada tanto em processos-criminais quanto em relatórios provinciais. A cidade continha muitos trabalhadores marítimos escravizados, mas também estrangeiros, destacando-se os portugueses. Vejamos qual era a composição do trabalho marítimo rio-grandino:

Tabela 1 - Condição dos tripulantes mercantes do RS em 1846, 1857 e 1872.

Condição dos tripulantes	1846		1857		1872	
	Nº	%	N	%	N	%
Nacionais livres	1070	28,49%	1260	45,44%	1071	35,9%
Escravos	1308	34,82%	1117	40,28%	788	26,4%
Estrangeiros	1378	36,69%	396	14,28%	1126	37,7%
Total	3756	100%	2773	100%	2985	100%

Fontes: Oliveira (2013) e Reisdorfer (2021).

A tabela acima demonstra a presença significativa da escravidão no mundo do trabalho náutico de Rio Grande/RS. Como se vê, na década de 40 do século XIX o cativo representava 34,82% dos trabalhadores marítimos, alcançando o auge de 40,28% na década seguinte. Nos anos de 1870, sua importância caiu para 26,4%, o que não surpreende, já que isso acompanha a tendência mais geral de queda da população escravizada no conjunto da demografia da

cidade.⁴ Vejamos como se estruturou, ao longo do século XIX, a população da cidade:

Tabela 2 - População livre e escravizada de Rio Grande, século XIX.

Ano	Livres		Escravos		Total
	Nº	%	Nº	%	Nº
1814	2245	62,53%	1119	31,17%	3590
1819	2855	61,73%	1770	38,27%	4625
1842	3866	58,24%	2772	41,76%	6638
1858	15541	78,02%	4369	21,98%	19910
1872	16605	79,5%	4282	20,5%	20887

Fonte: SCHERER (2008).

Aqui, vê-se que a escravidão foi parte significativa não só do trabalho marítimo, como também da população como um todo, atingindo o ápice de 41,76%. Na década seguinte, embora se reduzindo em importância percentual, em termos absolutos o número de escravizados cresceu, chegando a 4369 em 1858. A partir daí, o cativo na cidade seguiu a tendência demográfica de queda.

Confrontando isso com os dados da Tabela 1, observa-se que a maior proporção de escravizados entre os marinheiros - 40,28% em 1857 - ocorreu no mesmo período em que há uma queda significativa do percentual de cativos na demografia de Rio Grande: 21,98% em 1858. É um indício de que no mundo do mar o cativo exercia um papel nada desprezível, sendo mais representativo nele

⁴ Tais números não são surpreendentes. De acordo com Silva (2001), Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro tinham um percentual muito significativo de escravizados-marinheiros. No primeiro caso, trabalhadores escravizados representavam 26,78% dos marinheiros, isto é, 150 dos 560. Dos 1279 marinheiros baianos, 283 eram escravizados, significando 22,12% do total. O número mais expressivo é do Rio de Janeiro. Sendo a capital do Império e o seu mais importante porto, não é de surpreender que tivesse grande quantidade de marinheiros escravizados. Eram 4111 marujos escravizados, de um total de 7971, representando o percentual de 51,57%.

do que em outras atividades. Uma possível explicação para isso é o fato de que tal universo laboral não era atrativo à população. Para compensar, portanto, utilizava-se a escravidão, já que os cativos não tinham muita escolha além do que os desígnios de seus senhores, e o recrutamento compulsório, a partir do qual os grupos populares eram arregimentados para as embarcações (BARREIRO, 2010; OLIVEIRA, 2013).

A escravidão, na época em que ocorreu o conflito entre Firmino e os policiais de Rio Grande, encontrava-se já em seu fim. Regime de trabalho que afligiu durante séculos várias sociedades das Américas, ela existiu em diferentes atividades econômicas. Nas rurais, destaca-se o trabalho escravo das *plantations*, na produção de produtos agrícolas como o açúcar, o café, o tabaco, o algodão, etc. (LARA, 1988; MACHADO, 2018; SCHWARTZ, 1988). No espaço urbano, trabalhadores escravizados eram empregados em tarefas domésticas, mas também em diversos outros serviços exercidos nas ruas, nas indústrias, no trabalho ao ganho (ALGRANTI, 1988; KARASCH, 2000; SOARES, 2007; WISSENBACH, 1998). Não era incomum que tivessem um ofício: alfaiate, sapateiro, pedreiro, marceneiro, carregador, quitandeira, lavadeira, marinheiro, entre outros. O cativo urbano, contudo, tinha suas peculiaridades. As atividades econômicas das cidades demandavam mobilidade, sem a qual era impossível realizá-las.

Vejamos algumas de suas configurações. Uma das relações de trabalho entre senhores e escravizados mais importantes do espaço citadino era o trabalho “ao ganho”. Nela, os escravizados acertavam com seus senhores um valor diário ou semanal que deveriam lhes entregar, podendo ficar com o restante para si. Tal importância econômica não era fixa: dependia da ocupação do trabalhador, da sua idade, da sua condição de saúde, etc. Em Salvador, por exemplo, um carregador de cadeira precisava entregar a seu amo o valor de 400 réis por dia; já uma lavadeira entregava a quantia de 240 réis diários (REIS, 2019). O excedente auferido pelo escravizado poderia ser utilizado em seus gastos pessoais e na formação de um pecúlio para a compra da alforria. Em alguns casos poderiam até “viver sobre si”, ou

seja, morar em algum lugar que não a casa do senhor, alugando um quarto ou outro tipo de moradia.

A relação de trabalho que caracterizava a estada de um marítimo escravizado em uma embarcação também poderia variar. Rodrigues (2016) apontou algumas delas. Poderia ser de propriedade de um integrante do comando naval, como o capitão ou o piloto.⁵ Nesse caso, o descontentamento dos outros marujos com seu senhor, oficial da embarcação, poderia lhe ser descontado, uma vez que era o elo mais fraco da corrente. A fuga do cativo para a vida no trabalho marítimo também era uma possibilidade: escravizados que deixavam seu lugar de origem para viver como livres sobre o convés. Finalmente, havia os que eram engajados no navio a mando de seu senhor, que não estava presente a bordo. Ele poderia ser tanto um trabalhador alugado à embarcação por um amo alheio ao mundo do mar quanto de propriedade do dono do navio em que exercia sua função.

Assim, os trabalhadores escravizados tinham a possibilidade de circular pelas ruas e vielas da cidade, oferecendo seus serviços e produtos à população que as frequentava. Uma vez que seus senhores não poderiam vigiá-los a todo o momento, como se realizava o controle da população escravizada? Havia algumas possibilidades. Apesar de não ser onipresente, a própria ação senhorial poderia

⁵ A hierarquia do trabalho marítimo mercante possui uma divisão de tarefas, funções e cargos bastante variada. Apesar disso, é possível mencionar as principais designações. Em geral, pode-se dividir a hierarquia de um navio entre o comando naval, composto por seus oficiais, e os marinheiros, os trabalhadores que executavam as ordens dos superiores hierárquicos. Entre os oficiais, no topo encontrava-se o capitão. Eram suas atribuições o comando do navio, sendo a autoridade máxima a bordo. Também lhe cabiam as obrigações de compor a tripulação, contratando seus integrantes e pagando seu soldo, e responder por quaisquer danos causados à embarcação em virtude de manejo inadequado. O piloto era o encarregado de dirigir o navio, valendo-se para isso de seus conhecimentos marítimos e do uso de instrumentos como a bússola e o sextante. Devido aos riscos de vida que permeavam o mundo do mar, não era incomum que os navios tivessem consigo substitutos para esta função, como o sota-piloto, primeiro piloto, segundo piloto, etc. Já o contramestre tinha como função zelar pela integridade da carga do navio, realizar sua limpeza e comandar os marítimos sobre o convés. No lado dos marinheiros também havia diferentes especializações. Além dos que executavam as tarefas diárias, havia ofícios mais específicos, destinados ao conserto da embarcação, como os carpinteiros e os calafates. Pode-se consultar mais informações sobre a hierarquia naval através de dicionários de linguagem marítima, como: Angra (1877) e Campos (1823).

exercer o jugo do cativo, diretamente ou através de seus prepostos, disciplinando os trabalhadores e punindo-os com castigos físicos. Todavia, uma importante força atuava com peso nas cidades: a ação estatal. Assim, parte do processo de controle dos trabalhadores cativos era realizado pelas autoridades públicas municipais, pela Justiça, pelas Câmaras Municipais e pela polícia (SOARES, 2007). No período Imperial, as chamadas Posturas Municipais regulavam diversos aspectos do usufruto das cidades. As do Rio de Janeiro, no que concerne ao comportamento dos escravizados, atuavam com três objetivos principais. Primeiro, incidiam sobre costumes e práticas dos trabalhadores negros livres, libertos e escravizados, com a finalidade de disciplinar seus comportamentos ao gosto das concepções morais das elites dominantes. Daí é que diversas práticas culturais eram proibidas no âmbito das cidades, como os batuques, as casas de zungus, a participação em jogos de azar, etc. Por outro lado, estas normativas procuravam prevenir que escravizados protagonizassem crimes, desordens, sublevações: aí entravam em cena as regras que limitavam o usufruto do espaço público por parte dos cativos. Por fim, destinavam-se a cercear a possibilidade de acumulação de pecúlio da parte dos escravizados (SOARES, 2007).

Vários Códigos de Posturas Municipais, por exemplo, restringiam a circulação de escravizados e libertos nas ruas das urbes. Era o caso de Salvador. Lá, o escravizado africano que fosse visto circulando pela cidade sem o passe do senhor poderia pegar quatro dias de prisão ou uma multa de 10 mil-réis; e havia regra semelhante para os africanos libertos, os quais deveriam portar um bilhete de um cidadão brasileiro, do contrário seriam multados em 5 mil-réis ou em prisão por oito dias (REIS, 2019, p. 26). Em Rio Grande, não era diferente. Sabe-se que o Código de Posturas Municipais da cidade também estabelecia regramentos à circulação da população escravizada em seus espaços: assim, depois do toque de recolher, cativos precisavam portar autorização de seus senhores para andar pelas ruas. Através destas normativas, as autoridades municipais expandiram seu controle sobre diferentes instâncias da vida, estabelecendo a necessidade de aval das autoridades policiais para a

realização de espetáculos e/ou ajuntamentos à noite (seja nas ruas ou nas casas), regulamentando as atividades comerciais da população, limitando os horários de funcionamento de tavernas e outros lugares do tipo (OLIVEIRA, 2013, p. 184-186).

Não é surpresa, portanto, a ocorrência de conflitos entre trabalhadores escravizados e autoridades policiais. No caso de Firmino, há uma característica a mais. Como disse acima, ao aportar em um destino, o que os marujos mais desejavam era aproveitar as possibilidades de lazer e descanso da cidade. O que ele estava fazendo naquele dia? De acordo com a testemunha José Lourenço, brasileiro, 45 anos, quando os policiais foram dar-lhe voz de prisão, Firmino encontrava-se dentro da venda, quieto. Os praças arrastaram-no para a rua e ali ocorreu o conflito. Em um de seus depoimentos, o réu revelou o que fazia naquele lugar: na hora da briga, estava alcoolizado, acrescentando ainda que se encontrava assim antes mesmo de entrar na venda (APERS, 1885). Portanto, o desembarque era para ele uma ocasião de descanso e bebedeira, momento sem dúvida propício a brigas e conflitos diversos.

Outros processos-crime de Rio Grande atestam o significado da estada nas cidades. Na noite de 7 de janeiro de 1873, três marítimos escravizados estavam nas ruas rio-grandinas à procura de conhecidos, amigos e camaradas com quem beber e jogar. Joaquim, Manoel e Ventura - como se chamavam - foram até a casa de um alfaiate para jogar bisca. Tendo ele recusado o convite por ser tarde da noite, os três desceram a rua. Nisso, de acordo com Ventura, os outros dois brigaram, do que teria resultado o falecimento de Joaquim (REISDORFER, 2021). Além de apresentar indícios sobre a quais lazeres e entretenimentos os marujos se dedicavam, tal documentação demonstra a possibilidade de conflitos entre os marinheiros escravizados.

Os testemunhos sobre o que fazia Firmino naquele dia, portanto, divergem significativamente do relatado pelo homem que o denunciou. Ele acusou o marítimo de agredir os pedestres na rua General Osório e ter lhe dado algumas pancadas. Como se sabe, em se tratando de um auto criminal, não é possível distinguir com precisão

qual das versões fala a verdade. Trata-se de ocorrência há muito perdida, por nós acessada somente através da documentação. Mesmo assim, um aspecto me leva a suspeitar do que dissera o homem não identificado nos autos: nenhuma das testemunhas que depuseram no processo, com a exceção dos policiais, mencionou acontecimento remotamente semelhante. Ora, é difícil crer que ignorassem o fato. Um cativo marinheiro atentando contra os que passavam na rua não seria algo despercebido por quem se achava por ali. Ao contrário, seria um fato denunciado por todos, repercutindo imensamente na vizinhança.

Qual seria então o sentido da queixa relatada à delegacia? Em razão das poucas informações sobre quem proferiu a denúncia, é difícil saber. Mas é possível levantar algumas conjecturas. De uma forma ou de outra, o escravizado que foi às autoridades queixar-se de Firmino tinha com ele alguma desavença. Poderia ser mais complexa, por motivos não informados nos autos, ou por terem brigado naquele dia, saindo o denunciante ferido da contenda. Nesse caso, ele estaria valendo-se da Justiça para resolver um conflito que tinha com um desafeto. Se isso estiver correto, infelizmente não há como saber o que motivou a disputa. Por outro lado, independentemente da queixa, de seu conteúdo ou de sua veracidade, as autoridades municipais se incomodavam com um marítimo escravizado circulando pela urbe, ainda mais quando embriagado. Seja porque não lhe era facultado o lazer em horário de trabalho, seja porque poderia causar confusões, a presença de Firmino parecia um estorvo. Daí é que, ao primeiro relato de perturbação, prontamente se dirigiram para dar voz de prisão ao marinheiro. Em seus depoimentos, afirmaram que não viram o cativo cometer o ato denunciado: prenderam-no em razão da denúncia.

Também é possível que o denunciante sequer tenha existido. Nesse caso, os policiais desejavam prender Firmino, e para fazê-lo precisavam de alguma justificativa plausível. Assim, relataram em seus testemunhos a existência de outro escravizado, de modo a validar a voz de prisão. Trata-se, é claro, de uma hipótese improvável, mas sendo esse o caso, o que teria motivado a ação dos policiais? Entre suas atribuições, a polícia, no fim do Império, dedicava-

se à regulação das práticas e costumes populares, repreendendo “desordens”, embriaguez, confusões, entre outros comportamentos. É possível que estivessem cientes da presença de um marinheiro que, embriagado, circulava pelas vendas da cidade. Temerários da ocorrência de confusões e desordens, saíram para prendê-lo e evitar alguma contenda indesejada. Não se pode esquecer da infâmia e do preconceito que marcavam aqueles trabalhadores: seus contemporâneos percebiam-nos como desordeiros e indisciplinados, prontos a provocar algazarras e brigas.

Conclusões

Procurei mostrar através deste estudo de caso algumas das situações que poderiam acometer os marítimos durante os momentos de desembarque. Se por um lado este era um momento de descansar da labuta rigorosa do convés, aproveitando as inúmeras vivências, divertimentos, lazeres e sociabilidades da cidade, por outro havia o risco de encontros perigosos: com desafetos e inimizades, com desconhecidos hostis à sua presença no espaço público e, claro, com as autoridades municipais que cuidavam da disciplina e do controle social das cidades. Firmino foi absolvido das acusações, por ter suscitado no policial Guilherme tão somente um arranhão. Ainda assim, tal situação é demonstrativa das violências às quais estes sujeitos poderiam estar submetidos, em virtude do estigma que seus contemporâneos lhes impunham, mas também das práticas de controle social exercidas no espaço urbano pelas autoridades, que desejavam submeter as mulheres e homens negros às sensibilidades morais das elites. Mais estudos serão necessários para um entendimento mais amplo e aprofundado a respeito dos conflitos entre trabalhadores marítimos e autoridades, principalmente através de outro tipo de documentação. De toda forma, a intenção do texto foi abrir o debate, para o que esperamos que mais investigações possam revelar outros aspectos do tema.

Fontes

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (APERS). Rio Grande, Processo Crime, Tribunal do Júri, Auto 526, 1885.

Referências bibliográficas

ALGRANTI, Leila Mezan. **O feitor ausente**: estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro. Petrópolis: Vozes, 1988.

ANGRA, Barão de. **Dicionário marítimo brasileiro**. Rio de Janeiro: Typographia e Lithographia do Imperial Instituto Artístico, 1877.

BARREIRO, José Carlos. A formação da força de trabalho marítima no Brasil: cultura e cotidiano, tradição e resistência (1808-1850). **Tempo**. Niterói: EdUFF, vol. 15, n. 29, jul./dez., p. 189-209, 2010.

CAMPOS, Mauricio da Costa. **Vocabulário marujo**. Rio de Janeiro: Officina de Silva Porto e Companhia, 1823.

KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LARA, Silvia Hunold. **Campos da violência**: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1988.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. **Crime e escravidão**: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas (1830-1888). 2. ed. São Paulo: Edusp, 2018.

OLIVEIRA, Vinicius Pereira de. **Sobre águas revoltas**: cultura política maruja na cidade portuária de Rio Grande/RS (1835 a 1864). Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

REIS, João José. **Ganhadores**: a greve negra de 1857 na Bahia. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito**: a resistência negra no Brasil escravista. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1989.

REISDORFER, Douglas. **Entre o cais e o Atlântico**: estudo sobre marujos escravizados da Cidade de Rio Grande por meio de processos criminais (1873 -

1886). Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2021.

RODRIGUES, Jaime. **De costa a costa:** escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780 - 1860). São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

RODRIGUES, Jaime. **No mar e em terra:** história e cultura de trabalhadores escravos e livres. São Paulo: Alameda, 2016.

SCHERER, Jovani de Souza. **Experiências de busca de liberdade:** alforria e comunidade africana em Rio Grande, séc. XIX. Dissertação (Mestrado em História) - Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-graduação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2008.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos:** engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SILVA, Luiz Geraldo. **A faina, a festa e o rito:** uma etnografia histórica sobre as gentes do mar (sécs. XVII ao XIX). Campinas: Papirus, 2001.

SOARES, Luiz Carlos. **O “Povo de Cam” na capital do Brasil:** a escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. **Sonhos africanos, vivências ladinas:** escravos e forros em São Paulo (1850-1880). São Paulo: Hucitec, 1998.

A saúde pública no Piauí: entre medidas centralizadoras e reformas de caráter administrativo no governo Landry Salles (1930-1935)¹

Rakell Milena Osório Silva²

O contexto brasileiro do século XX foi marcado por inúmeras mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais, transformações e evoluções no campo das ciências e da medicina. O período governamental de Getúlio Vargas (1930-1945) contribuiu veemente para a centralização pública federal, principalmente na área da saúde, uma vez que, no período anterior, a saúde pública ainda buscava se estabelecer e se tornar prioridade no país.

1 Este trabalho é resultado de uma pesquisa finalizada do projeto PIBIC UESPI 2020-2021, intitulado “Das Delegacias de Saúde aos Postos de Higiene: a prevenção e a terapêutica das enfermidades no Piauí entre as décadas de 1890 a 1950”, sendo orientado pela Professora Dr^a. Joseanne Zingleara Soares Marinho.

2 UESPI, Licenciatura em História, 4º Período, Bolsista PIBIC UESPI 2020-2021, Bolsista PIBIC CNPq 2021-2022, membro do Núcleo de Estudos em Estado, Poder e Política- NEEPP, membro do Grupo de Pesquisa em História das Ciências e da Saúde no Piauí (Sana)rakello-sorio@gmail.com.

O Governo Provisório (1930-1934), foi marcado por uma intensa reforma política e administrativa, com a diminuição do poder das políticas oligárquicas regionais que controlavam o Estado. Com isso, medidas voltadas para a saúde da população, principalmente a do trabalhador, passaram a ter prioridade na agenda estatal.

As novas estruturas de saúde vinham desde o final da década de 1910 com um processo lento e gradativo de reformas na expansão dos serviços de saneamento e profilaxia rural, em especial no combate das endemias rurais, como a malária, doença de Chagas e ancilostomose. As reformas implantadas na década de 1930 tornaram-se mais complexas, uma vez que a ideia era partilhada por médicos higienistas e por elites políticas. A construção político-ideológica possuía uma forte campanha de nacionalização, com base no sanitarismo campanhista, pautado na modernização do sistema político da União, contra o caráter privado da vida pública. (HOCHMAN, 2002).

No início da década de 1930, várias medidas foram adotadas no país em direção à saúde pública e à incorporação da medicina social de caráter preventivo, que visava o controle das doenças e incentivava a salubridade das cidades, onde “[...] as políticas sociais foram mecanismos cruciais na penetração do poder público em todo o território nacional. Tais políticas foram instrumentos poderosos para manter a unidade territorial do país, face às eventuais pressões federalistas.” (FONSECA, 2007, p. 11). Não houve rompimento com o que vinha sendo realizado na área da saúde, mas sim uma incorporação tanto das instituições, quanto dos agentes, para estabelecer a normatização, centralização e especialização profissional, uma vez que, nesse período as doenças transmissíveis e as endemias rurais eram as principais causadoras de morte nos estados brasileiros.

Apesar da tímida incorporação do Estado nas políticas públicas de saúde no Governo Provisório, buscava-se cada vez mais centralizar sua administração e estender sua proteção social. A febre amarela ainda ameaçava a capital do país e os portos litorâneos, a malária circulava fortemente pelo interior do país, a hanseníase ganhava a atenção dos médicos e a tuberculose continuava sendo o mais grave

problema sanitário das cidades. (HOCHMAN, 2005). Assim, foram necessárias medidas mais rígidas, que remodelassem os serviços sanitários do país, principalmente no interior, para alterar os hábitos da população, que possuíam serviços precários ou praticamente inexistentes.

O Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP), foi um dos primeiros atos criado pelo Governo Provisório, em 1930, que visava uma maior estabilidade quanto o campo da saúde pública e a remodelação dos serviços sanitários do país, com a política voltada para a população urbana, empregada do setor industrial e comercial, já que a legislação social precisava garantir maiores direitos aos trabalhadores urbanos. Com isso pretendia-se, na verdade, garantir à burocracia federal o controle desses serviços, numa estratégia decorrente do centralismo político-administrativo imposto por Getúlio Vargas.

Com a tímida incorporação do Estado nas políticas públicas de saúde a partir da década de 1930, a família foi colocada como incapaz de proteger a saúde adulta e infantil, por conta dos altos índices de mortalidade infantil e as precárias condições de saúde dos adultos. Dessa forma, em “Ordem médica e norma familiar”, Jurandir Costa aborda como o Estado passou a fazer parte da vida privada das famílias, usando essa instituição como instrumento de dominação política para modelar o ideal de família saudável, onde a mãe e a criança passaram a ser o foco desse governo, com base nos conceitos de Foucault:

A nosso ver, o controle educativo-terapêutico instaurado pela higiene iniciou um modelo de regulação política da vida dos indivíduos que, até hoje, vem se mostrando eficiente. Através da tutela terapêutica o corpo, o sexo e as relações afetivas entre os membros da família, como já vimos, passaram a ser usados, de modo sistemático e calculado, como meio de manutenção e reprodução da ordem social burguesa. Todavia, a ação deste tipo de tutela vai mais além. Recupera os efeitos imprevisto dessa manipulação, ocultando-lhes a origem de caráter social. (COSTA, 1989:16).

Os resquícios da Primeira República ainda estavam latentes no pós 1930, onde as relações desiguais entre os estados se orientavam através das noções de privilégio e exclusão. Nesse cenário de constantes mudanças, em que as normas foram feitas e desfeitas, o Estado passara a ser o principal prestador desses serviços e a saúde pública se tornou delimitadora desse modelo centralizado, em contraponto aos interesses privados regionais, colocavam o higienismo e a salubridade em segundo plano.

As questões de assistência sanitária e bem estar social da população ganharam maior destaque, passando a ser questão administrativa, como afirma Cláudio Bertolli, em História da Saúde pública no Brasil:

A nova organização do setor de saúde anunciava o compromisso do Estado de zelar pelo bem-estar sanitário da população. Tal promessa foi recebida de modos diferentes pelas lideranças políticas estaduais. Nas áreas onde havia pouca ou nenhuma assistência médico-hospitalar, essa proposta foi naturalmente bem aceita: esperava-se que as vilas e cidades mais carentes atraíssem a atenção do governo federal e recebessem postos médicos e até mesmo hospitais. Nos estados mais ricos, que já possuíam serviços de saúde organizados, a intervenção federal foi considerada desnecessária e centralizadora, mais dificultando que ajudando a melhorar o atendimento à população. (BERTOLLI, 1996: 31).

Desse modo, a antiga natureza da saúde pública foi remodelada em todo o país de forma gradual pelos interventores federais designados pelo presidente para cada estado, pois não havia profissionais qualificados, as estruturas eram precárias e os materiais eram insuficientes. (FONSECA, 2007). Nesse caso, de acordo com Joseanne Marinho (2018), tais medidas chegaram ao Piauí através da gestão do interventor federal Landry Salles Gonçalves (1931-1935), que foi responsável por reorganizar a administração pública, incluindo as instituições públicas de saúde.

Antes do período interventivo, o período oligárquico no Piauí foi marcado pelo início da modernização, crescimento acelerado das cidades e atenção na saúde da população, principalmente na capital Teresina, mas também com a pobreza e a precarização das moradias,

carências essas, ligadas ao saneamento básico. No início do século XX, a capital piauiense não apresentava nenhum sinal urbano que a definisse como moderna, se comparada aos moldes do Rio de Janeiro, até então, capital brasileira. Teresina se mostrava carente de saneamento, iluminação pública, água encanada, entre outras questões. (ATANÁSIO, 2019).

A partir das primeiras décadas do novecentos, algumas transformações contribuíram para melhorar a condição de vida da população, principalmente dos setores mais pobres. Nesse período, instalou-se uma cultura sanitária de forma mais organizada do que a vista no início da Primeira República, visando a salubridade em detrimento da saúde individual e coletiva, que segundo Silva (2008), anteriormente, era preocupação do Estado apenas quando ameaçava a cidade e aos interesses políticos.

A exemplo disso, o primeiro posto de saúde foi instalado na capital somente em 1921, chamado de Clementino Fraga, e tinha como objetivo ajudar os indigentes e doentes pobres que necessitavam de atendimento, oferecendo um serviço de saúde baseado no mapeamento, tratamento e prevenção de doenças infectocontagiosas, com assistência médica de urgência. (MARINHO, 2019). Além disso:

Em 1920, Eurípedes Aguiar insistia ser necessário a organização de um serviço de saneamento que atuasse contra as principais epidemias do Estado. Direcionado inicialmente para o controle da malária e das “verminoses”, posteriormente passou a prestar atendimento às demais enfermidades que assolavam a região. Reforçava o governador: “Lembro que devemos começar pela montagem de um posto sanitário em Theresina, com o pessoal, material e recursos estritamente necessários ao diagnóstico e tratamento dessas entidades mórbidas”. (SILVA, 2019: 11).

Desse modo, o Posto Sanitário de Teresina, foi considerado sinônimo de civilização e modernidade para a época, por realizar serviços de vacinação e revacinação contra varíola, além de oferecer serviços de profilaxia contra lepra, doenças venéreas e tuberculose, serviços ambulatoriais para doentes que buscavam o posto espontaneamente e serviços domiciliários, voltado na inspeção dos

ambientes privados, a fim de fiscalizar os doentes que não buscavam tratamento. (SILVA, 2019).

Como a organização ainda estava em fase inicial, o estado priorizava outras atividades em detrimento da saúde e, dessa forma, a Diretoria de Saúde Pública, que tinha como foco regular e organizar as atividades e serviços sanitários, ainda atuava de forma ineficiente. (MARINHO, 2018). Nas palavras do governador João Luiz Ferreira:

Continuamos no mesmo pé de atrazo, mantendo uma repartição de hygiene, meramente burocrática, ocupada apenas em fazer inspecções de saude nos funcionariospublicos, conceder licenças para abertura de pharmacies, registrar diplomas scientificos e em poucas outras attribuições sem relevância. (RELATÓRIO GOVERNAMENTAL, 1923, p. 12).

Assim como os Postos de Saúde e as Delegacias de Higiene, responsáveis pela fiscalização de ambientes públicos, notificação dos doentes, profilaxia preventiva e educação higiênica, também se encontravam de forma desorganizada e atuavam de maneira irregular. No mesmo Relatório Governamental de 1923, o governador do estado João Luiz Ferreira apontava que mesmo com algumas delegacias distribuídas nos municípios de Oeiras, Parnaíba, Amarante, União, Vila do Livramento e Vila Nossa Senhora do Corrente, pela falta de guardas sanitários e médicos qualificados, o serviço se restringia a capital com campanhas voltadas para as verminoses, como a malária e outras moléstias endêmicas.

Também foram instalados outros serviços em toda a década de 1920 no Piauí, como em 1924, com o Posto de Profilaxia de Lepra e Doenças Venéreas, em Teresina, no ano de 1925, o Posto de Saúde em Parnaíba, o Posto Moura Brasil em 1928, bem como do Posto Escolar Abreu Fialho, em 1929, responsável por atendimentos contra o tracoma, sendo o único estabelecimento para atendimento exclusivo da clientela infantil, como relata Marinho (2020). Todavia, os serviços se concentravam basicamente em Teresina, Parnaíba e Floriano, enquanto os municípios do interior do estado se encontravam com atendimento precário ou praticamente inexistente.

Durante boa parte da Primeira República, antes da instalação de serviços mais específicos para a melhoria da saúde da população, a atuação se dava através de subsídios filantrópicos, uma vez que as verbas governamentais eram insuficientes e outros aspectos sobressaiam, fazendo com que a saúde pública não fosse considerada prioridade nas metas do governo. As Santas Casas de Misericórdia de Teresina e Parnaíba, o Asilo dos Alienados na capital e o Hospital Miguel Couto de Floriano, foram considerados um “processo civilizador” e de “modernização” para o Piauí e serviam de forma assistencial às camadas mais pobres a fim de proporcionar um bem-estar social. (SANTANA, 2019).

Com o Interventor Federal Landry Salles Gonçalves no comando do Piauí, ele passou a se reportar diretamente ao presidente Getúlio Vargas, demonstrando a preocupação com o estado, que estava em completa desordem que, nas palavras do próprio, conforme consta no Relatório Governamental, a fim de reestabelecer a ordem, “As primeiras medidas a pôr em pratica foram, portanto, tendentes a fortalecer a confiança popular abalada e garantir os direitos individuaes e colletivos”. (RELATÓRIO GOVERNAMENTAL, 1931-1935: 3). Desse modo, para elevar os serviços prestados à população piauiense, foi necessária toda uma remodelação da administração pública, com uma reforma de caráter centralizador, principalmente no que diz respeito a saúde pública.

De início, para os serviços continuarem funcionando por todo o estado, as verbas, tanto pessoal quanto material, para a saúde pública, tiveram um aumento significativo e juntamente, houve uma reorganização da Diretoria de Saúde Pública, com seções específicas para as necessidades da população, como:

Com a nova orientação administrativa, a Diretoria passou a contar com uma Seção de Assistência Médica, dividida em clínicas médica, cirúrgica, mental e obstétrico-ginecológica, além de uma Seção de Saúde Pública, especializada no enfrentamento de endemias e epidemias. (MARINHO, 2019).

Com isso, a assistência hospitalar foi devidamente reformada, com o objetivo de ampliar essa nova organização do Piauí para o

interior do estado, com ações voltadas, principalmente, para as classes menos favorecidas, uma vez que no período anterior, as iniciativas tinham pouco alcance e reduzida eficiência no território, por conta do escasso financiamento para as medidas higiênicas.

Além disso, outros serviços foram prestados à população, complementando ao que já vinha sendo feito, como as inspetorias de demografia, que verificavam a higiene das habitações e eram responsáveis pela profilaxia rural, a polícia sanitária e de saneamento rural, responsáveis pela profilaxia da malária, conhecida como impaludismo na época, das verminoses, da tuberculose e do tracoma, a polícia de higiene escolar, que fazia a inspeção e propaganda sanitária, juntamente com visitas aos escolares, a inspetoria de doenças venéreas e lepra, uma vez que os casos de lepra eram crescentes por todo o território. (CARDOSO, 2017).

Desse modo, é possível notar nesse período que a medicalização implicou relações hierárquicas e disciplinadoras na sociedade, como foi exemplificado nos serviços anteriormente citados, onde o médico passou a ser responsável por guiar a população e salvá-los de todos os males. Assim, a medicina social se estruturou nesse período, a partir de políticas públicas de interesse governamental, viabilizando suas práticas no âmbito da sociedade. Para Foucault (2008), a medicina social se fazia presente no âmbito urbano, pois servia para controlar os meios considerados contagiosos, uma vez que a história da saúde pública enfatiza o poder do Estado, das instituições políticas e dos saberes científicos na área, constituindo um controle social e uma identidade nacional.

As políticas públicas de saúde passaram a ser materializadas nas instituições, nos discursos médicos, no tratamento das doenças, nas ações do governo piauiense direcionadas a população, fundamentadas em uma orientação política de saúde, com base na cultura do higienismo. (NERY, 2019). Entre os serviços de saúde oficiais, tinham destaque os centros de saúde, os postos de higiene e as delegacias de saúde, que praticavam o tratamento e a profilaxia dos doentes com mais organização e regularidade.

As medidas tomadas pelo interventor visavam, prioritariamente, conservar a assistência pública desse governo, com a ampliação dos serviços, não se limitando somente a Teresina, Parnaíba e Floriano, como acontecia no período anterior, mas transformar delegacias de higiene em inspetorias demógrafo-sanitárias, de saneamento, profilaxia rural, de moléstias venéreas e lepra e de higiene escolar, como ocorreu em Teresina e Parnaíba, a fim de proporcionar maior assistência para a população no tratamento e prevenção das doenças locais. Além dessas medidas, a reestruturação da Santa Casa de Misericórdia da capital foi necessária, pois sua estrutura era precária e a assistência hospitalar era ineficiente, sendo preciso ser feitas reformas nas partes cirúrgica, clínica médica e obstétrica ginecológica. (RELATÓRIO GOVERNAMENTAL, 1931-1935: 40).

De acordo com Marinho (2014), no ano de 1934, foi ampliado o benefício da assistência médica, principalmente no que diz respeito ao interior do estado, pois os postos e inspetorias da capital funcionavam regularmente, enquanto em outros municípios do estado grande parte da população vivia em estado precário. Assim, o número de Delegacias de Saúde foi elevado, contabilizando 15 unidades de atendimento³, onde cada delegacia abrangia um distrito administrativo, exceto David Caldas, que era restrita à Colônia, sendo aquelas responsáveis pelo tratamento de doenças que assolavam a região, como: malária, sífilis, verminose e outras moléstias venéreas. Além da instalação de um dispensário no município de Parnaíba, com três médicos e um outro em Floriano, com dois médicos, e também nesse mesmo ano a Inspeção de Higiene Infantil foi substituída pela Diretoria de Proteção à Maternidade e Infância, onde a infância passou a ser de importância governamental.

Ainda, com base no mesmo Relatório Governamental de 1931 a 1935, foi possível ver detalhadamente o funcionamento e atuação da Diretoria de Saúde Pública, com o quadro demonstrativo do

³ As delegacias estavam situadas em: Barras, Piripiri, Campo Maior, Oeiras, União, Amarante, Valença, Picos, São João do Piauí, Bom Jesus, Uruçuí, Castelo, Joaquim Távora, Piracuruca e David Caldas. (RELATÓRIO GOVERNAMENTAL, 1931-1935:41).

movimento dos postos de Teresina e de distribuição de medicamentos ao interior.⁴ Desse modo, os Postos de Saneamento Rural na capital eram de extrema importância para a população local e interiorana, pois fornecia exames de fezes, escarro, muco nasal, de sangue e pus, além de tratar os doentes de verminose e malária e vacinar e revacinar a população contra a varíola. Para melhor elucidar os serviços fornecidos por esses postos, a tabela 1 traz o Posto de Saneamento Rural, Seção “João Virgílio” como exemplo.

	1932	1933	1934	1935	TOTAL
Pessoas Matriculadas					
HOMENS	950	816	613	114	2503
MULHERES	650	767	497	77	1991
CRIANÇAS	1195	2975	1105	184	5499
Doentes de Verminose	3679	3146	1016	180	8021
Doentes de Impaludismo	784	891	793	128	2596
Doentes de Impaludismo e Verminoses	—	521	—	—	521
Exame de Fezes					
POSITIVOS	3679	4656	2185	417	10937
NEGATIVOS	379	561	247	43	1230
Exames de Escarros					
POSITIVOS	19	16	----	----	35
NEGATIVOS	36	13	----	----	49
Exames de Muco Nasal					
POSITIVOS	5	5	----	----	10
NEGATIVOS	28	2	----	----	30
Exames de Pús					
POSITIVOS	1	1	----	----	2
NEGATIVOS	6	2	----	----	8
Exames de sangue					
POSITIVOS	39	33	----	----	72
NEGATIVOS	26	16	----	----	42
Impaludados matriculados, em tratamento	784	2618	1726	347	5475
Comprimidos de quinino, fornecidos	5677	19553	18723	2924	46877
Injeções de azul de metileno, aplicadas	201	882	699	28	1810
Injeções de maleizim azul	92	----	----	----	92
Injeções de sezonan, aplicadas	8	----	----	----	8
Papeis de euquinina, fornecidos	----	30	1193	----	1223
Papeis de dolearina, fornecidos	----	----	43	----	43
Vacinados	433	104	132	351	1020
Revacinados	1827	355	35	194	2411
Attestados de vacinação, com proveito	----	225	----	543	768
Consultas	7904	11792	6251	1224	27171

Tabela 1: Dados retirados do Relatório dos Presidentes dos Estados Brasileiros (PI) de 1931-1935. Disponível no Arquivo Público “Casa Anísio Brito, em Teresina.

4 Os dados do ano de 1931 não constam nesses serviços.

Todavia, como demonstra a tabela, apesar do grande avanço quanto a saúde pública no estado, o serviço ainda era deficitário, com algumas partes sem informação, ocorrendo o mesmo caso no Posto de Saneamento Rural, Seção “Ribeiro Gonçalves”, na Inspetoria de Moléstias Venéreas e Lepra, conhecida como Dispensário Arêa Leão, nos serviços da polícia sanitária e até mesmo nas pesquisas do Instituto Alvarenga, todos localizados em Teresina, torna-se evidente que apesar da instalação de delegacias de saúde em outros municípios, os serviços que funcionavam com maior regularidade ainda se concentravam na capital, enquanto os do interior continuavam com problemas recorrentes, como a falta de estruturas adequadas ou de profissionais qualificados.

Dessa maneira, foi possível notar alguns avanços no governo do Interventor Federal Landry Salles Gonçalves, que remodelou os serviços públicos, principalmente no que tange à saúde, através de verbas federais para a conservação dos benefícios propostos pela Diretoria de Saúde Pública, por meio da criação de postos de higiene, dispensários, delegacias de saúde, ampliação dos estabelecimentos hospitalares, com a distribuição de medicamentos e vacinas, não restringindo esses serviços somente a capital Teresina, mas abrangendo outros municípios do interior.

Apesar dos serviços ainda serem deficitários, foi possível notar que o governo contou com avanços e retrocessos no que diz respeito à saúde pública no estado, se comparado ao período anterior, proporcionando melhores condições para as populações pobres, que antes viviam à mercê quase que totalmente da caridade e filantropia das Santas Casas de Misericórdia.

Referências bibliográficas e documentais

ATANÁSIO, Francisco. O médico e os monstros: a atuação de José Cândido Ferraz em meio aos conflitos políticos e aos incêndios criminosos em Teresina na década de 1940. **Vozes, Pretérito & Devir** Ano VI, Vol. IX, N° I (2019) Dossiê Temático.

CARDOSO, Elisângela. Infância, médicos e mulheres no Piauí entre 1930 e 1940. **Projeto História**, São Paulo, v. 60, pp. 319-350, Out-Dez, 2017.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal Ltda, 1992.

FILHO, Cláudio. **História da saúde pública no Brasil**. Editora Ática, 1996.

FONSECA, Cristina. **Saúde no Governo Vargas (1930-1945):** dualidade institucional de um bem público. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**. 1º edição, São Paulo: Livraria Martins Fontes, Editorial LTDA, 2008.

HOCHMAN, Gilberto. A malária em foto: imagens de campanhas e ações no Brasil da primeira metade do século XX. **Revista Imagens**, vol. 9, 2002.

HOCHMAN, Gilberto. Reformas, instituições e políticas de saúde no Brasil (1930-1945). **Educar**, Curitiba, n. 25, p. 127-141, 2005.

MARINHO, Joseanne. A assistência à saúde materno-infantil no Piauí (1937-1945). XII Encontro Nacional de História Oral: Política, Ética e Conhecimento, 2014, Teresina. **Anais Eletrônicos**, 2014. p. 01-15.

MARINHO, Joseanne. As delegacias, os postos e os hospitais: as primeiras instituições de saúde e o atendimento infantil no Piauí (1889-1930). **Revista Outros Tempos**. Vol. 17, n. 30, 2020.

MARINHO, Joseanne. As políticas públicas de gênero no Piauí: A saúde materno-infantil (1930-1945). **Vozes, Pretérito & Devir** Ano VI, Vol. X Nº I. Teresina, 2019.

MARINHO, Joseanne. “**Manter sadia a criança sã**”: as políticas públicas de saúde materno-infantil no Piauí de 1930 a 1940. Jundiá: Paco Editorial, 2018.

MARINHO, Joseanne. Sobre o cuidar do “futuro do Brasil”: o atendimento materno-infantil nos estabelecimentos de saúde pública no Piauí (1889-1929). **ANPUH-Brasil**. Recife, 2019.

NERY, Ana. A assistência pública aos doentes venéreos nas instituições de saúde de Teresina. **ANPUH Brasil**. Recife, 2019.

PIAUHY, Governo 1923. **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa pelo Exm. Sr. Dr. João Luiz Ferreira Governador do Estado no dia 1º de junho de 1923**. Therezina: Typ. d'O Piauhy, 1923. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/>. Acesso em: 21 abr 2021.

PIAUHY, Governo do. **Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, M. D. Presidente da República, pelo Cap. Landry Salles Gonçalves, Interventor Federal no estado do Piauí.** Teresina: Imprensa Oficial, 1931-1935. Disponível em: Casa Anísio Brito (Biblioteca Pública). Acesso em: 09 mar 2021.

SANTANA, Márcia. Estado, caridade e filantropia: a Santa Casa e o Asilo dos Alienados na assistência médica em Teresina (1889-1909). **Revista da Associação Nacional de História.** Vol. X, n. 19, Fortaleza, 2019.

SILVA, Ieda. A institucionalização da saúde pública no estado do Piauí, 1937-1945. **II Simpósio de História da UESPI/CCM.** Teresina, 2010.

Entre memórias e política: a inserção de Nair de Teffé no cenário político da Primeira República brasileira (1910-1914)

Bethânia Luisa Lessa Werner¹

Introdução

Em sessão do Senado, datada de 11 de novembro de 1914, Ruy Barbosa discursa – dentre outros temas – sobre as supostas ofensas dirigidas à segunda esposa do Presidente da República, Hermes da Fonseca, Nair de Teffé. Em sua fala, apresenta inúmeras críticas ao governo do Marechal, direcionadas à figura do mesmo, mas também envolvendo sua esposa, especialmente em relação ao episódio ocorrido dias antes nas dependências do Catete, a noite do Corta Jaca.

Durante seu discurso, Ruy Barbosa faz uma breve retrospectiva tanto sobre o primeiro casamento do presidente, destacando a “imaculada companheira de sua vida” (FEDERAL, 1917, p. 109), Orsina da Fonseca, quanto sobre o segundo matrimônio contraído pelo presidente em 1913, com Nair de Teffé. Associada diretamente ao episódio da noite do Corta Jaca, inclusive enquanto protagonista

¹ Graduanda em História – Bacharelado pela Universidade Federal de Pelotas. Contato: bethaniawerner@hotmail.com

da mesma, Nair teve, nesse momento, sua figura pública e ações, levadas ao âmbito da política nacional.

A jovem nascida no final do século XIX no Rio de Janeiro, que teve sua formação educacional e intelectual construída a partir de influências europeias, principalmente francesas, encara, mais uma vez, a política atravessando suas vivências. E diga-se mais uma vez por conta da sua trajetória e dos laços familiares que a aproximaram desses espaços desde muito nova, como a própria Nair destaca:

Aos 7 anos de idade, quando meu pai era Ministro Plenipotenciário do Brasil em Roma, fui apresentada à sociedade, no dia 7 de setembro de 1893, nos salões do “Villino de Renzis”, ao ensejo das comemorações da data da Independência. (FONSECA, 1974, p. 18)

No discurso de Ruy, Nair é lembrada por “exercer impunemente uma tal influencia”, a qual “ninguém o conseguiu, nem o conseguirá nunca” (FEDERAL, 1917, p. 110) sobre o governo e as ações do Marechal Hermes da Fonseca. Logo, ao levar o episódio da noite do Corta Jaca, considerada um desaforo aos costumes e à sociedade brasileira, à sessão do Senado, Ruy Barbosa está falando sobre o protagonismo político de uma mulher e as repercussões de suas ações, nem sempre bem vistas, no desenvolvimento da nação.

Nair pode ser considerada um dos poucos exemplos da inserção feminina em ambientes públicos e políticos. Deve-se considerar, contudo, sua posição na sociedade da época. Filha de Antônio Luís Von Hoonholtz, o Barão de Teffé, e de Maria Luisa Dodsworth, a baronesa de Teffé, Nair teve sua trajetória marcada pela participação, desde a infância, nos mais exclusivos ambientes sociais, aproximando-a de círculos sociais privilegiados à época, como demonstrado anteriormente. Porém, apesar dessa aproximação, sua condição enquanto mulher também lhe tolhia inúmeras possibilidades que eram livres aos homens, sendo muitas vezes silenciada.

Essa aproximação é promovida em grande parte pela figura de seu pai, o Barão de Teffé, que preza pela educação da filha e sua inserção nessas redes sociais do período, visando antes de tudo, arrumar-lhe

um bom casamento. Em relação a esse aspecto, preconizado como um dos pilares da educação feminina durante o início do século XX, o casamento foi uma questão que marcou a vida de Nair, ainda que ela pensasse em “só casar-me aos 30 anos depois de realizada artisticamente e amadurecida para a vida” (FONSECA, 1974, p. 30).

Sua trajetória artística foi de grande sucesso. Considerada uma das primeiras caricaturistas mulheres a publicar seu trabalho no Brasil, Nair teve reconhecimento nacional e internacional a partir de suas produções, as quais buscavam satirizar inúmeros personagens de seus círculos sociais, notadamente homens e mulheres pertencentes à alta sociedade carioca. Reconhecida pelo pseudônimo “Rian”, “a artista publicou nos periódicos Fon-Fon, O Binóculo, A Careta, O Malho, Gazeta de Notícias, Gazeta de Petrópolis, Le Rire, Fêmina e outros” (CHAGAS, 2016, p. 60).

Dessa forma, enquanto a crítica – em quase todas as instâncias – era algo proibido às mulheres, bem como quaisquer manifestações contrárias à ordem vigente, Nair faz da sua arte algo corajoso e expressivo, questionando padrões previstos à feminilidade da época. Contudo, ainda que reconhecesse na arte sua prioridade, foi a partir da opção pelo casamento que inúmeras transformações atravessaram sua vida, trazendo consequências para sua atividade artística, a qual a própria Nair destaca que “depois da morte do Marechal, desiludida e desgostosa de tudo, comecei a perder o entusiasmo pelas artes” (FONSECA, 1974, p. 16).

A proximidade de Nair de Teffé com a política se revela ainda mais forte a partir do seu enlace matrimonial com – nada mais, nada menos – do que o presidente da República, no ano de 1913. A partir da sua posição enquanto primeira dama, acumulados seus capitais sociais prévios, é que a figura de Nair começa a ser ainda mais vista, comentada e criticada, como percebemos no discurso de Ruy Barbosa, demonstrado no começo desse texto.

Nesse sentido, o casamento de Hermes da Fonseca e Nair de Teffé, em dezembro de 1913, é um dos acontecimentos mais comentados na imprensa da época. Seja por conta da não aprovação

pública do enlace², da contrariedade da família Fonseca (Figura 1) – motivados também pelo recente falecimento da primeira esposa – ou pela diferença de idade entre o casal, a repercussão foi expressiva. Contudo, o matrimônio não ficou marcado somente por meio dos veículos de imprensa da época, mas também nas memórias daquela que, aos 27 anos, tornou-se a primeira dama do Brasil.

Figura 1 - A comunicação oficial do contrato de casamento do presidente da República – Jornal A Epoca (18 de setembro de 1913)



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira

2 Ruy Barbosa, no mesmo discurso citado no começo do presente artigo, comenta que: “Eis o que a opposição aconselhava ao marechal, cortezmente, na linguagem mais irreprezível; e, si os conselhos da opposição houvessem de se abonar com uma autoridade sagrada, ahi estava, para os revestir de uma eloquente solemnidade, a memoria e o exemplo da primeira marechala, cuja discricão não assumiu jamais a menor parte na vida official do presidente. Na sua inconsciencia, porém, o marechal nos não acceitou o conselho”. (FEDERAL, 1917, p. 110).

Em meio às memórias, em frente à imprensa

Em 1974, alguns longos anos após a morte do Marechal Hermes da Fonseca (1855-1923), Nair de Teffé publica o seu livro, intitulado *A Verdade sobre a Revolução de 22*. Por meio das palavras e de uma narrativa às vezes atravessada pelas confusões memoriais, Nair volta-se ao passado e, através de lembranças do período em que viveu ao lado de Hermes, organiza inúmeras narrativas sobre a vida privada – mas também pública – do casal.

Incentivada a organizar um livro com essas memórias, relutou durante algum tempo, mas, já nos seus 80 anos, se propôs a fazê-lo, visando “elucidar certos pontos até hoje obscuros, analisando e interpretando como única testemunha ocular do desfecho memorável na história do Brasil” (FONSECA, 1974, p. 10). Em sua narrativa, Nair apresenta inúmeras passagens de sua vida privada antes do casamento, dando grande destaque à figura de seu pai e às trajetórias da família, entre a Europa e o Brasil. Contudo, aspecto sobre o qual ela mais demora sua atenção e sobre o qual apresenta mais detalhes, é em relação ao período de seu casamento com o Marechal Hermes da Fonseca, descrito por ela enquanto um “esposo amantíssimo, chefe de família exemplar e acima de tudo, Soldado do Brasil” (FONSECA, 1974, p. 10).

Nesse sentido, sua organização narrativa é baseada em uma memória do privado, geralmente associada às mulheres, pois suas lembranças voltam-se, conseqüentemente, “para a família e o íntimo, os quais elas foram de alguma forma delegadas por convenção e posição” (PERROT, 1989, p. 15). No caso de Nair, entretanto, ao considerar o relato sobre sua vida privada, paralelamente, é inevitável relacioná-lo aos desenvolvimentos políticos do período, dadas as posições sociais ocupadas por ela e pelo marido.

Assim, ao voltar suas lembranças para as décadas de 1910 e 1920, Nair demonstra alguns aspectos da organização política da época e suas bases, nas quais, assim como nos modelos europeus “[...] os partidos políticos se apresentavam como “clubes de elite”; também os critérios de inclusão ao corpo político passavam pelo saber ler e

escrever e por critérios de sexo, incluindo apenas o masculino; [...]” (GOMES, ABREU, 2009, p. 8).

Ao decidir reunir as memórias desse período em um livro, portanto, demonstra sua inserção nas redes de influência política, enquanto mulher e artista. Ou seja, sua atuação, ainda que nem sempre protagonista, surge relacionada à política, esfera da qual as mulheres nem sempre puderam participar. Logo, o episódio duramente criticado por Ruy Barbosa durante a sessão do Senado em 11 de novembro de 1914, lhe diz respeito e, inclusive, a coloca enquanto protagonista: a noite do Corta Jaca.

A tão famosa noite do Corta Jaca foi uma reunião organizada por Nair em outubro de 1914, próximo ao final do mandato presidencial de Hermes, realizada nas dependências do Palácio do Catete, onde “nas horas de lazer, fazia caricaturas, ouvíamos música, tocava piano e cantávamos músicas estrangeiras e declamava os versos dos poetas de além-mar” (FONSECA, 1974, p. 43). Dessa forma, indo na contramão dos costumes previstos à época, especialmente em relação a comportamentos da primeira dama e do presidente da República, Nair insere no Palácio do Catete, a cultura popular brasileira.

Nesse sentido, tal movimento é visto como um enorme desrespeito, sendo utilizado enquanto arma da oposição para direcionar várias críticas ao governo, já pouco respeitado. Ou seja, dialoga com o que Gomes e Abreu destacam quando comentam que: “A cultura, em qualquer período histórico, é um campo aberto a conflitos e disputas políticas” (GOMES, ABREU, 2009, p. 11).

Durante a ocasião, a primeira dama interpreta, ao lado de Catulo Cearense, o famoso Corta Jaca, composição feita por Chiquinha Gonzaga, especialmente para Nair (FONSECA, 1974, p. 44). Nos dias que se seguiram, as críticas estamparam as capas da imprensa, como percebe-se na primeira página do jornal A Época, com a manchete: “O povo acorda enfim para encontrar a pátria sem dinheiro, sem crédito e sem honra” (Figura 2).

Figura 2 – Capa da edição nº 789 do jornal A Epoca, de 31 de outubro de 1914



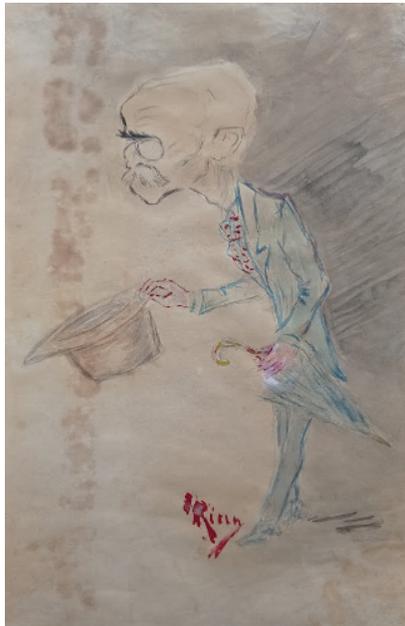
Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira

Na matéria que segue, intitulada “Ao terminar do sítio”, há inúmeras denúncias sobre as dificuldades administrativas, econômicas e sociais enfrentadas pelo país naquele momento, associadas à declaração de Estado de Sítio pelo presidente em abril do mesmo ano. Tal declaração também é mencionada nas memórias de Nair, contrastando com o tom do discurso veiculado na imprensa, quando ela comenta que: “Apesar do Estado de Sítio, as liberdades eram garantidas, especialmente a de imprensa, fonte geradora e inspiradora de exaltação dos ânimos e das paixões políticas que continuavam

em franca efervescência” (FONSECA, 1974, p. 62). Na contramão, portanto, os jornais – principalmente da oposição – direcionam suas críticas ao Marechal e seu governo diretamente, apontando o “idiota do presidente da República” que “escancarava a bocca immensa, na gargalhada alvar com que applaude o “corta jaca” nos fandanguassus do Catete [...]” (A Epoca, 31/10/1914, p. 1).

Ou seja, a partir da noite do Corta Jaca, os ataques públicos foram direcionados ao casal e, conseqüentemente, à administração presidencial de Hermes, que ia de mal a pior, pelos olhos da oposição. Nair, tomando parte das manifestações de Ruy Barbosa direcionadas também a ela, lhe respondeu ao seu modo, artisticamente, por meio de uma caricatura, satirizando a figura do senador (Figura 3).

Figura 3 – Caricatura de Ruy Barbosa, por Rian



Fonte: Reprodução Museu Histórico Nacional.
Disponível em: <https://g.co/arts/zewigYNMdkvp1yEW9>

As tensões com Ruy Barbosa são bastante lembradas por Nair na escrita de suas memórias e, por isso, nos permitem a compreensão do quanto sua presença nesse meio político era influente até mesmo nas cerimônias institucionais promovidas pelo governo.³ Logo, ao participar da organização das reuniões realizadas no Catete, entendido por ela enquanto sua casa, deixava transparecer na lista de convidados as inimizades políticas, tanto suas quanto de Hermes. Em uma dessas ocasiões, ela lembra:

O Cerimonial queixava-se ao Marechal. Rafael Mayrink via-se em palpos de aranha comigo. Informava ao Presidente que as pessoas vetadas eram pelas condições políticas e cargos, convidados obrigatórios pelo protocolo.

Diversas vezes tive de descer ao salão de Despachos, chamada por Hermes, para enfrentar o “Protocolo” e os Ministros, aos quais o Presidente falava:

- Sr. Ministro ou Dr. Rafael Mayrink, diga a Dona Nair que o senhor fulano, pela condição e cargo que ocupa, não pode deixar de ser convidado.

Os Ministros, Secretários e o Rafael Mayrink, confirmavam.

- Então, eu não vou!

O Marechal me fazia todas as vontades. Suave e meigo, para não ficar sem a minha companhia, acabava concordando (FONSECA, 1974, p. 90).

Ou seja, a partir desse trecho nota-se um modo de interferência da primeira dama frente ao corpo político e diplomático que cercava o casal. Tal aspecto pode ser entendido enquanto uma maneira de influenciar as ações do marido, mas também pode ser percebido enquanto um aval para que o Marechal, na ausência de determinadas pessoas, pudesse agir politicamente por outros caminhos, não simplesmente acatando aos desejos da mulher somente por amor.

Para além das inimizades políticas, Nair também conservava amizades com políticos influentes da época, especialmente com Pinheiro Machado, considerado por ela “afável, simples, alegre e brincalhão” (FONSECA, 1974, p. 19) e bastante lembrado em suas memórias. Desde antes do casamento, preocupação constante também de Pinheiro Machado para com a jovem, ambos já eram

3 Para uma análise da conjuntura política que opôs o grupo político de Ruy Barbosa ao de Hermes da Fonseca e Pinheiro Machado, assim como a campanha civilista e as eleições presidenciais de 1910, ver LOVE (1975) e VISCARDI (2012).

próximos, o que só foi fortalecido quando noticiado o matrimônio entre Nair e Hermes, sendo Pinheiro Machado um dos primeiros a saberem da novidade:

O meu noivado ficou em sigilo. Era um “segredo de Polichinelo”. Numa recepção no Itamarati, Pinheiro Machado quando me viu, disse como sempre:

- Vamos passear pelos salões. Preciso pescar um rapaz para você. Já é tempo de arranjar um casamento.

Ele não sabia de nada. Vieram anunciar que o Presidente já estava no salão para receber os convidados da ceia. Pediu-me licença para ir cear e eu disse:

- General, vou com o senhor!

- Não Nair, no salão só os convidados do Presidente.

- Eu sou convidada! Quero entrar conduzida pelo senhor.

- Você está maluca!

Na porta do salão, Regis de Oliveira, avisou-me:

- Mademoiselle Teffe, o Presidente aguarda a sua presença para iniciar a ceia.

Pinheiro Machado, segredou-me indagando:

- Que é isso menina?

Respondi-lhe baixinho:

- Não precisa mais procurar casamento para mim. Estou noiva do Presidente da República.

Pinheiro Machado ficou surpreso. Entre espantado e alegre, indagou-me:

- Do Marechal Hermes da Fonseca? Com o meu melhor amigo?

- Sim General! Do Marechal Hermes da Fonseca, Presidente da República (FONSECA, 1974, p. 34).

As relações de amizade com Pinheiro Machado foram estreitadas, portanto, a partir de sua proximidade anterior também com o Marechal⁴, considerado seu melhor amigo, como lembrado por Nair. Amigo próximo também do Barão, foi a partir de tamanha consideração que Pinheiro Machado, ao lado de Oscar – irmão mais velho de Nair – e sua esposa Mercedes, Álvaro – também irmão de

4 Também na sessão de 11 de novembro de 1914 no Senado, Pinheiro Machado discursa em defesa da candidatura e do governo do Marechal Hermes da Fonseca, respondendo à Ruy Barbosa e destacando: “A conducta, Sr. Presidente, do Sr. Marechal Hermes da Fonseca durante os dias movimentados que antecederam a acceitação da sua candidatura foi a mais correcta, a mais desinteressada e a mais patriótica possível” (FEDERAL, 1917, p. 127).

Nair – e Nicola, sua esposa, foram convidados a serem padrinhos e testemunhas do enlace (FONSECA, 1974, p. 36).

Ou seja, ao estabelecer amizade com figuras pertencentes à elite política da época, Nair também aproximava-se dos ambientes privados, reuniões e cerimônias promovidos pelo grupo, como demonstrado no trecho anterior. Logo, sua participação, enquanto mulher, em meio ao corpo diplomático predominantemente masculino também é notável.

Tal aspecto demonstra, portanto, o quanto ela também se fazia influente na vida política da capital federal, ocupando lugares nos contextos públicos da época e influenciando no cotidiano presidencial. Sua vida, especialmente após o casamento com o Marechal a faz deixar, gradativamente, em segundo plano seu lado artístico, descrevendo-se como uma “esposa dedicada, sempre companheira fiel ao Marechal” e, por isso, “anulando-se, de certa forma” (SILVA, SIMILI, 2011, p. 128). Contudo, é também através deste movimento que ela se caracteriza enquanto influência social da época.

Considerações finais

A partir da análise inicial do conteúdo das memórias de Nair de Teffé, bem como a verificação da sua presença na imprensa da época, especialmente durante o período do mandato presidencial de Hermes (1910 a 1914), é possível visualizar algumas de suas influências políticas. Ainda em construção, a presente pesquisa buscou apresentar resultados parciais sobre essa participação, visando compreender o quanto Nair de Teffé se fez presente e estabeleceu relações políticas através de sua posição social.

Mesmo inserida em espaços pertencentes à elite da época, Nair deixa transparecer em sua narrativa o quanto “nunca gostou de política, e, se fazia enorme esforço para entendê-la, isso se devia ao carinho que tinha pelo Marechal” (RODRIGUES, 2002, p. 98). Esse distanciamento é também proposto socialmente pelo período, já que “ser uma mulher na política, ou ainda, ser uma “mulher política” parece a antítese da feminilidade, a negação da sedução” (PERROT, 2019, p. 155).

As atitudes, as ações e os comportamentos femininos eram rigorosamente vigiados, especialmente no que dizia respeito àquela que representava, ao lado do presidente, a nação brasileira. Nesse sentido, ainda em seu discurso, Ruy Barbosa comenta sobre a relação estabelecida entre o posto de primeira dama e suas atribuições, destacando que:

Depois, quando o marechal Hermes convolou a segundas nupcias, o que a política lhe disse é que a eleita da sua nova afeição não tinha nenhuma situação oficial no regimen, que as mulheres dos presidentes não participavam das honras magestáticas das rainhas, e que a coroa única da esposa do Chefe da Nação, em uma democracia republicana, é a corôa das suas virtudes (FEDERAL, 1917, p. 110).

Nair provou-lhe o contrário, indo além do que lhe era previsto enquanto primeira dama e rompendo padrões aos quais era limitada, como buscamos elucidar brevemente nesse texto. Tal aspecto retoma a necessidade da incorporação dos modelos femininos previstos que as afastavam da política e dos centros de poder. Dessa forma, retomase a importância do estudo sobre a construção dos espaços políticos e de seus agentes, colocando as mulheres de maneira central nesse processo para que seus protagonismos sejam constantemente mais visibilizados.

Fontes

FONSECA, Nair de Teffé Hermes da. **A verdade sobre a Revolução de 22**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Gráfica Portinho Cavalcanti LTDA, 1974.

Hemeroteca Digital Brasileira

A Epoca, Rio de Janeiro, 18 de setembro de 1913, p. 1

A Epoca, Rio de Janeiro, 31 de outubro de 1914, p. 1

Anais do Senado

FEDERAL, Annaes do Senado. **Sessões de 1 a 30 de novembro de 1914**. Volume VII. Congresso Nacional. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1917.

Referências bibliográficas

CHAGAS, Mario. Nair de Teffé: Uma mulher entre a arte e a política. In: ASSIS, Maria Elisabete Arruda de. SANTOS, Taís Valente dos. (org.). **Memória feminina: Mulheres na História/História das mulheres**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco. Editora Massangana, 2016, p. 58-65.

CULTURE, Google Arts &. **Museu Histórico Nacional** – caricatura de Ruy Barbosa. Coleção [Online] Disponível em: <https://artsandculture.google.com/asset/caricatura-de-rui-barbosa-nair-de-teff%C3%A9-rian/7AERqms4HEMxVQ> Acesso realizado em 31 de outubro de 2021.

GOMES, Ângela de Castro; ABREU, Marta. Uma nova ‘velha’ República: um pouco de história e historiografia. **Tempo – Revista do Departamento de História da UFF**. Rio de Janeiro, v. 13, nº. 26, p. 01-14, jan. 2009.

LOVE, Joseph L. **O regionalismo gaúcho**. Coleção Estudos. São Paulo: Editora Perspectiva, 1975.

PERROT, Michelle. Práticas da memória feminina. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 9, nº 18, p. 09-18, 1989.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. [tradução Angela M. S. Córrea] 2ª ed. 6ª reimpressão – São Paulo: Contexto, 2019.

RODRIGUES, Antonio Edmilson Martins. **Nair de Teffé: Vidas Cruzadas**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

SILVA, Ivanete Paschoalotto. SIMILI, Ivana Guilherme. Nair de Teffé: uma narrativa biográfica para as mulheres dos séculos XIX e XX. **Diálogos & Saberes**. Mandaguari, v. 7, n. 1, p. 121-134, 2011.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **Teatro das oligarquias: uma revisão da política do café com leite**. 2ª ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

As diversas operárias da imprensa rio-grandense na Primeira República

Daiana dos Santos Macedo¹

Esse trabalho faz parte do meu Trabalho de Conclusão de Curso e a pesquisa se foca em analisar as diferentes representações da mulher operária na imprensa rio-grandense. As representações da mulher ao longo da história variam da pecadora à santa. Essas representações do sexo feminino são antigas emuitas delasainda perduram na atualidade. Em certos momentos, a mulher é associada a Eva, responsável pela queda do homem, o agente desestabilizador. Se o homem é a ordem, a mulher seria a desordem; a ideia da mulher criminosa ou manipuladora, a mulher como Perrot cita “que “puxa” os fiozinhos dos pobres homens” (PERROT, 1988, p.178), que seriam marionetes fáceis nas delicadas mãos femininas.

O outro lado dessa moeda seria a mulher santa, símbolo de pureza, musa inspiradora. A mulher não poderia ser a fonte de todo o mal, então essa outra mulher apresentada para sociedade tinha uma missão: a missão civilizadora, com a função de educadora. Era a “rainha do lar”, cabendo a ela a responsabilidade da educação dos futuros cidadãos da nação. Essa mulher construída pela perspectiva masculina, seria uma mulher obediente, submissa, frágil, que precisa

¹ Graduanda em Licenciatura em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail de contato: daianasm2000@yahoo.com.br

constantemente da proteção e orientação do homem, tendo a sua esfera de ação restrita ao lar e como papel principal o de “boa” esposa e mãe.

É possível encontrar esse estereótipo de mulher presente no imaginário da sociedade gaúcha da Primeira República. A influência do positivismo reforçou ainda mais esse ideário criado entre as classes mais abastadas, que passou a ser adotado pelas demais. Com a expansão das fábricas, que ocorria nesse período aqui no Brasil, um grande número de homens, crianças e mulheres foram absorvidos como trabalhadores e trabalhadoras pela nascente indústria e com isso, ocorre um aumento da presença feminina no universo operário, o que foi notado pela sociedade e pelos veículos de comunicação da época.

É importante salientar que o fato de as mulheres estarem entrando para o mercado de trabalho juntamente com os homens na indústria, não significa que elas não trabalhassem antes disso. A mulher sempre trabalhou, seja como lavadeira, cozinheira, ou cuidando de outras crianças, idosos e outras pessoas, ou seja, o trabalho nunca foi um elemento estranho na vida da mulher, apesar de existir uma ideia de que esse tipo de trabalho, o trabalho doméstico², não seja importante.

Na imprensa rio-grandense da Primeira República é possível notar algumas representações da mulher operária. Diante disso, essa pesquisa pretende examinar representações da mulher operária em periódicos da imprensa positivista (burguesa), imprensa negra e operária rio-grandense, quais eram as imagens e os pontos de divergência e convergência entre as construções sobre o feminino presentes nesses diferentes jornais. O período selecionado para pesquisa foi a Primeira República, pois nesse momento começara uma grande demanda da mão de obra feminina dentro das fábricas no Brasil.

Para esse estudo, selecionei nove reportagens de três diferentes jornais que circulavam no período de 1905 a 1919 na cidade de Porto

2 Sobre a discussão do trabalho doméstico, ver SOUZA, 2015.

Alegre: A Federação: Orgam do Partido Republicano, A Democracia e O Exemplo. Acredito que, por base na assinatura dos textos, que os textos escritos nos jornais *O Exemplo* e a *Federação* foram escritos por homens, os textos do jornal *A Democracia* não possuem assinatura então não foi possível saber se o autor era homem ou mulher.

Para fazer as análises das reportagens contei com as contribuições de diversos autores, dentre eles Cláudio Pereira Elmir (2012) e Tania Regina Luca (2008), que trazem um debate valioso sobre como usar os periódicos como fontes de pesquisa. Os autores trazem para os pesquisadores sugestões para lidar com esse tipo de fonte, e foi a partir dos elementos que ambos autores me proporcionaram que partiram as minhas reflexões para análise das minhas fontes.

Também contei com a contribuição de autores como Isabel Bilhão (2005), Glaucia Fraccaro (2018), Joan Bak (2003) e Margareth Rago (2004) que proporcionaram um debate historiográfico relevante sobre a operária durante a Primeira República. Para as questões de gênero e classe contei a colaboração de autores como Thompson (1965), Joan Scott (1990), Michelle Perrot (1998), Heleieth Saffioti (1975) e Daniele Kergoat (2009).

Análises

Durante a minha pesquisa nas fontes analisadas, encontrei três tipos diferentes de representações da mulher operária que intitulei de *A Trindade Feminina*, essa trindade é composta da mulher frágil/indefesa, a mão que abandona o lar e a mulher “ladra” que rouba dos homens os empregos. Minha hipótese é que provavelmente as operárias possuíam uma visão muito diferente de si mesmas, mas infelizmente essa pesquisa não encontrou, nos jornais selecionados, nenhum texto que trouxesse uma outra representação ou um ponto de vista diferente quando o assunto era a mulher operária.

A primeira mulher, a frágil/indefesa foi encontrada em dois periódicos *O Exemplo* e *A Democracia*. Durante a Primeira República características como a timidez, fragilidade, eram considerados atributos, virtudes femininas que também foram usadas para moldar a figura da operária. Como menciona Margareth Rago, as operárias

eram percebidas pelos jornalistas como mocinhas “infelizes e frágeis” (RAGO, 2004, p.485).

Em um dos textos do jornal O Exemplo da edição de 16 de abril de 1916, o autor Mariano Garcia, ao longo do seu texto, denuncia a exploração da mão de obra infantil e feminina nas fábricas. As operárias são retratadas como “*as pobres* mulheres casadas, viúvas ou solteiras, longe do seu lar, dos seus entes queridos(...) na fábrica envenenam os juízo das *infelizes*”(p.02, grifo meu).

E ao longo do texto ele faz uma comparação entre as crianças e as mulheres, ao citar que “(...) os capitalistas industriais modernos, assentam a sua exploração no trabalho das mulheres e crianças no duplo intuito de pagar menos, não ter tanto quem proteste, *porque mulheres e crianças nunca protestam*(...)”(p.02, grifo meu). Com isso, é relegado às trabalhadoras o papel de agentes passivos, que não possuem voz ativa para protestarem por melhorias no trabalho, algo que não condizia com a realidade, pois ao estudar o envolvimento dessas trabalhadoras nos movimentos grevistas, passividade era uma característica que não existia que não condizia com a realidade. A autora Glauca Fraccaro ressalta que as operárias eram uma presença nas greves e nos movimentos operários eram essenciais e de grande importância (FRACARRO, 2018, p.42).

Junto a essa figura vulnerável que encontrei nesses dois jornais, também encontrei, somente no jornal O Exemplo uma preocupação muito em relação a questão do assédio que uma operária poderia estar correndo caso viesse a trabalhar dentro das fábricas. Havia nos textos selecionados desse jornal um forte receio de que a honra da operária fosse maculada pelo patrão ou por um dos seus colegas de trabalho. Por ser um periódico da comunidade negra e direcionada para ela, é possível que essa questão se sobressaísse mais que na imprensa branca. E isso aconteceria talvez pela razão de que a mulher negra era um alvo maior do constante assédio por parte dos homens.

Nos textos do jornal socialista *A Democracia* em que aparece essa operária frágil estão ligados à exploração que elas sofrem nas fábricas. Em um texto de *A Democracia*, intitulado “As costureiras”,

do dia 28 de maio de 1905, é abordado a exploração que as costureiras estão passando nessa empresa. No texto é citado

Existe nesta capital uma firma comercial estabelecida na rua 15 de Novembro, que em concorrência aberta pela direção do Arsenal de Guerra, há tempos apresentou propostas daquela firma, para os outros é realmente de se espantar. (...) Assinado o contrato, porém, ao que parece, a firma reconheceu ter-se enganado no cálculo: e daí calculou outra coisa: tirar do trabalho da costureira que confeccionassem as polainas (...) pronta e entregue a encomenda é quando comecem as dificuldades para a *pobre costureira* (...) se a *pobre vítima* protesta, ouve grosserias. (p.03)

Nesse texto é apresentado a figura de mulher frágil e indefesa que acaba por ser explorada pelo seu patrão e ressaltado que embora os trabalhadores homens também sofressem com baixos salários e exploração, não eram descritos da mesma forma que as mulheres nos periódicos: a vulnerabilidade era somente associada ao feminino.

A segunda representação foi da operária, da mãe e esposa que abandonou a sua família em razão do trabalho. Importante ressaltar que a sociedade rio-grandense daquele período, com a influência do positivismo de Auguste Comte, o papel da mulher na sociedade era claro e limitado à esfera privada. À mulher era dado o papel de “rainha do lar”, cabendo a ela o papel de educadora das futuras gerações, algo que seria de uma grande responsabilidade, pois seria através dela que as novas gerações seriam moldadas, sendo assim, o trabalho fora do lar estaria fazendo com que as mulheres deixassem de lado a sua vocação natural e o seu dever mais importante e, por conseguinte, o futuro das próximas gerações poderiam estar correndo risco.

Essa segunda representação foi encontrada nos três periódicos analisados. E em alguns deles não houve uma menção direta ao abandono familiar, mas acabava sendo reforçado o papel da mulher como esposa e mãe e a sua tarefa como educadora. Em um texto de A Federação do dia 27 de junho de 1906, R. Teixeira Mendes menciona que

(...) A esta questão prende-se a *preservação das mulheres*, anciãos e crianças do trabalho industrial. *O homem deve sustentar a mulher...* a fim de que ela

possa *preencher convenientemente o seu destino social*. O salário do chefe de família deve bastar para alimentar a esposa (...)” (p.01, grifo meu)

É bem clara aqui a função da mulher na sociedade, assim como o papel do homem como provedor da família, alicerçada na citação do próprio Comte, o formulador do positivismo, sendo defendido que a mulher não deve trabalhar dentro da fábrica. Em outro artigo de *A Federação*, desta vez do dia 24 de maio de 1917, escrito por Décio Coimbra, o autor sustenta que “*o homem para vida pública, a mulher para a vida do lar (...) Antes de tudo preserva o lar*”. Ou seja: o lugar da mulher era dentro do seu lar e o seu lugar de atuação era na esfera privada.

No jornal *O Exemplo* se vê esse mesmo tipo de abordagem. Na edição do dia 16 de abril de 1916, aparece o seguinte texto, assinado por Mariano Garcia:

O que é preciso fazer par pôr cobro a essa exploração dos industriais não é regulamentar o trabalho das mulheres, não; é *deixá-las no lar*, ao lado dos seus entes queridos, e, as crianças só mandam para a fábrica, depois dos 14 anos de idade, isto os meninos, *porque as meninas devem viver no lar, ao lado dos seus, até que tenham que ir constituir, por sua vez, outros lares*. Os homens devem sofrer(...) nunca, porém enviar suas mulheres e filhas para essas escolas de prostituição, que são as fábricas (p.02, grifo meu)

Não há menções de um suposto abandono dos filhos por parte das mães. Porém, o texto ressalta que a mulher deve se manter no seu lar, de preferência até mesmo as solteiras, que só deveriam sair de suas casas quando fosse o momento de constituir a própria família. Permitir que as mulheres fossem para as fábricas seria um grande erro, pois poderia estar desvirtuando-as de seu “propósito”.

No jornal *A Democracia*, em um texto escrito por Currelo Mendonça, do dia 12 de agosto de 1907, o autor discorre sobre a necessidade de escolas maternas para os filhos das trabalhadoras, ressaltando a preocupação sobre o que aconteceria com a criação dessas crianças, sem a presença das mães. Assim, a ausência das mães “*expunha-os a deformidades físicas, à depravação resultante da*

ignorância e ociosidade a que os deixava expostos”(p.03).Essas crianças, abandonadas à própria sorte, que não poderiam mais contar com a presença da mãe no seu dia a dia, tinham o seu futuro ameaçado, podendo se tornar futuros delinquentes.

O trabalho feminino nas fábricas era considerado com características de abandono familiar. Contudo, essa grande preocupação refletida nos periódicos da época refere-se a trabalhadoras fabris. Em contraste, não encontrei nas fontes analisadas a mesma inquietação em relação a trabalhos considerados tipicamente femininos, como lavadeiras, cozinheiras, empregadas domésticas (muitas delas deixavam os filhos com terceiros para ficar permanentemente na casa das patroas), ou até mesmo em relação a professoras.

Em relação a estas trabalhadoras, não aparece associada à figura da mãe que abandona seus filhos e marido. Acredito que por essas mulheres exercerem funções que são historicamente ligadas ao feminino, à esfera doméstica ou no caso da professora, no seu papel de educadora, papel que também é culturalmente associado à mulher, essas críticas acabavam não surgindo. Também muitos desses trabalhos, como lavadeiras, cozinheiras e empregadas domésticas eram exercidas por mulheres negras, mulheres da qual a sociedade prestava pouquíssima atenção e que foram invisibilizadas por muito tempo.

Nos jornais *A Federação* e *O Exemplo*, além das menções de abandono familiar por parte da mulher operária é possível constatar um contínuo esforço para lembrar as mulheres de qual era o seu papel e dever dentro da sociedade, nesses dois jornais é claro o viés positivista que os guiava.

A terceira representação, a mulher “ladra”, está presente tanto no jornal *O Exemplo* quanto em *A Federação* e que apesar de terem viés ideológicos diferentes, ambos concordam em apresentar a mulher operária como competidora, uma espécie de “ladra” (a expressão é minha) do trabalho do homem.

No momento de maior industrialização e de surgimento das fábricas no Brasil, houve um grande aumento do uso de mão de obra feminina dentro das fábricas, em especial na indústria têxtil. Também

por ser uma mão de obra mais barata do que a do homem, a sua presença era grande. Com isso, era comum a ideia de que a mulher estaria roubando os empregos dos homens.

No texto do dia 16 de abril de 1916, do jornal *O Exemplo*, já citado anteriormente, é ressaltado esse aspecto:

De todas as questões que o nosso operariado, (...) a questão das mulheres e crianças nas fábricas, (...) os capitalistas industriais modernos, assentam a sua exploração, no trabalho das mulheres (...). A exploração que se faz do braço das mulheres, (...) *afastar para longe o homem, tiram-lhe o trabalho, empurram-no para rua*(...), mas quem de nós viveu na fábrica, *viu suprimir o trabalho do homem e encher as fábricas de mulheres* (...). (texto de Mariano Garcia, p.02, grifo meu)

Além dos homens estarem perdendo os seus postos dentro das fábricas em razão da menor utilização da mão de obra masculina pela feminina, o jornal também pontua que muitos trabalhadores acabaram se entregando ao alcoolismo por terem perdido os seus empregos. O autor cita que “*empurram-no para a rua, para a taverna, onde se embriagam*”(p.03). Nesse texto, o fato das mulheres estarem nas fábricas é a razão apontada para que as oportunidades de empregos para os homens diminuíssem consideravelmente.

Esse receio se estende para outras áreas além da fabril no jornal *O Exemplo*. No texto do autor Silva Mansinho, do dia 1º de maio de 1911 há uma passagem em que o autor cita que “(...) *todos quantos arrepelem com o fato das mulheres passarem a exercer as resguardadas profissões, até então monopolizadas pelos homens*(...)” (p.03). A meu ver, o trecho evidencia o temor do redator em relação à entrada da mulher no mercado de trabalho, em profissões ou funções consideradas masculinas.

De uma maneira mais sutil que *O Exemplo*, *A Federação* também trazia essa representação associada às operárias. Ao longo do texto publicado no dia 24 de maio de 1917, dois meses antes da Greve Geral de 1917, sobre a “Eva Brasileira”, em que fala sobre a operária, é mencionado que “(...) *Rivais na luta pelo trabalho* não de se encontrar

em outros lances da vida social (..)” (p.01, grifo meu). Nesta passagem, fica claro que a mulher era vista como uma concorrente do homem.

Esse temor de que as mulheres estivessem tirando os empregos dos homens também poderiam vir em formas de “conselhos” que reafirmavam tanto o lugar quanto o papel social da mulher. Esse tipo de estratégia foi encontrado nas páginas tanto *O Exemplo* quanto de *A Federação*. Porém, há diferenças. No órgão da imprensa negra, essa terceira representação da operária (a “ladra”) aparece de uma forma mais clara para o público leitor, o que demonstra a grande preocupação que existia sobre esse a diminuição dos empregos para os homens entre a comunidade negra. Porém, a presença do mesmo tema em *A Federação* também evidencia uma concepção que unia grupos diferentes da sociedade rio-grandense à época.

Resultados parciais da pesquisa

Através dessas três representações, foi possível enxergar o choque que existia entre o modelo ideal feminino criado pelas elites e pelo positivismo e adotado pelo restante da sociedade, e a realidade dessas mulheres trabalhadoras. Os papéis tão bem delimitados no passado poderiam naquele momento estar ameaçados com a transformação social provocada pela ida da mulher para a fábrica Reforço que quando as mulheres apareciam exercendo trabalhos que eram considerados femininos, ligados à esfera doméstica ou na educação, estas representações não aparecem.

Dos jornais analisados para essa pesquisa dou destaque ao jornal *O Exemplo*. Foi nele que encontrei os textos mais conservadores, dos quais é possível ver a ideologia positivista que o permeia. Nele encontrei as três representações da operária, enquanto que nos outros dois jornais, foi possível encontrar uma ou duas das três que foram apresentadas tendo uma postura bastante conservadora.

Nele também há destaque para outras questões como o assédio e o desemprego masculino, que não encontrei nos outros dois jornais analisados. A questão do assédio a mulher, que apareceu em vários momentos nas fontes do *Exemplo*, talvez reflita a preocupação em torno do risco maior que a mulher negra sofria, que era provavelmente

muito maior que uma mulher branca. Por outro lado, a preocupação maior com o desemprego dos homens com a chegada da mulher para fábricas talvez reflita um problema em torno da falta de ocupação da população masculina negra no período.

Pelo caráter limitado da minha pesquisa, por ser um TCC (Trabalho de Conclusão de Curso), não cheguei a contemplar se realmente houve um maior número de homens desempregados com a entrada da mulher nas fábricas, como também não pude contemplar como a questão da raça influía no dia a dia e no trabalho da operária.

Após as análises das fontes foi possível inferir que os jornais, apesar das suas diferentes ideologias e objetivos possuíam uma visão majoritariamente similar sobre a mulher operária e que a concepção do que é ser mulher e quais seriam as suas atribuições são compartilhadas pelos três jornais independentes das suas posições de classe e raça.

Fontes

Edições do Jornal **A Democracia**.

Sem título, 21 de maio de 1905, p.02

As costureiras, 28 de maio de 1905, p.03.

Sem título, 30 de dezembro de 1906, p.04

Escolas maternas, 12 de maio de 1907, p. 03.

Edições do Jornal **O Exemplo**.

Ed.00014. *Mulheres e crianças nas fábricas*, 16 de abril de 1916, p.02.

Ed.00036. *Sem título*, 17 de setembro de 1916, p.01.

Ed. 00256 *Reportagem Amorasas (com srs caixeiros viajantes)*, 01 de maio de 1911, p.04.

Edições **A Federação**: Orgam do Partido Republicano.

Ed. 00149. *Os operários e o positivismo*, 27 de junho de 1906 p.01.

Ed. 00119 *Eva Brasileira*, 24 de maio de 1917 p.01.

Referências bibliográficas

ARAVANIS, Evangelina. A industrialização no Rio Grande do Sul nas primeiras décadas da República: a organização da produção e as condições de trabalho (1889-1920). **Revista Mundos do Trabalho**, vol. 2, n. 3, janeiro-julho de 2010, p. 148--180.

BAK, Joan. Classe, etnicidade e gênero no Brasil: a negociação de identidade dos trabalhadores na Greve de 1906, em Porto Alegre. **Revista: Méti: história & cultura** – v. 2, n. 4, p. 181-224, jul./dez. 2003

BILHÃO, Isabel. A. **Identidade e trabalho**: análise da construção identitária dos operários porto-alegrenses (1896-1920) - Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2005

_____. Imprensa e educação operária: análise da difusão do ensino racionalista em jornais anarquistas brasileiros (1900-1920). **Revista: Educação Unisinos**. v. 20, p. 176-184, maio/agosto 2016 Unisinos.

BIROLI, Flávia. MIGUEL, Luis. F. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. **Revista: Mediações, Londrina**, v. 20, n. 2, p. 27-55, jul./dez. 2015. 14

COELHO, Fabiano. O conceito de representação e a sua contribuição à análise do Jornal Sem Terra. **Revista Fronteiras e Debates**, Macapá, v.01, n.2 jul/dez. 2014.

FRACCARO, Glauca. **Os direitos das mulheres**: organização social e legislação trabalhista no entreguerras brasileiro (1917-1937). Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas. 2018

KERGOAT, Daniele. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. *In*: HIRATA, Helen. **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Unesp, 2009, 341 p. Ed. Unesp, 2009.

KERGOAT, Daniele. HIRATA, H. A classe operária tem dois sexos. **Revista Estudos Feministas**. V. 2, nº 1, p. 93-100, jan/jul 1994.

LOBATO, Mirta.Z. *et al.* **Mujer, trabajo y ciudadanía**. Buenos Aires. AR. Ed: Clacso. 1995.

LUCA, Tania Regina de. Fontes Impressas. História dos, nos e por meio dos periódicos. Ed. Contexto, 2005. PINSKY.C.B (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo, SP. Ed: Contexto, 2005. 304 p.

MATOSO, Caroline.D. LEDERMAN, Luana.S. A resistência das operárias da fábrica Rheingantz aos métodos punitivos: Transgressões no ambiente Fabril.(Rio Grande 1920-1968). **RevistaArs Histórica**, ISSN 2178-244X, nº19, jul./dez. 2019, p. 55-79.

THOMPSON. E.P et. al. Algumas observações sobre classe e “falsa consciência”. *In*: NEGRO, A.L. SILVA, S. **A peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas, SP. ED: Unicamp, 2001. 287 p.

PEDRO, Joana M.Mulheres do Sul. Ed. UNESP, 1997. *In*: EL PRIORE, Mary (org.) & BASSANEZI, Carla (coord. de textos). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto/Ed. UNESP, 1997, 678 p.

PERROT. Michele. **Mulheres ou os silêncios da história**. Michelle Perrot/ tradução Viviane Ribeiro. Bauru, SP: Ed. EDUSC, 2005.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. São Paulo, SP: Ed. Paz e Terra, 1988.

PERUSSATTO, Melissa. **Arautos da Liberdade: Educação, trabalho e cidadania nos pós-abolição a partir do jornal *O Exemplo* de Porto Alegre (c.1892-1911)**. Orientador: Fábio Kühn, 2018, p.344. Tese (Doutorado em História)- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

RAGO. Margareth. Trabalho feminino e sexualidade.*In*: EL PRIORE, Mary (org.) & BASSANEZI, Carla (coord. de textos). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto/Ed. UNESP, 1997, 678 p.

SAFFIOTI. Heleieth.I.B. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Petrópolis, RJ: Ed: Vozes, 1976.

SCOTT, Joan. Gênero, uma categoria útil de análise. **Educação & Realidade**,v.1S, n.2, jul./dez. 1990, traduzido da versão em francês. p.86-87

SCHMIDT, Benito. B. **De mármore e de flores: a primeira greve geral do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, outubro de 1906**. Porto Alegre, RS. ED: UFRGS, 2005 p.96.

SOUZA, Flávia. F. Trabalho doméstico: considerações sobre um tema recente de estudos na História Social do Trabalho no Brasil. **Revista Mundos do Trabalho** vol. 7, n.13 janeiro-junho de 2015 p. 275-296

Projeto traçando o perfil do trabalhador gaúcho: novas perspectivas através da pesquisa digital

Nathalia Lima Estevam¹

Introdução

As atividades ligadas à pecuária estão presentes no Rio Grande do Sul desde a colonização das terras que mais tarde se tornaram o estado. Segundo Santos (2004), a presença do couro estava em quase todos os ambientes da cultura gaúcha, desde sua moradia ao transporte, passando pelo armamento e vestuário, o que demonstra um mercado produtor e consumidor bem desenvolvido. Não por acaso, entre o fim do século XIX e o início do XX a indústria curtumeira se expandiu e desenvolveu no estado. Segundo Martins:

O trabalho com o couro é uma característica do Rio Grande do Sul desde os tempos coloniais, por questões específicas do território. A indústria gaúcha dessa matéria-prima teve origem na região do Vale do Rio dos Sinos (principalmente na cidade de São Leopoldo), nos primórdios do século XIX. Oficialmente, com a chegada da mão de obra livre europeia, em 1824, esse trabalho deri-

¹ Graduanda em História - Bacharel na Universidade Federal de Pelotas. Bolsista de Iniciação a Pesquisa (PBI/UFPEL) no projeto Traçando o Perfil do Trabalhador Gaúcho. E-mail: nathaliaestevaml@hotmail.com.

vou para a produção do calçado, bem como para o surgimento dos curtumes. (MARTINS, 2011, p. 68-69)

O processo de curtimento de peles passa por diferentes etapas até o trabalho final, sendo assim o trabalho desenvolvido pela indústria curtumeira demandava uma mão de obra diversificada e qualificada para elaboração do meticuloso processo. A partir do Acervo da Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul (DRT/RS) Aristeu Lopes (2021) elaborou um levantamento das diversas profissões desta indústria como, por exemplo, o surrador, o tintureiro e o curtidor ou curtumeiro/curtumeira. O desenvolvimento desta investigação é crucial para entendermos os mundos do trabalho na indústria curtumeirano Rio Grande do Sul.

Nesse sentido, projeto Traçando o Perfil do Trabalhador Gaúcho surge com o objetivo pesquisar, mapear, identificar e analisar estes mundos do trabalho no que se refere aos trabalhadores e trabalhadoras vinculados às indústrias da carne e às indústrias do couro instaladas no estado do Rio Grande do Sul. O projeto também utiliza como fonte norteadora as fichas de qualificação profissional do Acervo da Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul (DRT/RS), um dos mais importantes acervos sobre história do trabalho no país. Este, foi transferido para o Núcleo de Documentação Histórica Professora Beatriz Loner, da Universidade Federal de Pelotas (NDH-UFPEL), no ano 2000 e passou pelos processos de acomodação no centro de documentação.

O acervo da DRT/RS é constituído por aproximadamente 627.000 fichas de qualificação profissional que correspondem aos anos entre 1933 e 1968. As fichas são compostas por dados pessoais, profissionais e antropométricos como o sexo do trabalhador, seu estado civil e número de dependentes, profissão, localidade do estabelecimento de trabalho, assim como altura, cor da pele e cor do cabelo, respectivamente. No conjunto profissional o vínculo a sindicatos também poderia ser registrado. O documento era tão rico em informações que outras características que poderiam estar presentes no indivíduo aparecem no conjunto antropométrico, o campo “sinais

peculiares” registrava, por exemplo, marcas de nascimento, cicatrizes, ausência de membros, sinais de varíola, deficiências físicas, calvície, queimaduras, entre outros. Além dos dados do trabalhador, no verso de cada ficha era fixada uma foto 3x4 e as digitais dos dedos das mãos. Os conjuntos de fichas eram organizados em livros, uma cópia de cada ficha era encaminhada ao Ministério do Trabalho e a outra ficava no livro que permanecia no estado.

No ano de 2007, a criação de um banco de dados para as fichas de qualificação profissional presentes no Acervo facilitou as pesquisas, desde então, mais de 46.000 fichas foram adicionadas a ele. Este banco de dados repete todos os campos presentes na ficha, além de possibilitar o cruzamento dos dados presentes em cada uma delas para pesquisas mais completas.

As atividades no NDH-UFPEL foram interrompidas em março de 2020 devido à pandemia de Covid-19, que suspendeu as atividades presenciais na Universidade Federal de Pelotas. O projeto Traçando o Perfil do Trabalhador Gaúcho, então, iniciou as pesquisas no formato digital, a partir da busca de ocorrências das palavras *curtume* ou *cortume*, nas páginas dos jornais *A Federação*, *Almanak Laemmert e Giornale dell'Agricoltore*, presentes na Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. Esta busca se mostrou efetiva para o mapeamento e identificação destes estabelecimentos. Nesse sentido, o presente artigo se propõe a apresentar parte da pesquisa com esses jornais, exemplificando a partir dos resultados obtidos no levantamento das informações nas páginas do jornal *A Federação*.

A indústria da carne e do couro no Rio Grande do Sul

As atividades pecuárias se estabeleceram na região sul da América do Sul a partir das colonizações espanhola e portuguesa. Segundo Ieda Guttfreind e Heloísa Reichel, o século XVII na região que mais tarde se tornaria o estado do Rio Grande do Sul, foi caracterizado pelo sistema de *vacarias*, marcado pela falta de fronteiras, limites pouco delineados para o gado e pela ausência de intervenção humana na reprodução dos animais. Ainda de acordo com as autoras, “por haver uma grande concentração de gado selvagem nos campos, iniciou-se

o processo de extração e de comercialização dos produtos pecuários, principalmente o couro”(GUTTFREIND; REICHEL. 1996, p.112), os utensílios de couro passaram a fazer parte do cotidiano no Rio Grande do Sul.

Com a instalação das charqueadas no fim do século XVIII, a economia pecuária se modificou. Nesse sentido, durante o século XIX, a carne seca, carne verde ou carne de sol se tornou um dos principais produtos comercializados pelo estado do Rio Grande do Sul. O município de Pelotas, na região sul do estado, foi um dos principais pólos da indústria da carne e do couro, chegando a ser conhecida por todos os grandes comerciantes marítimos da América portuguesa (VARGAS, 2016).

A indústria do charque possibilitou que a cidade ganhasse status econômico e social. Segundo Anjos, o desenvolvimento deste sistema viabilizou a construção deste pólo cultural, arquitetônico e literário concomitante à exploração da mão de obra escravizada (ANJOS, 1993). O apogeu econômico da cidade de Pelotas durou pouco mais de um século. O início do século XX trouxe grandes mudanças à economia da cidade, iniciaram-se as instalações de frigoríficos no Brasil e os processos abolicionistas transformaram os mundos do trabalho nas charqueadas.

Ao passo em que a indústria do charque decrescia, as instalações de frigoríficos e o desenvolvimento da indústria do couro aumentaram vertiginosamente. A instalação de frigoríficos se iniciou pelo extremo sul do Brasil, aproveitando o que se podia das estruturas das antigas charqueadas. O couro, embora mais barato que a carne “[...] era utilizado em quase todos os artigos que o gaúcho então possuía: na construção da sua moradia, no mobiliário rústico, no transporte, no armamento, no vestuário e em outros utensílios” (SANTOS, 2004, p.99), sendo assim, uma importante mercadoria para o consumo interno na região sul.

O curtume e sua mão de obra

Ao longo dos séculos XIX e XX a indústria curtumeira teve um importante papel na economia do Rio Grande do Sul, chegando a

representar cerca de 30 a 50% das exportações do estado (SCHEMES, 2006). Diversas foram as causas do forte desenvolvimento da indústria, entre elas, a vinda de imigrantes europeus que não tinham o costume de trabalhar descalços, como os recém libertos do país. Essa demanda aumentou a produção do couro e consequentemente do calçado². Segundo a historiadora Lígia Carneiro,

[...] O crescimento das atividades dos curtumes, lombilharias e sapatarias foi devido ao fato de suprirem as necessidades mais cotidianas da população – vestimenta e transporte – contribuindo também o periódico aumento da procura, causado pelas sucessivas guerras que agitaram a província, pois permitiu que o artesanato do couro vivesse fases de expansão que colaboraram para sua consolidação (CARNEIRO, 1986, p.32)

O processo do curtimento consiste em transformar pele em couro, e para o uso industrial é imprescindível um produto macio e flexível, para isso a tecnologia e uma mão de obra especializada são fundamentais. Segundo Schemes, houve um processo de encurtamento do período de curtição a partir do século XX, principalmente com a instauração do Curtume Hamburguez, de Pedro Adams Filho - industrial calçadista. A adição de uma hélice que se movimentava constantemente no fundo dos tanques com produtos químicos e o couro cru diminuiu o tempo necessário para retirar os pelos das peles, o processo foi reduzido em quinze dias, passando de dezoito para três dias. Outro importante desenvolvimento tecnológico neste curtume diz respeito ao tempo de lavagem e curtimento do couro, que com a adição de quebracho durante o preparo, o que reduziu o tempo de processo, que foi de três meses para apenas trinta e oito horas (SCHEMES, 2006).

A indústria curtumeira demandava mão de obra diversificada e qualificada para elaboração de seus processos. A pesquisa desenvolvida pelo historiador Aristeu Lopes (2021) com base na DRT/RS expõe as diversas profissões dentro desta indústria curtumeira, como surrador, estivador e tintureiro, sendo curtidor e curtumeiro/curtumeira a

2 Sobre a indústria calçadista no Rio Grande do Sul, ver, entre outros: (Schemes, 2006).

profissão com maior concentração de profissionais. O autor ainda destaca a participação do trabalho feminino, que concentrava desde profissionais curtumeiras á auxiliares de comércio, passando por serventes, operárias, tintureiras, entre outras (LOPES, 2021). Demonstrando assim, uma participação não só ativa como técnica das mulheres na indústria curtumeira.

A partir da pesquisa foi possível notar que para além da especialização da mão de obra, a especialização dos próprios curtumes era recorrente. Os estabelecimentos geralmente comercializam seu produto em seu aspecto mais rústico, tratado, esticado e tingido para que outros comércios fizessem os recortes e preparos necessários para o uso. Entretanto, além desta produção geral dos estabelecimentos, vários curtumes no Rio Grande do Sul se especializaram em itens como ferramentas, solas de sapato, vaquetas Chrom (luvas), Boxcalf(Sapatos de couro) e Pelica (Couro de cabra), o que tornou a comercialização do curtume mais especializada, e possibilitou um mercado mais amplo.

Do acervo da Delegacia Regional do Trabalho no Rio Grande do Sul a Hemeroteca Digital

Desde 2007, o acervo da Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul conta com um banco de dados que permite o cruzamento de informações presentes nas fichas de qualificação profissional do acervo. Segundo Schneider, “o banco de dados da Delegacia Regional do Trabalho deve ser visto como objeto em contínuo processo de (re)construção, o que de modo algum retira credibilidade das conclusões extraídas a partir da análise de seus dados.”(2009, p.84) até o presente momento o acervo conta com cerca de 47.000 fichas referentes ao período entre os anos de 1933 e 1944. E possibilita ao pesquisador uma busca mais completa e fluida de seu objeto de estudo.

Presencialmente, o projeto Traçando o Perfil do Trabalhador Gaúcho é desenvolvido a partir do banco de dados da DRT/RS, entretanto, a partir do contexto de pandemia de covid-19 o projeto

se estabelece em formato digital através da pesquisa em periódicos presentes na Hemeroteca Digital Brasileira uma das mais relevantes fontes para buscas em periódicos no Brasil. De acordo com Giordano

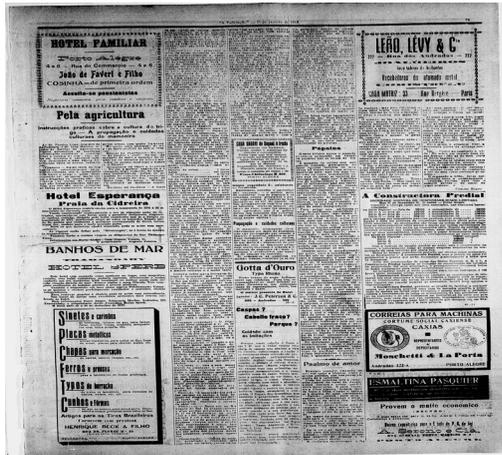
A Hemeroteca Digital Brasileira (HDB) é a versão digital da coleção de periódicos da Fundação Biblioteca Nacional, que engloba jornais, revistas, anuários, boletins, entre outras publicações. A coleção de periódicos da Biblioteca Nacional é a mais antiga e completa desse gênero no país, composta por mais de 58 mil títulos. (GIORDANO, 2016, p.146)

nesse sentido, o objetivo desta pesquisa é mapear a indústria do couro no estado do Rio Grande do Sul, e subsequentemente identificar e analisar os mundos do trabalho no que se refere aos trabalhadores e trabalhadoras vinculados a esta indústria.

As páginas dos jornais com ocorrências de curtumes são copiadas e suas informações são adicionadas a uma tabela constituída pelo nome do curtume, a cidade em que ele está estabelecido, o número de ocorrências nos jornais e se há alguma observação, como por exemplo a especialização do estabelecimento.

A partir desta pesquisa já foi possível identificar mais de cento e vinte estabelecimentos de curtume no Rio Grande do Sul. Entre os curtumes de maior recorrência, encontram-se o Curtume Social Caxiense, com quarenta e nove ocorrências, estabelecido em Caxias e sediado em Porto Alegre (Figura 1), o número elevado de ocorrências ocorre, em primeiro momento através da publicidade nos jornais, e num segundo momento pelos editais que o curtume concorre para arrendar terras. Outro curtume recorrente é o Curtume Becker e irmãos, instalado em Novo Hamburgo o estabelecimento tem trinta e duas ocorrências nas páginas dos jornais, e produzia variados materiais em couro, entre eles selins, malas, chinelos, entre outros (Figura 2).

Figura 1



Fonte: A Federação (1918)

Figura 2



Fonte: A Federação (1913)

Esta pesquisa ainda em desenvolvimento demonstra, a partir das ocorrências, que cerca de 40% dos curtumes se concentravam nos Campos de Cima da Serra, em cidades como Taquara e São Leopoldo, enquanto cerca de 28% estavam estabelecidos no extremo Sul, em cidades como Pelotas e Rio Grande, e os outros 32% espalhados pelo Rio Grande do Sul. Assim, como exemplificam outras pesquisas elaboradas a partir do acervo da DRT/RS, grande parte dos curtumes estavam espalhados pelo estado, mas havia uma grande porcentagem concentrada na região do Vale do Rio Sinos (LOPES, 2021, p.138)

Embora já existam estudos contundentes sobre a indústria da carne no Rio Grande do Sul, faltam pesquisas voltadas aos frigoríficos menores e curtumes. As pesquisas sobre os trabalhadores e as trabalhadoras destes estabelecimentos praticamente inexistem, com exceção do trabalho de Lopes. Nesse sentido os levantamentos sobre estas indústrias se tornam relevantes para a compreensão do contexto social das camadas mais populares nos séculos XIX e XX no Rio Grande do Sul.

Considerações finais

A partir do contexto de pandemia de covid-19, as atividades na Universidade Federal de Pelotas, e conseqüentemente, no Núcleo de Documentação Histórica Professora Beatriz Loner, foram interrompidas. Neste sentido, o projeto Traçando o Perfil do Trabalhador Gaúcho iniciou o desenvolvimento da pesquisa no formato digital. Esta busca se mostrou efetiva para o mapeamento destes estabelecimentos, assim como para identificar e pesquisar os curtumes no Rio Grande do Sul. As pesquisas voltadas aos trabalhadores e trabalhadoras da indústria do curtume são escassas, e podem ser viabilizadas a partir de novas fontes como os periódicos disponíveis online.

As ações realizadas no acervo da Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul visam a construção de um acervo de acesso facilitado e prático para estudantes, pesquisadores e a comunidade. A partir do banco de dados do acervo, que está em constante constituição, diversas pesquisas foram desenvolvidas. A

inclusão dos estudos realizados na Hemeroteca Digital ao projeto Traçando o Perfil do Trabalhador Gaúcho tem o objetivo de contribuir para estudos acerca dos curtumes no estado do Rio Grande do Sul. Os dados presentes nas ocorrências muitas vezes não estão presentes nas fichas de qualificação profissional do acervo da DRT/RS e devem auxiliar para a elaboração de novas pesquisas.

Referências

ANJOS, Marcos Hallal dos. **Estrangeiros e modernização**. A cidade de Pelotas no último quartel do século XIX. Pelotas: Ed.da Universidade/UFPel, 2000.

CARNEIRO, Lígia Gomes. **Trabalhando o Couro: Do serigote ao calçado “madein Brazil”**. Porto Alegre: L&PM/CIERGS, 1986.

GIORDANO, Rafaela. **Do jornal à ciência: a Hemeroteca Digital Brasileira como fonte de informação para a pesquisa científica**. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro/Escola de Comunicação, Rio de Janeiro, 2016.

LOPES, Aristeu. O acervo da delegacia regional do trabalho do Rio Grande do Sul e as possibilidades de pesquisa sobre os trabalhadores em curtumes, anos 1930/1940 **Revista Sillogés**, v4. n.1, 2021, p.129-158.

MARTINS, Rodrigo Perla. **A produção calçadista em Novo Hamburgo e no Vale do Rio dos Sinos na industrialização brasileira: exportação, inserção comercial e política externa: 1969-1979**. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

SANTOS, André. A Indústria de curtumes do Rio Grande do Sul. In: COSTA, Achyles Barcelos; PASSOS, Maria Cristina. **A indústria calçadista no Rio Grande do Sul**. São Leopoldo: UNISINOS, 2004, p.99.

SCHEMES, Claudia. **Pedro Adams Filho: empreendedorismo, indústria calçadista e emancipação de Novo Hamburgo (1901-1935)**. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

SCHNEIDER, Kate. Acervo da Delegacia Regional do Trabalho – RS: Digitalização das Fichas Espelho e Construção do Perfil do Trabalhador Gaúcho. **Revista Aedos**, v. 2, n. 4, 2009, p.81-88.

VARGAS, Jonas. **Os barões do charque e suas fortunas**. Um estudo sobre as elites regionais brasileiras a partir de uma análise dos charqueadores de Pelotas (Rio Grande do Sul, século XIX). São Leopoldo: Oikos, 2016, p.29.

História Rural: breve diálogo sobre fontes para o estudo de conflitos agrários na contemporaneidade

Ádyson Lucas dos Santos Oliveira¹

Introdução

O estudo do campo brasileiro em contexto contemporâneo tem trazido inúmeras contribuições de várias áreas do conhecimento, dentre elas, sociologia, antropologia, economia e a história que tem um caráter particular, pois, devido ao trabalho contínuo diálogo entre disciplinas, permite que a história se “aproprie” de produções de outras áreas do saber e desenvolva-a, tendo a variável “tempo” como parâmetro.

Na história, o estudo do meio rural tem fortalecido o campo da História Social que procura compreender os trabalhadores e trabalhadoras do campo para além de uma perspectiva espacial, havendo também uma preocupação com os impactos sociais, políticos, econômicos e culturais que afligem cotidianamente o

¹ Graduando do Curso de Licenciatura Plena em História na Universidade Estadual do Piauí (UESPI); Bolsista do Programa Institucional de Iniciação à Docência (PIBID); e Voluntário no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC). E-mail: adysonl6810@gmail.com;

campo brasileiro, devido a política de invasão de terras promovida pelo capitalismo agrário que se ampara em leis que facilitam a tomada de territórios, mas também no uso da força bruta, causando o extermínio da população rural que, sem saída, vê somente em si mesma a possibilidade de resistência.

O presente artigo visa discutir, a partir da experiência de pesquisa adquirida no desenvolvimento de projetos no âmbito do PIBIC, com ênfase nas contribuições teóricas para a História Agrária e no papel das fontes (escritas ou orais) que relatam as lutas pelos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e a importância de se documentar materiais que se tornam fontes historiográficas, essenciais na construção de narrativas que estudam e fortalecem a história do campesinato brasileiro. Nesse sentido, cabe destacar o papel central que desenvolve a Comissão Pastoral da Terra – CPT, desde a sua criação em 1975, na produção e salvaguarda de documentos que denunciam a violência no campo e os casos de trabalho escravo no país.

Contribuições teóricas para o estudo das populações do campo

O fenômeno do trabalho no mundo rural e os processos de disputas por terras, é marcado pela política do capitalismo agrário de genocídio e expulsão dos trabalhadores e trabalhadoras rurais das terras que garantem o seu sustento e da sua família. Para o presente artigo foi realizado um levantamento bibliográfico no sentido de compreender fatores econômicos, sociais, políticos e culturais, procurando desvelar as razões da situação de pobreza e o que motiva essa população a seguir na luta cotidiana pela garantia do direito básico à terra. Cientes de que a compreensão da História Rural extrapola os domínios da história, constituindo-se em um conhecimento interdisciplinar, buscou-se referências em outras áreas do conhecimento como da geografia, que tem contribuições tais como a de Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2007), e também na área da sociologia.

A História Rural, de grande abrangência teórica, envolve a estrutura social rural dedicando-se às formas de apropriação e uso da terra às condições jurídicas e sociais dos trabalhadores rurais, agregando informações da geografia humana à análise das diferentes modalidades históricas de organização e exploração da força de trabalho, enfatizando as relações de trabalho e tipologias agrárias como meeiro e diarista, proprietário e rendeiro, fazenda e sítio.

Há importantes contribuições para a construção de uma compreensão e estruturação de debates acerca da história do espaço rural brasileiro, sendo essenciais na consolidação da História Agrária como um importante campo científico para a História Social. Uma das contribuições mais atuais e importantes na construção da História Rural, é a produção da professora Marcia Maria Menendes Motta, intitulado “O rural à la Gauche: campesinato e latifúndio nas interpretações de esquerda (1955-1996)”, onde a autora traz a análise de interpretações sobre o rural brasileiro e as mais diversas propostas de superação e/ou transformação de suas mazelas, produzidas por intelectuais que, muitos desses, estavam alinhados aos ideais comunistas. É importante observar também nesta obra as diferentes correntes marxistas presentes e, conseqüentemente, os diferentes programas para a classe trabalhadora e seus entendimentos sobre o processo de transformação social que engloba também o espaço rural.

Dentro dessa perspectiva sobre o homem do campo e o latifúndio, tem-se a figura de Caio Prado Junior (1907-1990) que foi um grande crítico do feudalismo brasileiro. Dentre suas obras mais importantes ganha destaque, principalmente nos movimentos sociais, “A questão agrária no Brasil” (1979) e “A revolução brasileira” (1966), havendo no primeiro livro duras críticas a forma como o campo brasileiro é visto: a partir de uma visão europeia. Alinhado ao seu livro sobre a revolução brasileira, traz uma perspectiva marxista para que a classe trabalhadora avance em um processo de mudança social. Apesar de não ser atual, as obras trazem uma análise histórica que nos permite, também, compreender o rural brasileiro contemporâneo e como se deu o seu desenvolvimento, assim, permitindo-nos avançar na construção teórica nos estudos da História Rural.

Nesse sentido, percebe-se que o estudo do campo necessita de uma pluralidade de olhares que discutem, a partir de perspectivas diferentes de um mesmo objeto, os processos de construção social, política e econômica. É nesse aspecto que é tão importante, principalmente para a História, a interdisciplinaridade, pois permite que o historiador tenha várias perspectivas do objeto em estudo. Nesse cenário, além de Caio Prado Junior, outro importante intelectual é o sociólogo José de Souza Martins, que contribuiu com estudos sobre o rural brasileiro, as relações de produção no campo e acerca do trabalho escravo. Uma de suas obras principais é “O cativo da terra” (1979), no qual o autor traz diversas críticas e questionamentos devido ao direcionamento de vários estudiosos sobre a formação das classes sociais no Brasil contemporâneo e suas tensões.

A obra de Martins vai tratar de uma visão diferenciada sobre o processo de escravidão no Brasil, apresentando um novo olhar acerca do “processo de constituição da força de trabalho e das relações de produção que se definiu com a crise do escravismo no final do século XIX. Essa crise deu lugar a um regime singular, que ficou conhecido como colonato” (MARTINS, 1979, P.35). Dessa forma, aborda o que ele vai chamar de “produção capitalista de relações não capitalistas de produção no marco da reprodução capitalista do capital de origem não capitalista” (MARTINS, 1979, p.21).

Outra contribuição de Martins é a obra “Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano” (1997), que trata das fronteiras interiores do Brasil, sobre os conflitos que nos separam de nós mesmos, sobre as diferentes e conflitivas espacialidades de nossa expansão interna. É o espaço do encontro de sociedades e culturas diferentes, ou seja, da sociedade indígena e da sociedade “civilizada”, branca. Nesse sentido, os escritos de José de Souza Martins apresentam dois aspectos: a construção da compreensão do espaço rural, suas fronteiras, ou limites; e a importância da interdisciplinaridade no processo de construção e consolidação da História Rural no campo teórico.

A partir desses intelectuais percebe-se a importância do estudo do rural brasileiro desde os primórdios, para que compreendamos,

dentro do contexto contemporâneo, as relações de forças que se encontram em constante disputa e que se constituíram ao longo do tempo. Ou seja, todos os conflitos do campo não surgem do nada e nem são questões pontuais, há sempre disputas históricas que se agravam e geram crises que fazem o meio rural desenvolver uma zona de limites, ou de fronteiras, fonte de estudo na contemporaneidade, tornando-a um campo de principal interesse dos historiadores que se dedicam ao estudo do rural brasileiro e que tem um olhar, não para o espaço em si, mas para os sujeitos em constantes conflitos e como essas relações de disputas interferem no meio social e, ao mesmo tempo, o modifica, extrapolando, inclusive, as “fronteiras” do rural e havendo consequências no espaço urbano.

Dentro desses aspectos as fontes históricas são, obviamente, fatores importantes para a construção dos conflitos no campo para, a partir disso, obter-se uma narrativa que permita compreendermos, à luz do presente, os fatores que levaram a “guerra” que ocorre entre o latifúndio e lavradores, sendo uma luta por território e contra a retirada de povos históricos das suas determinadas regiões.

A vastidão de fontes de análise na História Rural

A problemática central da questão agrária no Brasil é o processo de monopolização da Terra, seja através de incentivos governamentais que favorecem os grandes latifundiários, seja por meio da apropriação indevida, ou seja, pela grilagem de Terras, não cumprindo as leis que estabelecem a seguridade da vida humana que engloba o direito à moradia e que esta seja digna (SANTOS, 2020). Dentro de vários desdobramentos que desembocaram em lutas por acesso à terra, houve a participação de inúmeros cristãos que, organizados a partir dos ideais do movimento da teologia da libertação², abriram um

2 A teologia da libertação é uma corrente teológica cristã nascida na América Latina, depois do Concílio Vaticano II e da Conferência de Medellín, que parte da premissa de que o Evangelho exige a opção preferencial pelos pobres e especifica que a teologia, para concretizar essa opção, deve usar também as ciências humanas e sociais. Ela foi descrita pelos seus proponentes como uma reinterpretação analítica e antropológica da fé cristã, em vista dos problemas sociais, mas seus oponentes a descrevem como um marxismo, relativismo e materialismo cristianizado.

debate e, conseqüentemente, encamparam lutas sociais por direitos de acesso e permanência a terra, dessa forma, alinhando debates políticos com debates sobre a fé.

Ganha destaque as ações da Comissão Pastoral da Terra – CPT, pois sua criação se deu em um contexto de implantação do grande capital no campo, fruto das políticas dos governos militares no período ditatorial brasileiro (COSTA, 1994). As manobras ditatoriais no campo traduzido no avanço do capital fizeram acirrar uma série de conflitos no espaço rural, fruto das contradições impostas pelos grandes latifundiários que diferiam da forma e a relação que os trabalhadores tinham com a terra, ocasionando: concentração de terras (grilagem), conflitos com trabalhadores rurais e o crescimento da violência que envolvia também religiosos e agentes pastorais. Nesse sentido, para se ter um espaço de enfrentamentos aos problemas que passavam os trabalhadores do campo, por parte da Igreja, foi criada a CPT. Para isso

foi realizado em Goiânia (junho de 1975) um Encontro de Bispos da Amazônia sobre Terra e Migrações, onde surgiu a idéia de criação de uma Comissão de Terras, depois renomeada de Comissão Pastoral da Terra (CPT). Inicialmente o trabalho da CPT se restringiu à Amazônia, mas paulatinamente seu campo de ação foi ampliado à medida em que estouravam conflitos de terra em todo o país e que as regionais da CNBB iam criando as suas regionais da CPT. (COSTA, 1994. P.16)

Em 1980, a CNBB aprova o documento intitulado “Igreja e Problemas de Terra”, na sua XVIII Assembleia Geral, e revela a disposição da hierarquia da Igreja em assumir o trabalho da CPT, e aceitando o seu caráter autônomo. Dessa forma, a Igreja tem uma ferramenta de auxílio e de luta no campo brasileiro, a fim de dar resposta à grave situação vivida pelos trabalhadores rurais – explorados em seu trabalho, submetidos a condições de trabalho escravo e expulsos das terras que ocupavam – organizando-os a lutar nos conflitos que iam se consolidando e, ao mesmo tempo, realizando a propagação da fé.

O trabalho da CPT abrange todo o território nacional e é realizado com autonomia, dessa forma, em cada local onde ela está instalada, se tem a independência de manter as causas pelas quais lutar. A maioria dos seus integrantes são pessoas que já passaram por perdas relacionadas à direitos de terra e trabalhistas, hoje ajudam a organização nas suas causas sociais.

Um fator muito importante para o desenvolvimento de trabalhos acadêmicos, especialmente no campo da história, são as fontes, pois a partir delas, e seguindo métodos e técnicas de pesquisa, torna-se possível o estudo de eventos do passado para que possamos compreender a realidade em questão. As fontes nos fornecem vestígios, sejam eles escritos, pintados ou até mesmo falados (fontes orais), que nos permitem obter detalhes e/ou fragmentos de acontecimentos anteriores ao momento da análise para a partir daí construir-se narrativas, particularidade da História, que possam explicar, a exemplo na História Rural, eventos, conflitos, sujeitos responsáveis pelo agravamento e/ou resolução de problemáticas no espaço rural brasileiro.

Nas pesquisas em História Rural, além dos estudiosos do campo brasileiro, inclusos na História Social, tem-se ainda intelectuais de outras áreas, como da sociologia, antropologia e geografia, que a partir do seu campo teórico e de abordagem metodológica, lançam um olhar para o processo de construção, consolidação, exploração e desenvolvimento de conflitos que permitem a História obter produções teóricas e de recortes temporais para a análise e produção de materiais aos moldes do método histórico.

Tendo em vista a importância das fontes para a reflexão e reconstrução do passado, a CPT exerce um papel de grande relevância social que extrapola as fronteiras do espaço rural brasileiro e das lutas pontuais que executam e chega até os espaços acadêmicos (universidades). Ao longo de sua trajetória de lutas por causas sociais, a Comissão Pastoral da Terra salvaguardou e produziu uma série de documentos com relatos e experiências das lutas que esteve à frente na defesa dos trabalhadores: pessoas com histórias de vida sobre os conflitos ocorridos, e que até hoje ocorrem; jornais e produções

acadêmicas que constroem seus acervos por todo o país e ajudam a muitos estudiosos da atualidade a lançarem luz sobre o passado e compreenderem os processos históricos enfrentados na atualidade pelo campesinato.

A CPT possui um grande acervo físico, com inúmeros documentos e relatos de conflitos em que ela esteve presente, tratando dos problemas e da relação dos trabalhadores com a Terra em disputa e com os seus grileiros. Dentre os vários documentos que foram produzidos ao longo de sua existência, tem-se o Jornal da Pastoral da Terra que é disponibilizado de forma virtual e impressa, onde apresenta notas de pesares sobre seus integrantes, atividades realizadas pela Comissão Pastoral da Terra, faz críticas à determinados setores da sociedade civil e ao Estado, além de instruir seus leitores sobre o contexto político do momento e as implicações para o público destinado. Dessa forma, esse jornal organiza as informações das mais diversas em torno das causas pelas quais luta e as divulga à toda a sociedade.

A CPT Regional Maranhão, juntamente com a Universidade Federal do Maranhão (UFMA), organizou um site que oferta as publicações do Jornal Tempos Novos dos anos de 1983 a 1994.

Entre os anos oitenta e noventa, o jornal Tempos Novos, em formato tabloide e doze páginas, se transformou em importante referência de leitura para trabalhadores rurais, agentes de pastoral, defensores da reforma agrária e dos direitos humanos.

Fundado pelo Padre Marcos Passerini, o jornal circulou inicialmente na Diocese de Cândido Mendes. Encampado pelas pastorais sociais da Igreja Católica, ganhou dimensão e circulação estadual, repercutindo as lutas, as vivências e as reivindicações dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.³

A catalogação do jornal Tempos Novos, trouxe uma importante contribuição em manter viva a lembrança de trabalhadores rurais do período em que atuou, além de ser uma grande fonte de pesquisa para estudos posteriores.

³ Acervo: Conflitos agrários da Comissão Pastoral da Terra – Maranhão. Disponível em: <http://www.arquivoscptma.ufma.br/index.php/acervos/tempos-novos>.

Outra importante fonte documental é a publicação “Massacres no Campo”. Os massacres contra a classe trabalhadora no Brasil não é novidade, mas são ocultados porque envolve forças que têm interesses que diferem da defesa de melhores condições de vida e garantias de direitos aos trabalhadores. Com isso, a ocultação de assassinatos no meio rural feitas até mesmo por órgãos públicos, traz preocupações para a CPT que, no intuito de ir na contracorrente desses eventos, tem o “Massacres no Campo” que publica essas ações violentas contra as populações tradicionais e trabalhadores rurais, tornando-as públicas e, ao passo disso, denunciando-as.

Cabe destacar o caderno de “Conflitos no Campo”, que começou a ser produzido anualmente nos anos iniciais de atuação da CPT, tendo o primeiro caderno lançado em 1986, referente aos dados coletados no ano de 1985. O caderno de conflitos nasceu com o objetivo principal de documentação dos eventos que a comissão enfrentava. Na explicação do caderno, a entidade relata que o motivo pelo qual documentar é “por finalidade ‘ao Deus dos pobres, à terra de Deus e aos pobres da terra’, como está explícito em sua missão, é que a CPT assume o compromisso de registrar e denunciar os conflitos de terra e da água e a violência contra os trabalhadores e seus direitos” (CPT, 2011).⁴

A CPT foi a única entidade a fazer pesquisas a nível nacional e organizar os dados, para serem disponibilizados. Para o levantamento desses dados há um alinhamento com um referencial teórico muito grande, além de assumir dimensões para além da ação eclesial, ou seja, assume dimensões como: científica, pedagógica, histórica, ética e política. A cientificidade das publicações é proveniente do reforço para as lutas e no intuito de registrar o histórico das lutas e resistência da classe secularmente explorada.

No site da entidade é possível obter dados relativos a marcadores como trabalho escravo contemporâneo, processos de assassinatos, manifestos de comissões, diagnósticos sobre a situação de trabalhadores com risco de morte no campo etc. Todas de forma

4 Site da Comissão Pastoral da Terra em texto postado no ano de 2011.

virtual. Em relação aos dados sobre o trabalho escravo, a entidade traz a possibilidade de análise para além dos sujeitos que são resgatados, mas também quem são os trabalhadores que comumente são submetidos a esse tipo de trabalho.

É possível perceber que uma grande maioria desses trabalhadores são resgatados fora do seu local de origem, isso implica em observar que os processos de migração fazem parte do cotidiano da maioria dos trabalhadores rurais. Segundo Figueira (2004), os trabalhadores rurais atraídos por algum motivo, empreendem viagens para além da sua cidade, buscando superar uma situação de penúria e fome, mas esse sonho, que segundo Rocha (2015) passa pelo sonho do assalariamento, acaba sendo atropelado pela realidade da escravidão por dívida, caráter profundamente contraditório do capitalismo, cujo efeitos se reproduzem historicamente.

Os acervos da CPT possuem inúmeros depoimentos das vítimas de trabalho escravo que orientam seus estudos e fundamentam ações de denúncia. São materiais acerca do desenvolvimento das forças produtivas, as contradições que são geradas no meio rural brasileiro e os conflitos que seguem uma dinâmica imposta quando o capital invade as terras dos trabalhadores do campo brasileiro.

O acesso ao relatório da Rede de Ação Integrada para Combater a Escravidão – RAICE (2016) foi também muito importante durante o desenvolvimento das pesquisas no âmbito do PIBIC. O resultado da pesquisa desenvolvida pelo RAICE permite perceber a situação de vulnerabilidade da população piauiense ao trabalho escravo nas diferentes regiões do Estado: região dos Cerrados, região dos Cocais e região do Litoral. A região dos Cocais⁵, em especial, vai possuir o histórico de saída de trabalhadores para outras regiões do país, submetidos a condição de trabalho escravo, em particular para parte da região da Amazônia.

5 O território dos cocais do Piauí abrange uma área de 17.780,40 Km² e é composto por 22 municípios: Barras, Batalha, Brasileira, Campo Largo do Piauí, Esperantina, Joaquim Pires, Joca Marques, Lagoa de São Francisco, Luzilândia, Madeiro, Matias Olímpio, Milton Brandão, Morro do Chapéu do Piauí, Pedro II, Piracuruca, Piripiri, Porto, São João da Fronteira, São João do Arraial, São José do Divino, Domingos Mourão e Nossa Senhora dos Remédios (RAICE, 2015).

Portanto, percebe-se que o RAICE exerce um papel necessário em rastrear e divulgar as razões pelas quais os trabalhadores rurais saem das suas regiões de origem, quase sempre enganados pelos *gatos*⁶, e acabam sendo submetidos a condições trabalho em regime de escravidão. E traz uma contribuição importante em observar o papel que tem o agronegócio nesse cenário, pois além de promover a expulsão e até mesmo a morte dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, são os maiores promotores do trabalho escravo, seja no Piauí, ou país afora.

Mais documentos de pesquisa ficam a serviço de núcleos de pesquisa, que também constroem acervos que possibilitam diferentes olhares de pesquisa acerca da população rural, que é o caso de núcleos como o Núcleo de Estudos História, Sociedade e Trabalho – NEHST da Universidade Estadual do Piauí; Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação no Campo – GEPEC, da Universidade Federal de São Carlos; o Grupo de Pesquisa Trabalho Escravo Contemporâneo – GPTEC, criado em 2003, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e tem importantes fontes documentais: reúne documentos produzidos desde a década de 1970, tais como depoimentos de trabalhadores, relatórios de órgãos do governo, peças de ações criminais e trabalhistas, artigos acadêmicos ou jornalísticos, monografias, dissertações, teses sobre o tema, análises e denúncias da Comissão Pastoral da Terra e de outras fontes. A referida documentação alimenta pesquisas e um banco de dados; e o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC, da FGV, que tem uma questão bem interessante: ele traz na íntegra as entrevistas feitas com pessoas de acordo com a área de interesse.

6 Empregado contratado para desflorestamento, feitura e conservação de pastos e cercas ou outros serviços para os fazendeiros, como o aliciamento de trabalhadores para o trabalho escravo, e empresas agropecuária na Amazônia. Geralmente anda armado e são acusados de uma série de crimes, inclusive homicídio.

Considerações finais

O campo da pesquisa é dotado de métodos e técnicas para que se mantenha a lisura e imparcialidade, portanto, fidelidade aos fatos. Nesse sentido, não é possível construir no campo da História narrativas de determinados acontecimentos se não houver a ligação de teoria e fontes de pesquisa. Pesquisas acadêmicas não se sustentam apenas com o conjunto de citações teóricas para se comprovar uma narrativa, sem que haja as fontes. Na construção da História Rural, a interdisciplinaridade é fundamental para que se construam narrativas que explicam os processos que desencadearam a situação de constantes conflitos nas fronteiras do espaço rural. Pesquisas oriundas, principalmente, da geografia, sociologia e antropologia, em diálogo com a História possibilitam construir narrativas que olham os sujeitos do campo de diferentes perspectivas, tornando as narrativas historiográficas trabalhos que, de fato, retratam as dificuldades enfrentadas pelo campesinato.

Alinhado a esses fatores, a CPT tem cumprido esse importante papel de ser uma entidade dotada de fontes catalogadas que permitem aos estudiosos obter materiais de forma ainda mais rápida e prática para o desenvolvimento de suas pesquisas. A Comissão tem ocupado um espaço muito importante na construção da História Agrária no Brasil, ao tempo em que a mantém viva. Sua preocupação em documentar todos os eventos e lutas que encampou, permite que hoje as mais diversas áreas que estudam a condição humana tenham a possibilidade de suas pesquisas serem reconhecidas nacional e mundialmente. Diversas publicações surgiram a partir dos esforços da CPT, como é o caso de “Entre idas e vindas: novas dinâmicas de migração para o trabalho escravo” (2017)⁷ que traz contribuições no entendimento das migrações e a sujeição dos trabalhadores ao Trabalho Escravo.

A CPT contribui na construção da História Rural contemporânea, pois desde a sua criação vem atuando nas constantes

7 Foi produzido através de uma parceria entre o Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán e a Comissão Pastoral da Terra.

lutas pelos direitos dos trabalhadores, de acesso à terra, pelo fim do trabalho escravo, tem inserido debates, diariamente, no meio social brasileiro, mantendo viva a memória de milhares de trabalhadores e trabalhadoras da terra, lutando por direitos básicos e que lhes foram negligenciados. Além dos núcleos de documentação presentes em diversas Universidades do país que ocupam um espaço importante na salvaguarda de documentação para o desenvolvimento de pesquisas acadêmicas essenciais para a formação de novos pesquisadores e educadores que continuam a levar e construir conhecimento para todo o mundo.

Referências

CASTELANO, Maria Jose. XXVIII Simpósio Nacional de História, 2015. **Lineamentos sobre a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e sua atuação junto aos movimentos sociais rurais durante a ditadura militar.** Disponível em: <https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/201901/1548945020a39527a60388442e6b9ce4a2959bf44c.pdf>. Acesso: 19.abril.2021.

COSTA, Wagner Cabral da. **O rosto rural da Igreja: a atuação da CPT no Maranhão 1976/1981.** 1994. Monografia Licenciatura em História) – Universidade Federal do Maranhão, São Luis, Maranhão. Disponível em: <http://www.arquivoscptma.ufma.br/index.php/publicacoes>. Acesso: 13.abril.2021.

CPT. Comissão Pastoral da Terra – Nacional. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/>. Acesso em: 19.abril.2021.

_____. **Acervo: Conflitos agrários da Comissão Pastoral da Terra – Maranhão.** Disponível em: <http://www.arquivoscptma.ufma.br/index.php/acervos/tempos-novos>. Acesso em: 13.abril.2021.

_____. **Conflitos no Campo Brasil.** Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes-2/conflitos-no-campo-brasil>. Acesso em: 20.abril.2021.

_____. **Documentos.** Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/biblioteca-virtual/101-biblioteca-virtual/3444-documentos>. Acesso em: 19.abril.2021.

_____. **Jornal Pastoral da Terra**. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/biblioteca-virtual-2/jornal>. Acesso em: 19.abril.2021.

_____. **Massacres no Campo**. Disponível em: <http://www.cptnacional.org.br/mnc/>. Acesso em: 20.abril.2021.

CDVDH/CB; CPT. **Entre idas e vindas: novas dinâmicas de migração para o trabalho escravo**. 1ª ed. São Paulo: 2017.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. **Pisando fora da própria sombra: a escravidão por dívida no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. 9ª ed., 4ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018.

_____. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. São Paulo: Contexto, 2009.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. **O rural à la gauche: campesinato e latifúndio nas interpretações de esquerda (1955-1996)**. Niterói: Editora da UFF, 2014.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007. Disponível em: http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/Pdf/Livro_ari.pdf. Acesso em: 17.nov.2021.

PRADO JR, Caio. **A revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

_____. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

PINSKY, Carla Bassanezi(org). **Fontes Históricas**. 2.ed, 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.

ROCHA, C.C. **A vida da Lei, A Lei da Vida: conflitos pela terra, família e trabalho escravo no tempo presente**. 2015. Tese (Doutorado em História) –Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ.

_____. **Relatório Final** –Raice.CPT/CDVDH, 2016.

RODRIGUES, Fabiana de Cássia. **A questão agrária, o Brasil e Caio Prado Júnior**. Disponível em: http://www.estudosdotrabalho.org/anais-vii-7-seminario-trabalho-ret-2010/Fabiana_de_Cassia_Rodrigues_a_questao_agrario_brasileira_caio_prado_junior.pdf. Acesso em: 19.abril.2021.

SANTOS, Mateus Carvalho dos. **A CPT e a luta pela terra no Piauí (1990-2000)**. 2020. Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Estadual do Piauí, Teresina, Piauí.

O trabalho nas minas de carvão e a sala de aula

Lisandra Roman¹

O propósito deste trabalho é apresentar um relato de experiência sobre o projeto de extensão universitária “O Trabalho nas Minas de Carvão e a Sala de Aula”, do qual sou bolsista. O projeto é coordenado pela professora Clarice Gontarski Speranza, vinculado à pesquisa “Solidariedade e conflito: experiências e identidades entre mineiros de carvão no Rio Grande do Sul (1850 - 1950)”, promovido pelo Departamento de História da UFRGS e o Grupo de Pesquisa Trabalho, Resistência e Cultura (TRES CULT). Tem como objetivo apresentar e discutir as investigações recentes sobre o trabalho nas minas de carvão no Brasil e no mundo e as possibilidades de abordagem desse assunto em sala de aula. No momento da escrita deste texto ele está em andamento, e é composto de um curso de extensão para professores e professoras e o desenvolvimento de material didático.

O projeto parte da constatação de que houve um grande desenvolvimento de produções acadêmicas nos últimos anos em áreas como a história social do trabalho, a pesquisa em ensino de história e as discussões acerca de memória e patrimônio histórico, e este conhecimento acumulado nem sempre conseguiu ser apropriado

¹ Estudante de graduação em História Licenciatura na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Bolsista do projeto de extensão universitária “O Trabalho nas Minas de Carvão e a Sala de Aula”. Email para contato: lisandrarman@gmail.com.

pelos professores da rede básica de ensino e dessa forma atingir os alunos e alunas.

Por meio de um curso de aperfeiçoamento, de cunho gratuito, se buscou estabelecer um diálogo horizontal entre pesquisadores e/ou professores das universidades e professores da rede básica, em especial, da região carbonífera do RS e SC, além de estudantes de cursos de licenciatura. O curso contou com a participação das professoras Cassia Daiane Macedo da Silveira (Depto História UFRGS), Melina Perussato (Depto Ensino e Currículo UFRGS), Micaele Scheer (Secretaria Educação Lajeado), Tamires Xavier Soares (Secretaria Educação Lajeado), e dos professores Bruno Mandelli (doutorando PPG História UFRGS) e Allan Nunes Bica (Secretaria Cultura Butiá/mestrando ProfHistória UFRGS), ministrando aulas, em uma iniciativa de integração entre a produção científica historiográfica e o trabalho escolar.

Diversas pesquisas recentes, entre as quais podemos destacar o trabalho de Clarice Gontarski Speranza, Benito Bisso Schmidt, Tassiane Mélo de Freitas, Felipe Klován, Alexandro Witkowski, entre outros, mostram que a região de São Jerônimo no Rio Grande do Sul, que engloba os municípios hoje independentes de Arroio dos Ratos, Butiá e Minas do Leão, é extremamente relevante para o estudo da história social e política do Brasil pois foi a maior produtora nacional de carvão desde os fins do século XIX, quando do início da exploração do minério, até 1945. O governo varguista beneficiou essa atividade industrial ao estabelecer decretos para consumo de cotas obrigatórias mínimas do carvão nacional e, na década de 1940, as vilas de Arroio dos Ratos e Butiá formavam uma das maiores concentrações de trabalhadores do país, com cerca de 7 mil mineiros.

Segundo Clarice Speranza (2012, p. 20), o carvão alimentava a Viação Férrea do Rio Grande do Sul e abastecia Porto Alegre de energia elétrica, atingindo o auge da produção durante a Segunda Guerra Mundial, com exportações para outros estados e para a Argentina e Uruguai. Ao final do conflito e com a entrada de Eurico Gaspar Dutra na presidência, o setor começou a decair e simultaneamente presenciou movimentos importantes dos trabalhadores. A greve de

1946, por exemplo, interrompeu o fornecimento de energia elétrica em Porto Alegre por dois dias, recebeu atenção especial do governo federal e gerou um relatório da Embaixada dos EUA. Nesse mesmo ano, a exploração do minério crescia no estado vizinho de Santa Catarina, alterando o monopólio estadual riograndense.

Tassiane Mélo de Freitas (2015, p. 46-50) contextualiza o processo de desindustrialização ocorrido na década de 1950, com a transferência das atividades mineiras da cidade de Arroio dos Ratos para Charqueadas. A enchente do rio Jacuí, ocorrida em 1936, foi um prenúncio: causou inúmeras mortes de mineiros no local de trabalho, rememoradas até os dias de hoje, além de prejuízos ao Consórcio Administrador de Empresas de Mineração (CADEM), que controlava a exploração do minério na região. A criação de escolas, clubes, cinema e hospital, entre as décadas de 1920 e 1940, estava atrelada a ideia de desenvolvimento, associado a uma relação de paternalismo com a empresa mineradora, que contrastava com o duro e insalubre trabalho. O fim das atividades de mineração transformou a cidade que era centro minerador, restando poucas oportunidades de emprego e renda, motivo pelo qual muitos moradores associam o baixo desenvolvimento econômico da cidade a essa interrupção.

De acordo com a autora (FREITAS, 2015, p. 47-57), uma das estratégias utilizadas pela companhia mineradora foi o deslocamento de parte da força de trabalho para Charqueadas ou o encaminhamento da aposentadoria. Entretanto, esse processo de difícil ruptura atravessou gerações, e alguns antigos trabalhadores ainda se encontram para rememorar, como no caso da “Festa da Saudade Mineira”, celebrada anualmente desde 1990. Nesse caso, existe um “marco memorial” (“os tempos da mineração”) e representações compartilhadas sobre o passado, que podem “inclusive transformar seus participantes”, acerca de aspectos como a “mitologia da profissão” (coragem e força associadas à masculinidade), “família de mineiros” e religiosidade ligada ao catolicismo”.

Ao mesmo tempo, outros antigos mineiros, e principalmente a geração dos filhos e netos, se recusam a participar, afirmando que foi um tempo de muita exploração e revelando o caráter contraditório

desses sentimentos. Dessa forma, mesmo após décadas do fechamento das minas, a memória e a identidade da comunidade estão “assentadas sobre o valor-trabalho” associado a esse ofício, que não foi substituído por outra unidade produtiva e deixou inúmeros vestígios, materiais e imateriais, inclusive a degradação ambiental. Entretanto, Freitas (2015, p. 16-18) ainda observa que, aos poucos, as gerações dos filhos dos mineiros passam a estabelecer novas relações com o passado e essas lembranças de vida, rompendo em alguns momentos com a nostalgia e dando um novo tom a essas memórias. A juventude deixa transparecer o desejo de uma “cidade transformada economicamente e socialmente, porém de maneira diferente do passado, não através do carvão, mas através do desenvolvimento sustentável” (FREITAS, 2015, p. 48).

Levando em conta muitos destes aspectos, o curso foi organizado em 12 encontros semanais online, entre maio e julho de 2021, em meio ao contexto da pandemia de COVID-19. Foram discutidos sincronamente os temas “História, memória e patrimônio”, “História da mineração de carvão e suas lutas”, “Homens e mulheres no trabalho das minas”, “Acidentes de trabalho e insalubridade”, “Formação étnica e racial das minas” e “História do trabalho e a sala de aula”.

Nesse percurso, contamos com valiosas participações, como por exemplo, Jordana Bortolotti, diretora do Museu Estadual do Carvão de Arroio dos Ratos, Liziane Acordi Rocha, historiadora e trabalhadora do Centro de Memória e Documentação da Unesc (CEDOC - Centro de Documentação da Universidade do Extremo Sul Catarinense), uma descendente de mineiros ingleses que estava em busca de suas origens, professores que possuíam em suas famílias memórias do trabalho nas minas e professores que se deparam com questionamentos de alunos sobre o significado de lugares relacionados à mineração nas cidades onde vivem.

Além dos encontros síncronos já mencionados, também houveram atividades assíncronas, realizadas principalmente na plataforma Moodle. Recursos como o Padlet, um mural interativo online, e fóruns de discussão foram utilizados, gerando reflexões e diálogos sobre possibilidades didáticas e planos de aula. Nessas

atividades, os participantes deveriam pensar em estratégias de ensino envolvendo diferentes fontes históricas, que foram selecionadas de modo a dialogar com cada um dos tópicos do curso. Ao todo foram cinco atividades assíncronas, na forma de quatro fóruns e um Padlet, que se dividiram da seguinte maneira: um fórum sobre fontes jornalísticas, que trouxe jornais contendo relatos de insalubridade e propôs reflexões sobre a nova BNCC; um fórum sobre o uso de imagens no ensino de história que tratou das questões de gênero presentes em fotografias; um fórum sobre processos trabalhistas, que tratou de acidentes de trabalho nas minas; um fórum sobre história oral, que discutiu temas como memória e questões raciais nas vilas mineiras; e um Padlet, no qual os participantes fizeram comentários sobre lugares de memória e patrimônio.

De maneira geral, foram estimuladas reflexões sobre diferentes elementos da prática de ensino em história, como interdisciplinaridade; interconexões entre história local, nacional e mundial, em especial com o período varguista e as leis trabalhistas; o impacto da diversidade de classe, raça e gênero nas identidades e memórias; e como utilizar fontes documentais em sala de aula. Essas considerações visam até mesmo superar algumas lacunas presentes na BNCC, cujo debate e prática permanecem em discussão na sociedade, sobre aspectos como seu caráter etapista ou de difícil execução considerando a realidade das escolas brasileiras, principalmente no que se refere às diferenças socioeconômicas entre os estudantes, que mantém relação estrita com a qualidade da sua formação.

Algo muito destacado durante o curso foi procurar manter a centralidade do documento histórico, no sentido de que ele não recaia em mera ilustração do conteúdo trabalhado e para que as inúmeras possibilidades de abordagem que ele carrega possam ser exploradas. No que tange a produção de uma leitura de mundo a partir da visualização de um determinado contexto, as fontes devem ser analisadas, não entendidas apenas como comprovação de um fato. Acerca das fontes jornalísticas, foi ressaltado a importância de conhecer a estrutura do jornal, sua produção e circulação, e debater sobre a aparente neutralidade e diferentes formas de interpretação,

tão relevantes em contexto de disseminação de notícias falsas e discursos negacionistas em rede. Quanto aos processos judiciais foram destacados os significados da possibilidade de reclamação de direitos pela via judicial; comparações que explicitem as mudanças e permanências na atualidade em relação às condições de trabalho e garantias asseguradas pelas leis; e o protagonismo operário na luta por conquistas sociais, que antecede o Estado Novo de Getúlio Vargas, período onde as leis trabalhistas foram associadas a esse regime.

No caso das imagens, os cursistas salientaram que é possível observar condições de moradia, diferentes cargos, as roupas utilizadas e as distintas tarefas realizadas por homens e mulheres. Por se tratar de história local, as imagens ainda despertam interesse pois possibilitam visualizar o espaço onde se vive por outras perspectivas. Quanto à produção fotográfica, atentaram que é fruto de uma seleção do que é considerado relevante, carregando subjetividades e posicionamentos, e um estímulo à interpretação pode ser o contraste com outros tipos de fontes, inclusive a memória dos alunos. Esse exercício de comparação permite explicitar também o que geralmente não aparece nas imagens, mesmo que carregado de relevância, como os serviços de lavagem de roupas encardidas de carvão ou o transporte de água para consumo, realizados por mulheres.

Ao produzir um tensionamento dos sujeitos históricos e propor uma história das pessoas comuns, se estabelece uma disputa narrativa. Essa inserção da cultura popular no espaço da escola perpassa pelo debate da democratização do saber. O resultado pode ser o autorreconhecimento do próprio estudante como um sujeito histórico. Desse modo, o reconhecimento de outras histórias, valorizando o protagonismo dos estudantes, foi ponto central que permeou todos os debates. Para isso, diversas metodologias e estratégias puderam ser analisadas, como o caso das fontes orais, de grande importância para a construção da história local e uma forma de romper com métodos tradicionais, ao possibilitar a escuta.

Segundo Santhiago e Magalhães (2015, p.7-20), a história oral é a “materialização de um grande diálogo na sala de aula”, com potencial para trabalhar questões referentes ao patrimônio, em

especial o imaterial, que é parte da memória e identidade de um grupo e depende da transmissão por meio da rememoração, e além disso, a oralidade ocupa um espaço central na cultura afro-brasileira, que merece ser destacado. Como “ferramenta de diálogo”, estimula o debate e a prática da pesquisa na “esfera do concreto”, entre “pessoas, gerações, grupos”, exercendo a função de “religação” de “pequenas e singulares histórias ao fluxo da sociedade”. Por outro lado, os autores estabelecem alguns cuidados e limites, pois é um método que exige planejamento e conhecimentos prévios. Nesse caso, seu uso em sala de aula permite aos alunos vivenciarem situações e expandirem seu repertório, mas não equivale ao trabalho de um historiador profissional.

A discussão patrimonial partiu de uma perspectiva que privilegia a centralidade da agência dos sujeitos históricos, tomando os trabalhadores como agentes de construção e destruição do patrimônio, que é espaço de disputa na sociedade. Conforme Tolentino (2020), o patrimônio cultural é uma construção coletiva, feita de diálogos e tensões. A educação patrimonial visa ir além do “conhecer”, é também “refletir, criticar, transformar”, correspondendo a um instrumento político que deve estar a favor da justiça social. Isso vai ao encontro das Diretrizes do documento de Educação Patrimonial (IPHAN, 2014, p.19), que considera “que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais”.

Alguns cursistas relatam que tiveram pouco acesso à história de seus familiares, pois esses morreram muito cedo devido às péssimas condições de trabalho, portanto o conhecimento produzido sobre os trabalhadores mineiros se conforma inclusive como um direito a conhecer o passado. Ainda nas Diretrizes do documento de Educação Patrimonial (IPHAN, 2014, p.21), as experiências educativas são vistas em integração com outras áreas da vida das pessoas, “devem fazer sentido e ser percebidas nas práticas cotidianas” e assumidas como criadoras de “símbolos e circulação de significados”. Nesse

sentido, a visibilidade das múltiplas experiências dos trabalhadores nos momentos cotidianos, de lazer e nas festas também foi reforçada.

Um exemplo exitoso de atividade elaborada por um cursista, Giovani Ceroni, professor da rede básica de ensino em Arroio dos Ratos, compreende a articulação entre educação antirracista e o trabalho nas minas de carvão a partir da história oral. A proposta consiste em investigar formas de sociabilidade e a criação de clubes sociais em determinados recortes temporais, a partir de entrevistas com a comunidade e pesquisa no Acervo do Museu Estadual do Carvão e no Inventário Cultural de Arroio dos Ratos. Essa proposta se mostra relevante, entre outros aspectos, pois havia clubes sociais segregados conforme a cor de pele dos trabalhadores em Arroio dos Ratos: a Sociedade Última Hora era um clube branco onde o acesso de pessoas negras era restringido, por exemplo. Em contrapartida, houve a criação do Clube Negro Sociedade Recreativa Tesouras, um espaço não só de socialização, mas ainda de resistência e afirmação da identidade dos mineiros negros. São espaços que existem até hoje na cidade, podendo ser problematizados, tornados em algo vivo e constantemente refletidos.

Outro cursista, Ignacio Fornos Angues, professor da rede pública na Região Metropolitana de Porto Alegre e mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, elaborou um plano de aula sobre a representação da história da comunidade mineira do Rio Grande no Sul na sociedade. A proposta parte da problematização sobre a diferença entre relatos orais (coletados através de entrevistas realizadas pelos alunos ou relatos de trabalhadores previamente indicados pelos professores) e o que é selecionado para compor museus, monumentos, sites e livros. Essa ideia é muito pertinente ao possibilitar a discussão da diversidade de narrativas acerca do passado em torno de um mesmo tema e questionar de que forma foram constituídas pelos diferentes grupos sociais, os identificando.

A primeira aula seria expositiva, a respeito dos aspectos econômicos da exploração do minério na região e sobre a profissão dos mineiros e a vida nas vilas-fábricas, a partir dos eixos: trabalho, lazer e política. Na segunda aula, divididos em grupos, os alunos

deveriam ler sobre a história da mineração a partir de sites de empresas e grupos empresariais recomendados, delimitando esses documentos temporalmente e buscando por palavras chave como “sindicato” e “mulheres”. Em seguida, os estudantes são convidados a estabelecer uma comparação com os relatos orais. Na última aula, seria realizada a apresentação dos trabalhos e encerramento do professor.

As estratégias de ensino formuladas pelos participantes nas atividades estão contribuindo na construção de materiais didáticos, outro eixo do projeto. A partir das demandas dos próprios professores da cidade de Butiá, e em diálogo com eles, um material paradidático sobre a história da mineração de carvão no município está sendo elaborado, e será composto por textos, documentos e propostas de atividades para utilização em sala de aula, podendo ser adaptado conforme as especificidades.

Um podcast está sendo organizado com o intuito de apresentar a atuação da professora Gertrudes Novak Hoff e da Associação Cultural Butiaense (ACUB), que salvaram expressiva documentação referente à região carbonífera do RS da incineração determinada pela empresa, a abrigo no Antigo Engenho Novak, em Butiá, de propriedade da família da professora Gertrudes, durante cerca de 15 anos. Ademais, o podcast busca tratar do empenho de historiadores que procuraram chamar a atenção da comunidade, empresas e órgãos públicos para a importância desses documentos, se conformando como agentes mobilizadores da comunidade, a exemplo da pesquisadora Tassiane Melo de Freitas, que recentemente defendeu seu doutorado no Programa de Pós-Graduação em História da UFSM, com quem tivemos a oportunidade de conversar acerca de suas experiências. Tassiane Freitas e Aleksandro Witkowski produziram o livro *Sobre os homens desta terra: a trajetória de fundação do Sindicato dos Mineiros de Butiá* (2006), a primeira obra desenvolvida a partir desse material e com o intuito de alertar para a relevância da sua salvaguarda.

De acordo com o *Museu Estadual do Carvão: Guia do Arquivo Histórico (1891- 1936)* (2016, p.18-20), os documentos antes abrigados no Engenho Novak e hoje no acervo documental da instituição conformam cerca de 10 toneladas de registros sobre

a companhia mineradora e, ao mesmo tempo, sobre a trajetória de luta e organização dos trabalhadores mineiros. Atualmente, estão organizados e disponíveis ao público em geral, no Museu Estadual do Carvão, em Arroio dos Ratos, após um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), firmado em 2012, e um Acordo de Cooperação Técnica entre a SEDAC e a empresa COPELMI, sucessora do CADEM. Através desses tratados, houve a destinação de recursos que permitiram a reforma de prédios que compõem o complexo do museu. Nos dias de hoje, é um dos mais completos acervos sobre a história do trabalho no país.

Nesse ano em que comemoramos o centenário do nascimento de Paulo Freire (19 de setembro de 1921), gostaria de encerrar com um destaque do autor na *Introdução de Cartas à Guiné-Bissau*. Freire (1978, p. 23) aponta que um dos “aspectos centrais a ser criticamente compreendido e trabalhado” é “o da valorização, e não idealização, da sabedoria popular que envolve a atividade criadora do povo e revela os níveis de seu conhecimento em torno da realidade”. Dessa forma, mediante as trocas que estão sendo realizadas nesse projeto, a universidade tem a oportunidade de aprender com os professores da rede básica tanto quanto esses aprendem com a universidade, pois os educadores, enquanto habitantes dessa região, são portadores de referências culturais locais, têm demandas e atuam diretamente naquele contexto. Esse movimento permite aos historiadores não somente produzir história para as pessoas, mas tem a capacidade de produzir conhecimento histórico junto a elas, se valendo do contato e cooperação, através de diálogos e de suas memórias.

Outro referencial teórico importante nessa jornada, E. P. Thompson (2002, p.45), se expressa na mesma direção: “as universidades precisam do contato de diferentes mundos de experiência, no qual as ideias são trazidas para a prova da vida, com o exame minucioso e a crítica daqueles que estão de fora”. Como Paulo Freire (1978, p.13), que acredita que a informação necessária na análise de um objeto a ser desvelado demanda uma problematização prévia para não ser uma “transferência” burocrática de conteúdo, “negando o esforço de busca, indispensável ao ato de conhecer”, para Thompson (2002,

p.13) “toda educação que faz jus a esse nome envolve a relação de mutualidade, uma dialética, e nenhum educador que se preze pensa no material a seu dispor como uma turma de passivos recipientes da educação”. Desta forma, a experiência teria a capacidade de modificar o “processo educacional”, influenciar “métodos de ensino, a seleção e o aperfeiçoamento dos mestres e o currículo” (THOMPSON, 2002, p. 13).

Referências bibliográficas

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: narrativas, conceitos e práticas. Átila Tolentino. [S.l.]: Casa Rui Barbosa, 2020. 1 vídeo (30m25s). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=9_dcLQrmdfk. Acessado em: 02/11/2021.

FREIRE, Paulo. Introdução. In:_____. **Cartas à Guiné-Bissau**: registros de uma experiência em processo. 2ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978,p. 9-63.

FREITAS, Tassiane Mélo de. **De complexo carbonífero a museu**: o processo de patrimonialização dos remanescentes do antigo complexo carbonífero de Arroio dos Ratos, Rio Grande do Sul, Brasil (1983 – 1994). 2015. 203 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) - Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015.

IPHAN. Educação patrimonial: princípios e diretrizes conceituais. In:_____. **Educação Patrimonial**: histórico, conceitos e processos. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2014, p. 18-27.

SANTHIAGO, Ricardo; MAGALHÃES, Valéria Barbosa de. Apresentação. In:_____. **História oral na sala de aula**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015, p. 7-20.

SPERANZA, Clarice Gontarski. **Cavando direitos**: as leis trabalhistas e os conflitos entre trabalhadores e patrões nas minas do Rio Grande do Sul nos anos 40 e 50. 2012. 272 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

THOMPSON, E. P. Educação e experiência. In:_____. **Os Românticos** - A Inglaterra na era revolucionária. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 11-48.

VIVAR, Jorge Eduardo Enriquez Vivar; SIMÕES, Silvia; JUNIOR, Francisco Alcides Cougo. O Arquivo Histórico do Museu do Carvão. In:_____. **Museu Estadual do Carvão: Guia do Arquivo Histórico (1891-1936)**. Porto Alegre: Arquivistas Sem Fronteiras, 2016, p.18-20.

Aprendizagem histórica: memória, cultura e sensibilidades nos olhares no espaço museológico

Nathalia Vieira Ribeiro¹

Introdução

A proposta do projeto intitulado “Aprendizagem histórica: memória, cultura e sensibilidades nos olhares no espaço museológico” têm como cerne a exploração do ensino, das aprendizagens, da memória e do regime de tempo através da perspectiva da experiência de jovens estudantes de História no espaço museológico. Sem, para isso, desfocar do debate do papel que as experiências com o passado têm nas aprendizagens significativas, dessa forma, buscando extrapolar o debate do ensino de História formal.

Neste sentido, busca-se compreender como se dão no processo de aprendizagem as intrigantes relações atuais dos sujeitos com o passado no Brasil, pois são a partir das relações mal construídas que se refletem práticas que podemos destacar como a depredação de prédios e monumentos antigos (ou também chamados históricos), muitos já tombados como patrimônio Histórico, ruas e praças,

¹ Graduanda do curso de História Licenciatura da Universidade Federal do Rio Grande. Este trabalho faz parte do grupo de pesquisa Ensino de História desenvolvido no Laboratório de Pesquisa localizado no anexo do pavilhão 4, sala B1, coordenado pela professora doutora Júlia Silveira Matos. E-mail: ribeirovnathalia09@gmail.com.

monumentos públicos e etc. Além desse aspecto, também comumente ouvimos entre alunos da educação básica que os mesmos não gostam de História, o que demonstra a desconexão atual entre as sociedades e seu passado, aqui neste caso, da juventude brasileira, e com sua própria história. Desse modo, o desenvolvimento do aplicativo mobile com sistema android, que é o resultado das etapas metodológicas do processo de construção do projeto, objetiva motivar os docentes para o uso dos espaços museológicos para o ensino de História.

O projeto

Os espaços museológicos são classificados como históricos pois apresentam em seus acervos conjuntos de objetos que remetem ao passado das sociedades. Segundo Guilherme Lopes Vieira (2017), os museus históricos podem ser compreendidos enquanto espaços de memória. O autor ainda discorre que:

O processo de musealização é apresentado, pelos teóricos da museologia, como o movimento dotado de reflexão em que o produto humano (artefato ou mentefato), utilizado e expressado em suas diversas atividades, passa a fazer parte da coleção de um espaço institucionalizado, que é denominado museu. (2017, p. 141)

Para a museologia, este processo ressignifica o produto humano atribuindo-lhe um novo estatuto, tornando-o “objeto de museu”. Nesta condição de ressignificação, o item da cultura material se torna único, eleito por sua condição simbólica, como o representante de sua categoria. Através dele, seria possível reconstituir contextos sociais, econômicos, políticos, culturais, religiosos, etc (VIEIRA, 2017, p. 141). Sendo assim, como definiu o referido autor, a organização em forma de coleções de artefatos ou mentefatos em espaços institucionalizados define o que é um museu.

O museu então seria responsável pela preservação desses objetos da cultura material dos povos que passam a uma condição de representação simbólica do passado a que pertenceram. No entanto, não podemos deixar de registrar que a experiência em museus, mesmo

que sem intenção, é uma atividade de aprendizagem. Mesmo que, muitas vezes, de forma não intencional, isto porque existem diversas formas de adentrar o espaço museológico, sejam elas guiadas por um docente em atividade escolar; com plano de pesquisa em ação de investigação ou simplesmente como um visitante que se julga apenas um expectador descontraído.

No entanto, como afirmam as autoras Pilar Almeida e Albertina Mitjans Martínéz:

A aprendizagem em museus, de forma diferenciada da aprendizagem escolar, caracteriza-se por fatores como: a relação com o objeto museal e o ambiente físico, o voluntarismo; a ludicidade, a multisensorialidade e em que ritmo, e a não-sequencialidade, entre outros. Com relação à educação em museus, destaca-se a maior liberdade de seleção e organização de conteúdos, que podem ser tratados de forma interdisciplinar e contextualizada à realidade do aprendiz; e o desejo, em decorrência dos preceitos da educação patrimonial, por uma educação que permita, aos sujeitos envolvidos, transcenderem os dados e informações expostas de forma a adquirirem uma postura crítica e criativa sobre as temáticas museais (ALMEIDA & MARTINEZ, 2014, p. 722).

Isto posto, o projeto “Aprendizagem histórica: memória, cultura e sensibilidades nos olhares no espaço museológico” enseja propor discussões em torno do ensino, das aprendizagens, da memória e do regime de tempo através da perspectiva da experiência de jovens estudantes de História nos museus da Cidade de Rio Grande e da Fototeca Ricardo Giovannini, para além dos debates sobre os desafios que envolvem os processos e cenários de ensino-aprendizagem contemporâneos, sem, no entanto, perdê-los de foco. Pois, como percebemos, o ensino dos conhecimentos na área de História precisa ser reformulado.

Nessa direção, pensar o Museu como um espaço de aprendizagens sensíveis e motivadoras de novas posições e significações em relação ao presente e às identidades individuais, nos projeta a refletir sobre como a História Cultural das sensibilidades proposta por Sandra J. Pesavento (2003), e a Teoria da Subjetividade, proposta por Fernando Luís González Rey (2017), podem contribuir para pesquisas nesse campo que percebe o Ensino de História enquanto objeto de estudos

da ciência da História. Dessa forma, compreender as formas como se dão os processos de aprendizagem nos espaços museológicos poderá contribuir para a construção de novas ações de ensino significativo sobre a História local e nacional junto a jovens estudantes dos cursos de História, futuros docentes da educação básica.

A partir disso, esta proposta de pesquisa parte do princípio que a formação docente em História deve focar no aprendizado dos alunos de forma a estimular um modo que possibilite, como apontou Rüsen, um “... processo no qual as experiências e as competências são refletidas interpretativamente” (RÜSEN, 2010, p. 95) e se o mesmo for proposto em tal direção, poderá oferecer uma “contribuição da ciência da história para o desenvolvimento daquelas competências da consciência histórica que são necessárias para resolver problemas práticos de orientação com o auxílio do saber histórico” (RÜSEN, 2010, p. 94).

Para tanto, a metodologia aplicada ao projeto combina várias etapas e três abordagens. A primeira abordagem é centrada na metodologia da análise de conteúdo. A análise de conteúdo é uma metodologia que visa relacionar o quantitativo com o qualitativo, através da eleição de unidades de referência que apresentem frequência nos documentos analisados, a partir dela serão desenvolvidas tabelas de forma a quantificar as mesmas. Essa etapa se valerá da análise de conteúdo para desenvolver o Estado da Arte do projeto, que visa levantar a produção acadêmica brasileira sobre o Ensino de História em Museus e a Educação Museal.

Posteriormente, como segunda etapa, o projeto se voltará ainda para o estudo e análise dos materiais didáticos distribuídos para as escolas públicas de ensino fundamental com o propósito de perceber se e como estes abordam atividades que relacionem o ensino de história e os museus. Por fim, na terceira etapa, será utilizada uma abordagem de questionário qualitativo que será aplicado junto a estudantes que tenham vivenciado atividades de ensino de história nos museus da Cidade e na Fototeca. Ainda, o projeto se desenvolve a partir da organização de reuniões com os museus envolvidos no mesmo e por fim o desenvolvimento do aplicativo mobile para android.

Em síntese, como objetivo principal, encontra-se a análise das experiências de ensino e aprendizagem de jovens estudantes dos cursos de História nos espaços museológicos. Para isso, destrinchar-se-á perceber como os jovens estudantes dos cursos de História da FURG² compreendem o espaço do museu, analisar as possíveis contribuições de ações de educação museal para o aprimoramento da compreensão de tempo entre os jovens estudantes inseridos no projeto, desenvolver ações de educação museal com foco nas memórias, cultura e sensibilidades aplicadas ao ensino e aprendizagem da História tendo por fim, o desenvolvimento de um aplicativo para os docentes planejarem ações de ensino em espaços museológicos.

Resultados e discussões

Nesta etapa, está sendo elaborado o levantamento bibliográfico das pesquisas produzidas em torno da temática. Para este primeiro momento, três termos foram utilizados, sendo eles: “ensino de história em museus”, “ensino de história e educação museal” e “aprendizagem histórica em museus”. Estes levantamentos foram realizados nas plataformas CAPES e SciELO.

O primeiro levantamento centrou-se na busca pela localização de produções que tivessem os termos “ensino de história em museus”, com aspas, dos quais não foram encontrados resultados. Em seguida, foram pesquisados os mesmos termos, desta vez sem aspas. No campo Busca de Assunto da CAPES, no catálogo de teses e dissertações, assinalado o item periódico revisado por pares no idioma português, com data de publicação entre 2017 e 2021, foram encontrados 641 trabalhos, dentre estes estando na grande área das ciências humanas, área de conhecimento: educação e história, igualmente área de avaliação, e área de concentração: ensino de história. Dentre os 641 trabalhos encontrados, todos estavam na modalidade mestrado profissional. O número de artigos publicados a cada ano é apresentado no quadro 1:

2 Universidade Federal do Rio Grande.

Quadro 1 – Busca na Capes do termo: “ensino de história em museus”.

2017	24
2018	239
2019	80
2020	293
2021	5

Fonte: Elaborado pela autora.

A breve análise dos trabalhos demonstrou que estes se direcionam a observação dos espaços museológicos como propícios para o ensino de história a partir da educação patrimonial, como demonstrado na dissertação “Produção de material didático-pedagógico para a valorização do patrimônio histórico e cultural de Tupanciretã”, de autoria de Marilen Fagundes Peres, do ano de 2016-2017, onde sua análise se volta a ideia de valorização do patrimônio histórico a partir do ensino de história. Alguns outros trabalhos também se direcionaram a análise do livro didático, como é o caso da dissertação “Para que não se esqueça: A memória da ditadura brasileira (1964-1985) nos livros didáticos de história do ensino médio” de Camila Maria Piccoli, datado de 2017, na qual a autora realiza uma análise desses materiais para compreender como a Ditadura Civil Militar Brasileira é abordada nos livros didáticos de História do Ensino Médio, tendo presente, especificamente, a questão dos Direitos Humanos.

Não obstante, diversos trabalhos se tornaram a delineação de aspectos específicos, como a questão indígena, ou recortes temáticos e fatos históricos pontuais. Alguns desses, dialogam em determinados

aspectos com a proposta do projeto, como por exemplo a dissertação: “História local no ensino de história: lugares de memória revisitados na cidade de Cáceres/MT” de autoria Leila de Souza, datada de 2019, onde, a partir de uma abordagem oriunda da história cultural, a autora desenvolve uma análise sobre o ensino de História a partir da experiência vivenciada na universidade, sua aplicação diária nas escolas e os desafios enfrentados pelos professores, buscando aproximar o saber acadêmico do saber escolar, tendo como enfoque principal a história local, a partir de lugares de memória existentes na cidade de Cáceres, no Mato Grosso. O recorte da pesquisa, assim percebido em outros trabalhos, se deu precisamente no conflito entre o Brasil e o Paraguai no século XIX. Assim, a partir das experiências dos alunos em sala de aula, é fornecido material para reflexões e abordagens teóricas contidas no trabalho.

Posteriormente, os segundos termos utilizados foram “ensino de história e educação museal” com aspas, na qual nenhum resultado foi obtido. No entanto, sem o uso das aspas, contendo os mesmos filtros apresentados na pesquisa anterior, com uma mudança na área de concentração onde neste caso específico não foi encontrado “ensino de história”, sendo este substituído por “ensino aprendizagem” e “história”, foram obtidos um total de 40 resultados, dentre estes: 30 dissertações de mestrado e 10 teses de doutorado.

Quadro 2 – Busca na Capes dos termos: “ensino de história e educação museal”.

2017	21
2018	5
2019	2
2020	12
2021	0

Fonte: Elaborado pela autora.

Neste caso, as temáticas dos trabalhos encontrados divergiram em todos os aspectos com a proposta do projeto. Os diferentes trabalhos, que estavam centrados na área de História, estavam voltados a recortes específicos, de modo que não se relacionavam com o ensino de história, como é observável pela dissertação “Revolução egípcia e seus desdobramentos: história viva, memórias e perspectivas dos habitantes de Minyat El-Murshid (2011 a 2013)” de Mukhtar Saad Abdelfattah Sayed Ahmed Shehata, do ano de 2020, onde o autor acompanha a revolução de 25 de janeiro de 2011, da Primavera Árabe, no Egito, seguindo os eventos mais famosos da Revolução Egípcia, buscando compreender como estes foram tratados e veiculados em sites e jornais on-line, blogs pessoais e contas de mídia social no intuito de conceber uma nova maneira de escrever a história contemporânea a partir de espaços eletrônicos. Outros trabalhos encontrados também seguiam essa abordagem e, portanto, não possuíam relação com a educação museal ou o ensino de história. Além disso, a outra abordagem encontrada estava centrada no ensino-aprendizagem de modo geral, sem relação com o ensino de história e/ou educação museal.

A quinta e última terminologia utilizada na plataforma CAPES foi “aprendizagem histórica em museus” com aspas, não obtendo resultados. No entanto, sem o uso das aspas, obteve-se um total de 40 resultados, dentre estas 30 dissertações de mestrado e 10 teses de doutoramento.

Quadro 3 – Busca na Capes do termo: “aprendizagem histórica em museus”.

2017	21
2018	5
2019	2
2020	12
2021	0

Fonte: Elaborado pela autora.

Nesta pesquisa em específico, os trabalhos encontrados foram os mesmos da seção anterior. A mesma pesquisa realizada na plataforma referida foi feita no SciELO, no entanto, somente utilizando-se os termos “ensino de história e educação museal” foram encontrados resultados. Sob o recorte temporal de produções entre 2017-2021 e em idioma português, somente um artigo, datado de 2021, intitulado “Educação museal e produção de memórias: o museu “Ozildo Albano” de autoria de José Petrucio de Farias Junior, foi encontrado.

No referido trabalho, o autor discorre acerca da construção de memórias pelo público visitante, no museu em questão, a partir da narrativa museal, e seus possíveis usos para o ensino da história. A partir de então, ele relaciona as representações sobre o passado apresentado por essa instituição cultural e elabora análises acerca das

percepções de estudantes universitários que visitaram esses espaços, utilizando-se, para tal, do conceito de “memória protética”. O artigo em questão se relaciona com o projeto em determinados aspectos na medida em que propõe estabelecer a relação dos visitantes com o museu, suas narrativas, de forma que este espaço seja problematizado e utilizado como um lugar de ensino a partir do diálogo com essas interações e percepções.

A partir da elaboração inicial do levantamento e análise breve das bibliografias encontradas, cunhadas nesta primeira etapa do projeto, é possível notar que existem poucas pesquisas elaboradas no campo voltadas à temática do ensino nos espaços museais. Nesse sentido, os enfoques e abordagens utilizados se delinham pela educação patrimonial ou se afastam de forma significativa do escopo do ensino, demonstrando que existe uma lacuna no tangente a elaboração de cursos de formação de professores e/ou disciplinas voltadas para a temática do ensino-aprendizagem nos espaços museológicos e ainda, que se detenham de abordagens distintas.

Considerações finais

A etapa a qual encontra-se o projeto demonstra que há pouca expressividade no que tange a produção acadêmica voltada ao ensino de história e museus e que pouco ou quase nada tem-se elaborado em relação a temática que se distancie da educação patrimonial, visando uma aprendizagem e um ensino de história que se utilize da abordagem da História Cultural das sensibilidades em um diálogo com a Teoria da Subjetividade, buscando extrapolar o debate do ensino de História formal.

Analogamente, o projeto visa demonstrar o papel de práticas de ensino de História em espaços museológicos. A partir disso, ao final das etapas de elaboração, constrói-se uma síntese dos resultados encontrados em relação ao levantamento, desenvolvendo, em seguida, o contato direto com os museus para que, assim, possa se realizar o cadastro bem como o contato com os estudantes para a criação do aplicativo, buscando contribuir com a construção de novas ações de ensino significativo sobre a História local e nacional junto a jovens

estudantes dos cursos de História, futuros docentes da educação básica, objetivando instigar os docentes a utilizarem os espaços museológicos para o ensino de História.

Referências

ALMEIRA, Pilar & MARTINEZ, Albertina Mitjans. As pesquisas sobre aprendizagem em museus: uma análise sob a ótica dos estudos da subjetividade na perspectiva histórico cultural. **Revista Ciência & Educação**. Bauru, v. 20, n. 3, p. 721-737, 2014.

FARIAS JÚNIOR, José Petrucio de. Educação museal e produção de memórias: o museu Ozildo Albano. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 21, p. 01-22, 2021.

PERES, Marilen Fagundes. **Produção de material didático-pedagógico para a valorização do patrimônio histórico e cultural de Tupanciretã**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em História em Rede Nacional, RS. Orientação: Jorge Luiz da Cunha – 2016.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PICCOLI, Camila Maria. **Para que não se esqueça: A Memória da Ditadura Brasileira (1964- 1985) nos Livros Didáticos de História do Ensino Médio**. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em História. Orientação: Eliana Gasparini Xerri – 2017.

REY, Fernando. L.G. **Subjetividade: teoria, epistemologia e método**. Campinas, São Paulo: Editora Alínea, 2017.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

SHEHATA, Mukhtar Saad Abdelfattah Sayed Ahmed. **Revolução egípcia e seus desdobramentos: história viva, memórias e perspectivas dos habitantes de Minyat El-Murshid (2011 a 2013)**. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado da Bahia, Unidade Acadêmica a Distância, Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos, Povos Indígenas e Culturas Negras. Orientador: Ivaldo Marciano França Lima – 2020.

SOUZA, Leila. **História local no ensino de história:** “lugares de memória revisitados na cidade de Cáceres/MT”. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação Stricto sensu (Mestrado Profissional), Profhistória, Faculdade de Ciências Humanas, Campus de Cáceres, Universidade do Estado do Mato Grosso. Orientação: Maria do Socorro de Sousa Araújo – 2019.

VIEIRA, Guilherme Lopes. O museu como lugar de memória: o conceito em uma perspectiva histórica. **Mosaico** – Volume 8 – Número. 12, p. 140-162, 2017.

Família del Grande: imigrantes empreendedores da hotelaria em Pelotas/RS

Renata Duarte¹

Introdução

O estudo da hotelaria de Pelotas, que se desenvolveu na cidade a partir da segunda metade do século XIX, tem possibilitado a identificação de diversos aspectos que a envolvem. As diferentes fontes, como jornais e almanaques, fotografias, processos crime, inventários e testamentos, registros de casamentos, nascimentos e óbitos, processos trabalhistas, depoimentos, entre outras, vem contribuindo para a escrita da história da hotelaria em Pelotas, com informações sobre proprietários, localização, estrutura, relações trabalhistas existentes, de gênero, a presença de menores trabalhadores e, especificamente, sobre a trajetória de estabelecimentos hoteleiros significativos para cidade, conforme apresentam Duarte (2021), Müller, Hallal e Teixeira (2020), Quintana (2019; 2016), Teixeira (2018) e Teixeira e Müller (2016).

A partir disso, com a evidencia do Hotel Alliança como o mais antigo hotel pelotense que se tem registro, Müller e Hallal (2020)

¹ Graduanda no Curso de Bacharelado em Turismo pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEl); Bolsista de Iniciação Científica PROBIC/FAPERGS no projeto “Hotelaria em Pelotas: histórias a partir de diferentes fontes”. E-mail: renata.duarte7@outlook.com.

desenvolveram estudos voltados para a compreensão da trajetória da família Gotuzzo, uma vez que essa “se confunde com a história do Hotel Aliança” (MÜLLER; HALLAL, 2020, p. 1).

Assim, observou-se a importância da continuidade de estudos a respeito das famílias empreendedoras de Pelotas que se relacionam com a hotelaria local, visto a forma como esses contribuem para a constituição da história da hotelaria pelotense, bem como para a compreensão das dinâmicas sociais existentes a partir da segunda metade do século XIX, período em que, de acordo com Müller (2004), se tem o registro do primeiro hotel na cidade.

É na segunda metade do século XIX e na primeira metade do século XX que a família Del Grande e suas relações com o Hotel Brasil e outros empreendimentos em Pelotas se destacam. Imigrantes italianos, os irmãos Domingos e Ângelo Del Grande chegaram em território brasileiro na segunda metade do século XIX, com o primeiro ciclo de imigração europeia para o Brasil. Müller (2004, p. 90) aponta que “os primeiros hotéis identificados em Pelotas eram de estrangeiros”. Tal fato pode ser evidenciado em se tratando dos Del Grande a partir de pesquisas realizadas, visto que em 1891, Jeronymo e José Del Grande, filhos de Domingos Del Grande, inauguram o Restaurante (Hotel) Federativo e, em 1893, José Del Grande também inaugura o Restaurantedo Globo, o qual posteriormente se tornou o Hotel do Globo.

A compra do Hotel Brasil em 1897 é um dos pontos principais na trajetória da família, uma vez que, de acordo com registros de jornais locais, a gerência do estabelecimento continuou sob domínio dos Del Grande até o final da década de 1940. José Del Grande morre em 1942 e o hotel passa para a “Viúva Irene Del Grande” até o final dos anos 1940, quando o hotel é demolido para a construção de um prédio residencial, o Edifício Del Grande. É importante ressaltar que o hotel foi arrendado por alguns períodos. Na década de 1920 o hotel era dirigido por José e gerenciado por seu filho, Mário Del Grande:

Hotel Brasil Proseguem activamente as obras de reparos e reforma que está soffrendo o antigo e acreditado Hotel Brasil, propriedade do Sr. José Del Grande. A

gerencia de seu joven e diligente filho Mario Del Grande. O salão principal já está completamente restaurado, oferecendo attrahente aspecto, pela belleza sóbria de sua recoração, em painéis simples frizados de ouro. [...] (DIÁRIO POPULAR, 05.08.1921, p. 3).

Nesse sentido, o início do processo de traçar a trajetória da família Del Grande ocorre por meio da realização de pesquisas em diferentes fontes históricas documentais, como jornais e almanaques, disponíveis em instituições arquivísticas, como a Biblioteca Pública Pelotense e *on line*, na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, em testamentos e inventários, disponíveis no Arquivo Público do Rio Grande do Sul (APERS), registros de casamentos, batizados e óbitos da Cúria Diocesana da Catedral Metropolitana de Pelotas, em processos trabalhistas localizados no Núcleo de Documentação Histórica (NDH) do ICH/UFPel. Desse modo, utiliza-se diferentes fontes, pois, como afirma Levi (1992), a micro-história está baseada no estudo intensivo de material documental.

Essas fontes vêm sendo pesquisadas ao longo do desenvolvimento do projeto e organizadas em ordem cronológica em arquivos específicos de cada hotel, o que permite compreender a trajetória de cada um dos hotéis pesquisados, mesmo que com algumas lacunas.

A partir disso, para traçar a trajetória da família Del Grande, utiliza-se de aspectos da micro-história, a qual busca compreender as redes de relações e os espaços em que o indivíduo ou a família se articula, permitindo o enriquecimento da análise social. A ação social é resultado de constante negociação, escolhas e decisões do indivíduo diante da realidade (LEVI, 2000).

Assim, parte-se do estudo da trajetória que, “por seu turno, não tem por obrigatoriedade abordar toda a vida do sujeito; antes, procura centrar as análises num período determinado” (KARSBURG, 2015, p. 34), concentrando a pesquisa a partir da segunda metade do século XIX, principalmente no último quartel, quando os irmãos Del Grande começaram a atuar na hotelaria, até a primeira metade do século XX, quando José Del Grande falece e o hotel é demolido para a construção de um edifício residencial.

Desse modo, o presente estudo tem como objetivo traçar a trajetória da família Del Grande, uma das importantes famílias empreendedoras na hotelaria de Pelotas e, igualmente, no ramo do entretenimento da cidade. E, de forma mais específica, identificar as relações existentes entre as “famílias hoteleiras” de Pelotas a partir dos Del Grande, utilizando aspectos da micro-história e da realização de pesquisas documentais em diferentes fontes.

Notas iniciais sobre a família Del Grande e suas relações com a hotelaria pelotense

A trajetória da família Del Grande em relação à cidade de Pelotas tem seu início com a chegada dos irmãos Domingos e Ângelo Del Grande provindos da Itália na segunda metade do século XIX, durante um dos principais períodos de imigração italiana para o Brasil. Em seu estudo, Ruggiero (2020) aponta o município de Pelotas como sendo o segundo local de maior concentração de residentes italianos no Rio Grande do Sul no ano de 1908, chegando a contabilizar quase 30% dos 18 mil imigrantes residindo no Estado na época.

A partir de pesquisa na Cúria Diocesana de Pelotas, realizada nos livros de registros de casamento e óbitos, foi possível identificar o casamento dos irmãos Domingos e Ângelo (Figura 1) com as irmãs gêmeas Luiza Bressan e Catharina Bressan. Ângelo Del Grande e Catharina Bressan tiveram dois filhos, Alberto Bartolo Del Grande e João Del Grande, já Domingos e Luiza tiveram quatro filhos: Jeronymo Del Grande, José Del Grande, Adelaide Del Grande e Itália Victoria Del Grande.

Figura 1 - Primeira e segunda gerações da família Del Grande em Pelotas.



Fonte: Organizado pela autora a partir dos registros de casamentos, batizados e óbitos da Curia Diocesana de Pelotas.

A partir das pesquisas realizadas até o momento, não é possível afirmar a atividade econômica de Domingos e Ângelo Del Grande e nem se vieram para o Brasil ou se somente seus filhos emigraram para Pelotas. O que se sabe é que os filhos, tanto de Domingos como de Ângelo, emigraram para Pelotas, constituindo família na cidade.

O início das relações da família Del Grande com o ramo hoteleiro pelotense ocorre na década de 1890, com a inauguração do Restaurante (Hotel) Federativo pelos irmãos José e Jeronimo Del Grande em 1891 (DIÁRIO POPULAR, 08.11.1891, p. 2) e do Restaurante do Globo em 1893, que, posteriormente, se tornou o Hotel do Globo (DIÁRIO POPULAR, 28.08.1894, p. 3). Apesar disso, é apenas com a aquisição do Hotel Brasil em 1897 que o legado hoteleiro da família verdadeiramente se consolida, uma vez que a família permanece com o Hotel até os anos iniciais da década de 1940, ou seja, por aproximadamente 45 anos.

Entre os anos de 1878 e 1897, entre a sua inauguração e a compra do estabelecimento pelos irmãos Del Grande, o Hotel Brasil teve sete proprietários, a maioria deles em sociedade entre si, e todos

de origem italiana. De acordo com Müller (2004, p. 90), “pode-se supor que os estrangeiros foram os pioneiros da hotelaria em Pelotas e que possuíam hotéis de melhor qualidade, pois, observou-se que melhoravam continuamente seu estabelecimento, através de reformas e instalação de serviços”, fato muito recorrente na trajetória do Hotel Brasil:

Hotel Brasil. Este conhecido e antigo estabelecimento está passando por muitas reformas, ficando o serviço da cozinha confiado ao Sr. Victor Ayala, vindo do Rio há poucos dias. (DIÁRIO POPULAR, 28.01.1899, p. 2).

Ruggiero (2020) também ressalta que o “fator italiano” era um elemento muito presente na sociedade pelotense da segunda metade do século XIX, pois “além de se salientar quantitativamente nos números da população, também tinha um destaque no setor comercial da cidade” (RUGGIERO, 2020, p. 177).

Nesse sentido, faz-se necessário destacar o envolvimento dos Del Grande com outros empreendimentos em Pelotas, os quais eram voltados para o setor do entretenimento e/ou da gastronomia. Em 1906, quase dez anos após a compra do hotel e tendo sido realizadas diversas reformas e melhorias no local, Jeronymo Del Grande deixou a sociedade com o irmão (DIÁRIO POPULAR, 26.04.1906, p. 3) e comprou o Café Java (DIÁRIO POPULAR, 22.06.1913, p. 2). Posteriormente, em 1913, adquiriu o Café Ideal Concerto (DIÁRIO POPULAR, 26.09.1913, p. 2) e, em 1920, possuía o Café do Comércio (DIÁRIO POPULAR, 16.09.1920, p. 2). Ainda no setor de entretenimento, Jeronymo possuía o Rink Pelotense (CORREIO MERCANTIL, 24.07.1911, p. 1). É importante destacar que Jeronymo comprou o Hotel Aliança no final da década de 1920 (OLIBERTADOR, 24.09.1927, p. 2).

A partir da saída de Jeronymo da sociedade e da sua vinculação com outras atividades, José Del Grande se mantém como único proprietário do Hotel Brasil, porém, arrendando o mesmo por alguns períodos.

Em 1912 José Del Grande arrenda o hotel para João Ferreira de Castro por um período de quatro anos em razão de seu retorno para a Itália. No entanto, em 1914 o arrendamento do local é passado para Francisco de Sallis Pereira (O REBATE, 09.11.1914, p. 2). Tal processo de arrendamento do Hotel Brasil, o retorno de José Del Grande para seu país de origem para visitação e a compra de diferentes caf es em Pelotas por Jeronymo Del Grande evidenciam a possibilidade de a família já ter vindo ao Brasil com determinada renda ou, então, de terem constituído fortuna significativa na cidade de Pelotas.

No início do ano de 1914, José Del Grande regressou a Pelotas e assumiu novamente a dire o do Hotel Brasil. Em 1921, seu filho, Mário Del Grande, assumiu a gerência do hotel (DIÁRIO POPULAR, 05.08.1921, p. 3). O Hotel permanece com José Del Grande como proprietário até a sua morte em 1942, quando sua esposa “Viúva Irene Del Grande” passa a ser a proprietária do mesmo. No final da década de 1940 o hotel   demolido para a constru o de um edifício residencial, construído no início dos anos 1950.

Durante toda a sua trajetória, seus proprietários realizaram melhorias e reformas estruturais, com a aquisi o de prédios contíguos visando aumentar os quartos e demais c modos, como salas, salões e pátios e dotando o hotel se serviços básicos, como a instala o água encanada, luz elétrica, telefone e esgotos (DIÁRIO POPULAR, 23.10.1915, p. 2). Todas as reformas tem por objetivo proporcionar aos fregueses, viajantes e *touristes* ambientes adequados, ventilados e higi nicos para a hospedagem, alimenta o e entretenimento.

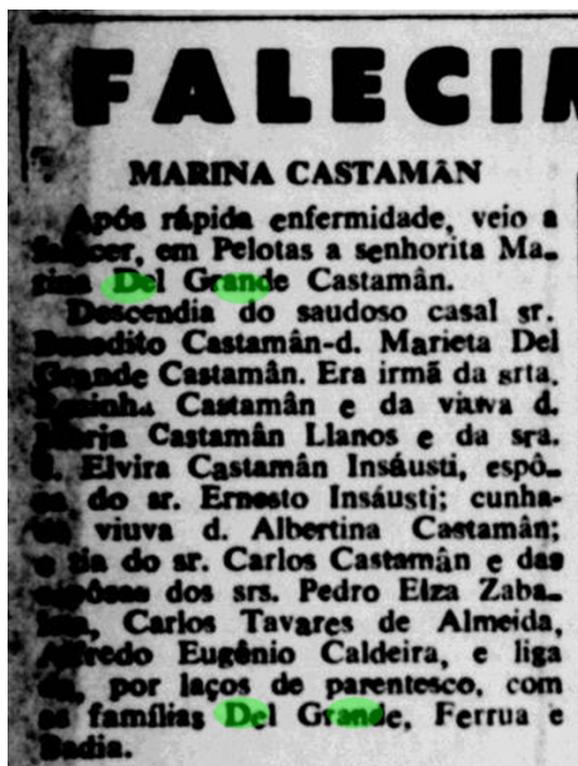
Hotel Brazil – Visitamos o antigo e conceituado Hotel Brasil,   praça da Republica. Está elle sofrendo grandes e radicaes reformas, que lhe hão de dar nova e atrahente fei o, satisfeitas todas as exigencias do que   mister para uma casa, no genero, de 1^a ordem. Seu antigo proprietario, o operoso sr. José del Grande, de regresso de seu passeio   Europa, retomou a direc o geral do estabelecimento e já pela longa pratica de que dispõe, já pelo que viu e observou nos maiores centros do Velho Mundo, está decidindo a imprimir-lhe uma marcha promissora. Como dissemos, a transforma o vae ser radical, completando nas accomoda oes, como em toda ordem interna do hotel porem ainda   cedo para falar disso. Logo que as obras estejam concluidas e por occasião da inaugura o, volveremos, com detalhes, a occupar-nos do Hotel Brazil, com

prazer seguro de seus antigos hospedes e frequentadores desta cidade e de fóra. (DIÁRIO POPULAR, 24.01.1915, p. 1).

Um dos pontos interessantes a serem ressaltados se encontra nas diferentes relações constituídas entre os Del Grande e outras famílias proprietárias de hotéis em Pelotas. De acordo com o Livro 12 da Catedral, constituído pelos casamentos entre os anos de 1893 a 1896, é indicado Benedicto Castamã, proprietário do Hotel Universal, como uma das testemunhas do casamento de Alberto Bartolo Del Grande (filho de Ângelo Del Grande) e Lucinda Franco, juntamente com José Del Grande. Benedicto Castamã é casado com Marietta Del Grande, da qual ainda não se tem informações do seu parentesco com José e Jeronymo Del Grande, mas sabe-se que é da mesma família. Dessa forma, delineando-se a existência de fortes relações entre tais proprietários, conforme Karsburg (2015, p. 36), “é imprescindível trazer outros sujeitos ao enredo de nosso texto, mostrar que havia indivíduos que atuavam de modo similar aos biografados”.

A confirmação da existência de relações mais próximas entre a família Del Grande e outras famílias empreendedoras na hotelaria pelotense ocorreu a partir da nota de falecimento (Figura 2) de Marina Del Grande Castamã, filha de Benedicto Castamã e Marieta Del Grande Castamã. Ao longo da nota (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 05.02.1959, p. 9) observa-se a apresentação de algumas relações da falecida com a família Castamã, proprietários do Hotel Universal e, igualmente, a identificação de Marina como cunhada da esposa de Pedro Elza Zabaleta, inicialmente arrendatário e, posteriormente, proprietário do Grande Hotel, além de ser “ligada, por laços de parentesco, com as famílias Del Grande, Ferrua e Badia”.

Figura 2 - Nota de falecimento de Marina Castamã.



Fonte: DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 05.02.1959, p. 9.

Assim, pode-se notar o envolvimento da família Del Grande não apenas com a hotelaria em Pelotas, como também no ramo gastronômico e do entretenimento, bem como, a relação dos proprietários do hotel com proprietários de outros hotéis pelotenses, como o Hotel Universal, de Benedito Castamã e o Grande Hotel, de Pedro Elba Zabaleta. Essas informações destacam a importância que suas relações sociais e familiares tiveram na sua trajetória e na história da hotelaria na cidade de Pelotas.

Conclusões

O processo de traçar a trajetória de famílias empreendedoras da hotelaria pelotense torna-se muito importante para a compreensão da história da hotelaria de Pelotas, bem como da história da cidade e das dinâmicas socioculturais existentes durante o período estudado.

O Hotel Brasil foi um hotel representativo na cidade de Pelotas, constando seu anúncio no Álbum de Pelotas de 1922, com somente mais dois hotéis – o Hotel Aliança e o Hotel Grindler. O Hotel era destacado nos jornais e nos almanaques pela sua localização, na atual Praça Cel. Pedro Osório, ao lado do Teatro Sete de Abril, pelos seus proprietários – José e Jeronymo Del Grande e pela estrutura física e serviços básicos oferecidos e também pela “qualidade” dos serviços de hospedagem, alimentação e entretenimento oferecidos.

Considera-se importante a continuidade dos estudos sobre a trajetória da família Del Grande, fundamental para a construção da trajetória do hotel, mas também sobre a trajetória de outros hotéis existentes na cidade de Pelotas, visando o entendimento das relações sociais e familiares existentes entre as famílias empreendedoras na hotelaria local.

Referências

CORREIO MERCANTIL, Pelotas, 24.07.1911, p. 1.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Porto Alegre, 05.02.1959, p. 9.

DIÁRIO POPULAR, Pelotas, 05.08.1921, p. 3.

DIÁRIO POPULAR, Pelotas, 16.09.1920, p. 2.

DIÁRIO POPULAR, Pelotas, 23.10.1915, p. 2.

DIÁRIO POPULAR, Pelotas, 26.09.1913, p. 2.

DIÁRIO POPULAR, Pelotas, 22.06.1913, p. 2.

DIÁRIO POPULAR, Pelotas, 26.04.1906, p. 3.

DIÁRIO POPULAR, Pelotas, 28.01.1899, p. 2.

DIÁRIO POPULAR, Pelotas, 28.08.1894, p. 3.

DIÁRIO POPULAR, Pelotas, 08.11.1891, p. 2.

DUARTE, Renata. Relações de gênero e direitos na história da hotelaria pelotense: estudo de processos trabalhistas envolvendo mulheres entre 1940 e 1960. **Ofícios de Clio** – Revista Discente dos Cursos de História da Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, v. 6, n. 10, p. 49-62, jan-jun/2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/CLIO/issue/view/1068>.

KARSBURG, Alexandre de Oliveira. A micro-história e o método da microanálise na construção de trajetórias. In: VENDRAME, Máira I.; KARSBURG, Alexandre; WEBER, Beatriz; FARINATTI, Luis Augusto (Orgs.). **Micro-história, trajetórias e imigração**. São Leopoldo: Oikos, 2015.

LEVI, Giovanni. Sobre a Micro-História. In: BURKE, Peter. *A Escrita da História*. Novas Perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992.

LEVI, Giovanni. **A herança imaterial**: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

MÜLLER, Dalila. **A Hotelaria em Pelotas e sua Relação com o Desenvolvimento da Região: 1843 a 1928**. 2004. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, RS, Brasil, 2004.

MÜLLER, Dalila; HALLAL, Dalila Rosa. FAMÍLIA GOTUZZO: imigrantes empreendedores da hotelaria em Pelotas/RS. In: SEMINÁRIO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO, XVII. 2020. **Anais [...]**. ANPTUR, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/17/1862.pdf>. Acesso em: 10 agosto 2021.

MÜLLER, Dalila; HALLAL, Dalila R.; TEIXEIRA, Larissa P. Hotel Aliança: mais de 100 anos de história em Pelotas/RS (1843-1968). In: PORTIGLIATTI, Bruno; MONTEIRO Ricardo; BRAMBILLA, Adriana; VANZELLA, Elídio. **Turismo & hotelaria no contexto da história**. João Pessoa: Editora do CCTA, 2020.

O LIBERTADOR, Pelotas, 24.09.1927, p. 2.

O REBATE, Pelotas, 09.11.1914, p. 2.

QUINTANA, Caroline Beskow. **Hoteleria Alemã da década de 1940**: O quebra-quebra nos hotéis pelotenses. 2019. 106f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2019.

QUINTANA, Caroline Beskow. **Hoteleria em Pelotas na década de 1940**: Proprietários alemães ou descendentes. 2016. 63f. Monografia (Bacharelado em Turismo) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016.

RUGGIERO, Antonio de. Os italianos nos contextos urbanos do Rio Grande do Sul. In: VENDRAME, Maíra I.; KARSBURG, Alexandre; WEBER, Beatriz; FARINATTI, Luis Augusto (Orgs.). **Micro-história, trajetórias e imigração**. São Leopoldo: Oikos, 2015.

TEIXEIRA, Larissa Plamer. **A Trajetória do Hotel Aliança (1843-1968)**: 124 anos de História em Pelotas/RS. 2018. 105f. Monografia (Bacharelado em Turismo) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.

TEIXEIRA, Larissa Plamer; MÜLLER, Dalila. O Hotel dos Estrangeiros: 20 anos de história em Pelotas-RS. In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, XXV. 2016, Pelotas. **Anais Eletrônicos [...]**. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016, p. 1-4. Disponível em: https://cti.ufpel.edu.br/siepe/arquivos/2016/SA_03182.pdf. Acesso em: 10 agosto 2021.

Esta obra contou com apoio do PPGH/UFPeI
com recursos PROAP/CAPES



casalettras.com



9 786586 625417

ISBN: 978-65-86625-41-7